

CULTURA,
COMUNICAÇÃO E
MOVIMENTOS SOCIAIS

SOBRE OS AUTORES

- *Muniz Sodré*: Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado em Sociologia da Informação e da Comunicação pela Sorbonne. É autor de vários livros neste campo.
- *Maria Suzana Arrosa Soares*: Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de especialização em Integração e Mercosul do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade..
- *Jayme Astudillo Romero*: Reitor da Universidade de Cuenca, no Equador. Trabalha com Sociologia da Cultura.
- *Enrique Gonzalez-Manet*: Especialista em Novas Tecnologias da Comunicação, é representante de Cuba na UNESCO.
- Pablo Ramos Rivero: Cineasta cubano, Coordenador da Red UNIAL do ICAIC.
- *Othon Jambeiro*: Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia e professor da Faculdade de Comunicação da mesma universidade. Doutor pela University of Westminster da Inglaterra. Atualmente trabalha com a Regulação das Telecomunicações na América Latina.
- *Cácia Cortez*: Dirigente do Movimento Sem-Terra, responsável pelo seu Sistema de Comunicação.
- *Zonia Palán-Tamayo*: Professora de Economia Latinoamericana da Universidad Central del Ecuador e da Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Dirigente do Movimento Indígena Pachacutik e da Federación de Mujeres del Ecuador.
- *Massimo di Felice*: Sociólogo italiano. Doutorado da ECA-USP, atualmente trabalhando com movimentos sociais na América Latina.
- *Cristóbal Muñoz*: Jornalista mexicano, representante da Frente Zapatista de Liberación Nacional na Itália.
- *Pedro H. Ortiz*: Jornalista brasileiro, pesquisador da Frente Zapatista de Liberación Nacional
- *Fiamma Montezemolo*: Socióloga italiana, estudiosa da cultura e da comunicação dos novos movimentos sociais na América Latina.

CULTURA, COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Prefácio de Othon Jambeiro

CELACC - ECA/USP
2007

Copyright © by Maria Nazareth Ferreira
CELACC – Centro de Estudos Latino-Americanos
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Bloco 8
CEP 05508-020 São Paulo – SP
Tel. (011) 3091-4327

Projeto Gráfico
Raimundo Lopes Pereira

Capa
Maria Nazareth Ferreira

Revisão
Moisés Santos

Ilustração da Capa
Material propagandístico da FLNZ

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
Diretor: Luiz Augusto Milanese

Cultura, comunicação e movimentos sociais / Maria Nazareth
Ferreira (org.); prefácio de Olhou Jambeiro. - São Paulo :
CELACC : ECA/USP, 2007. 266 p. 2ª reimpressão

C968 ISBN - 8'5-7205-046-9 (CELACC)

Bibliografia

I. Cultura latino-americana 2. Integração latino-americana
3. Movimentos sociais - América Latina 4. Comunicação -
América Latina I. Ferreira, Maria Nazareth II. Jambeiro, Othon.

CDU 316.28(8=6)

Ficha Catalográfica elaborada pelo SBD/ECA/USP
Biblioteca Maria Luisa Monteiro da Cunha

“Na primeira noite eles se aproximam
e roubam tua flor
tiram nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia, o mais frágil deles
Entra sozinho em nossa casa,
Rouba-nos a luz, e.
Conhecendo nosso medo,
Arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.”

EDUARDO ALVES DA COSTA
“No Caminho, com Maiakovski”

*Dedicamos este livro àqueles homens e mulheres
que deram e continuam dando suas vidas, para
construir a Pátria Grande sonhada por Martí.*

AGRADECIMENTOS

Este livro tornou-se realidade a partir do apoio que o I Simpósio Internacional Comunicação, Cultura e Política na América Latina obteve para sua realização de entidades como o CNPq, a Pró-Reitoria de Pesquisa da USP e a Escola de Comunicações e Artes da USP. Para a publicação dos resultados daquele encontro, foi necessário ainda o apoio da Escola de Comunicações e Artes.

Os autores agradecem a estas instituições e a toda a equipe do CELACC pelo esforço conjunto cujo resultado é este trabalho coletivo.

Prefácio	
<i>Othon Jarnbeiro</i>	11
Introdução	
<i>Maria Nazareth Ferreira</i>	15
I. POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	19
Reinventando a Cultura: do atual ao virtual	
<i>Muniz Süodré</i>	21
Integração Latino-Americana: o retorno a uma antiga idéia	
<i>Maria Susana Arrosa Soares</i>	29
Globalización e integración cultural regional	
<i>Jaime Astudillo Romero</i>	61
Hacia una nueva forma de trabajo, educación y cultura: nuevas tecnologías de comunicación – promesa y realidad de los cambios	
<i>Enrique Gonzales-Manet</i>	83
La Red UNIAL. Una propuesta de integración latinoamericana desde la mirada del niño	
<i>Pablo Ramos</i>	101

O Nacionalismo no Mercosul. Uma análise da regulamentação da TV na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai <i>Othon Jambeiro</i>	111
II. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO	
A dialética do neoliberalismo e os novos movimentos sociais <i>Maria Nazareth Ferreira</i>	129
O Movimento Sem Terra e seus sistemas de comunicação <i>Cácia Cortez</i>	133
De movimientos sociales a movimientos políticos <i>Zonia Palán Tamayo</i>	141
As armas comunicantes, o papel da comunicação nos novos movimentos revolucionários: o caso zapatista <i>Massimo de Felice</i>	155
E2 Neozapatismo y su sistema de comunicación <i>Cristobal Mitiwz</i>	181
Zapatistas no Ciberespaço <i>Pedro H. Ortiz</i>	193
Etnicidá e comunicazione <i>Fiarmna Montezemoso</i>	249
Bibliografia	263

PREFÁCIO

O que é, afinal, este conjunto de países chamado América Latina, inicialmente colonizados por Portugal e Espanha, depois pela Inglaterra e Estados Unidos e contemporaneamente pelo FMI, Banco Mundial e o Grupo dos Sete? São mais de duas dezenas de países, que falam um sem número de línguas indígenas e duas outras, “civilizadas”, de uma mesma origem, e que desenvolveram culturas, economias e organizações sociais minimamente semelhantes e enormemente diferenciadas.

Governados durante longo período deste século por regimes ditatoriais civis ou militares, todos eles têm, desde suas origens, a marca continuada da desigualdade brutal entre poucos ricos e muito pobres. A exceção de Cuba, que fez uma revolução socialista a partir de 1959, e se mantém nos marcos daquela ideologia, a dura penas, até o dia de hoje, todos os outros vivem sob o domínio da chamada democracia liberal e da economia de mercado. Penam, pois, “livremente”, sob o comando de presidentes e parlamentos, representativos de elites que tanto lhes garantem a liberdade, quanto lhes alimentam o espírito com uma produção simbólica que perpetua sua dominação.

Assim como a maior parte do mundo, o cenário latino-americano de hoje mostra uma crucial transformação, com a progressiva substituição dos chamados valores coletivos e públicos – tradicionalmente coordenados e mediados pelo Estado – por valores individuais e empresariais. Neste contexto, as sociedades passaram crescentemente a ter muitos dos seus aspectos regulados não mais pelo Estado, mas pelo mercado.

Pode, no entanto, o mercado, como organizador social, expandir e aprofundar a democracia, desenvolver a cultura de forma ampla, das às organizações populares acesso à riqueza nacional a aos meios de comunicação de massa ?

O pensamento liberal insiste em responder positivamente. Para o liberalismo, a natural conseqüência da aplicação de sua ideologia – que vê como inseparáveis os conceitos de democracia e de livre mercado – é a ampliação da liberdade do ser humano, tendo como corolários : (1) o aprofundamento da democracia representativa; (2) a manutenção do Estado de direito; e (3) o aperfeiçoamento da economia de mercado.

Na área da cultura e das comunicações, entretanto – e não só na América Latina – o resultado da ação do mercado como regulador social vem sendo bastante danoso, pelo menos do ponto de vista do aprofundamento e expansão da democracia.

Na verdade, por força do esmagador e crescente domínio da economia de mercado em todas as atividades do homem, assiste-se nos anos 90 – a parte os chamados sistemas de comunicação alternativos, e outros eventuais resistentes de uma realidade anterior em acelerada e intencional decomposição – à consolidação de uma novo tipo de relação entre os mídias e seus públicos. Uma relação que se caracteriza pelo desequilíbrio entre : de um lado, o enorme poder de estruturas empresariais de comunicação – crescentemente globalizadas e conglomeradas – cuja estratégia de desenvolvimento tem o atendimento e a moldagem de gostos e preferências como um dos seus principais objetivos; e, do outra, a atomizada demanda privada de fragmentadas audiências, passíveis de controle e manipulação, através de mecanismos de mercado aplicados num ambiente econômico oligopolizado.

Esta nova realidade revela a conseqüência mais visível da consolidação do processo de expansão do capitalismo na área da cultura e das comunicações, em toda a América Latina. Processo que se caracteriza pela conglomeração de empresas, globalização da produção, internacionalização e oligopolização

do mercado, e cristalização da lógica capitalista nas relações entre a geração de produtos simbólicos e seus públicos. Na medida em que esta situação é claramente não condutente ao exercício e ao aprofundamento da democracia e à redução das desigualdades, pode-se facilmente concluir pela falha do mercado enquanto regulador da sociedade, e da democracia liberal enquanto sistema de gestão social, pelo menos no que se refere à área da cultura e das comunicações.

Em suma, os liames com a economia mundial, a nova base tecnológica e as transformações políticas e econômicas que tem ocorrido no mundo nos anos recentes, tem equalizado, na América Latina, os existentes sistemas de exploração dos mídias sob a tendência capitalista-liberal de identificar, atrair e controlar, por via de competição oligopólica, o gosto, as aspirações e o interesse dos cidadãos.

Este livro demonstra, através de seus capítulos, os vários aspectos desta realidade. Mas mostra também, sobretudo em sua segunda parte, o crucial esforço que diversos agrupamentos sociais, crescentemente interligados entre si, estão fazendo para expressar-se, para adquirirem a visibilidade social que os meios de massa secularmente lhes tem negado.

O futuro – que pode, talvez, rapidamente transformar-se em presente – nos dirá se as estratégias das organizações progressistas e populares latino-americanas, para furar o bloqueio histórico de suas culturas, de suas idéias, de seu imaginário, de seus sonhos, de suas necessidades e aspirações terão sido eficazes.

Esperamos que sim.

Othon Jambeiro
Universidade Federal da Bahia

INTRODUÇÃO

Maria Nazareth Ferreira

Este livro recolhe resultados do Simpósio Internacional “Comunicação, cultura e política na América Latina, realizado pelo CELACC-CCA-USP. A decisão de publicar os principais textos daquele encontro justificou-se na medida em que os mesmos continuam inéditos e de grande atualidade.

A importância daquele encontro sobre a temática “Comunicação, cultura e política”, foi a necessidade de reunir informações, resultados de pesquisas e novas proposições teórico-metodológicas destinadas a investigar e compreender as sociedades e as culturas em um momento em que se sedimentam profundas transformações na economia, na política e nas tecnologias da informação e da comunicação.

Neste contexto, adquiriu relevo o intercâmbio de conhecimentos produzidos em diferentes áreas de estudo das Ciências Humanas no sentido de aprimorar os métodos e técnicas de pesquisa social de forma a poder propiciar um conhecimento mais acurado das questões relacionadas às formas como as sociedades absorvem e fazem uso das novas tecnologias – com ênfase nos processos comunicacionais – e como estas podem afetar as diferentes culturas e suas formas particulares de expressão, bem como as maneiras que os indivíduos, os grupos e as sociedades interpretam, assimilam ou ressignificam as manifestações culturais de caráter global,

cuja face mais visível pode ser encontrada na publicidade e nos produtos televisivos. Um outro debate que se colocou como necessário foi aquele que questiona as produções culturais das classes subalternas, quando se transformam em itens econômicos incorporados ao mercado, principalmente através do turismo, assim como as alterações que tais expressões podem sofrer ao assumir a qualidade de mercadoria. Outro tema crucial no momento em que se segmenta a sociedade e se formalizamos blocos econômicos em torno dos objetivos neoliberais, é o antigo e ainda inconcluso processo de integração dos países ao sul do Rio Grande. A contribuição de pensadores latino-americanos presentes no encontro, possibilitou ampla discussão desta questão.

Mas o aspecto mais significativo deste evento foi a possibilidade de tornarem públicas as engenhosas formas pelas quais os mais recentes movimentos sociais latino-americanos articulam e redefinem suas políticas de comunicação.

Este encontro de especialistas e pesquisadores possibilitou, portanto, avaliar tanto os métodos de investigação que estão sendo utilizados, as interpretações que as diferentes linhas teóricas promovem para explicar a realidade, bem como as formas como essas mudanças político-econômicas, sociais e culturais se refletem em novas expressões da sociabilidade, nos modos como o homem se insere e dá sentido ao mundo e nas maneiras como eles se identificam e se constituem como sujeitos sociais. É apenas através de um conhecimento mais amplo da realidade que se pode possibilitar a iniciativa para ações transformadoras.

Este livro está organizado em duas sessões; a primeira reúne trabalhos que discute a problemática da integração latino-americana sob o prisma da cultura, das novas tecnologias da comunicação, dos mercados regionais, bem como uma discussão sobre os percalços dos processos

integracionistas ao longo da história latino-americana. Na segunda sessão, são abordadas as políticas de comunicação dos movimentos sociais mais significativos na atualidade: o MST, o Neo-Zapatismo e o Pachacutik. Entretanto, o pano de fundo destes diferentes aspectos da realidade latino-americana, é o processo de globalização em curso no planeta.

I POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO
NA AMÉRICA LATINA

REINVENTANDO A CULTURA: DO ATUAL AO VIRTUAL

Muniz Sodré

A virada do século coincide com a passagem da comunicação centralizada, vertical e unidirecional (a “comunicação de massa”) às possibilidades trazidas pelo avanço técnico das telecomunicações, relativas à interatividade e ao multimedialismo, que reúnem num mesmo pólo produção e consumo. Em termos tecnológicos, passamos da dominância analógica (ondas hertzianas, transmissão por cabo) à digital (informação veiculada por compressão numérica).

Na verdade, podemos atestar a presença de um verdadeiro paradigma digital, que introduz novas variáveis técnicas, econômicas e políticas:

- Técnicas - a convergência digital reduz as barreiras materiais, permitindo a unificação de telefonia, radiofusão, computação e imprensa escrita;
- Econômicas – o maior ajuste entre oferta e demanda (a televisão digital, que permite ao usuário “montar” o seu próprio programa, é um exemplo) leva à redefinição da relação produtor/consumidor;
- Políticas – na medida em que as indústrias da telefonia e da computação avançam sobre o território tradicionalmente ocupado pela radiofusão em circuito aberto, abrem-se vias para o redesenho do controle político dos meios de comunicação.

A pergunta sobre as possibilidades de democratização ou de democracia participativa na mídia exige um esclarecimento preliminar quanto à natureza do poder da informação, quanto a sua especificidade. A democratização (um ponto-de-fuga para o atual *status-quo*) não é nada que se obtenha pela multiplicidade técnica de canais nem por uma legislação liberal aplicada às telecomunicações. A tecnocultura – essa constituída por mercado e meios de comunicação – implica uma nova tecnologia perspectiva e mental, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com as referências concretas e com a verdade.

De fato, todas as pesquisas até agora realizadas sobre os efeitos dos meios de comunicação, especialmente os efeitos políticos, levam à convicção de que, na construção da realidade social, a mídia é estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições, funcionando como agenda coletiva. A palavra agenda é, em latim, um participio futuro passivo: “(as coisas que) devem ser feitas”. Agendar é organizar a pauta de assuntos suscetíveis de serem levados em conta individual ou coletivamente.

A agenda não significa doutrinação ou inculcação de idéias em consciências dispostas como tabula rasa. Ou seja, ninguém vota num político televisivo porque a tevê manda, à maneira do Grande Irmão orweliano, e sim porque fez sua escolha a partir de um cenário – que a tevê cria por notícias convenientemente editadas, dramas espetáculos, entrevistas, comentários, na verdade, uma “agenda” sobrepetícia do que deve ser o político ou do que deve fazer o eleitor para tornar-se compatível com a modernidade apregoada pela economia de mercado, que por sua vez sustenta a televisão. Mas alguém pode votar num político determinando simplesmente porque ele está aí, no modo quase presente da imagem, ocupando o espaço publicitário que lhe foi reservado pelas disposições da legislação eleitoral.

A idéia, capitaneada pela televisão, dispõe, assim, de influência normativa no que diz respeito a costumes, hábitos e juízos de valor circulantes num grupo social determinado. Podemos ir ainda além: não apenas influência normativa, mas também sensorial, esta que conforma o sentido de nossa presença no território que habitamos, no nosso espaço humano de realização.

A esse espaço aberto à realização ou ação humana, o grego antigo deu o nome de *ethos* e fez dele o objeto de uma episteme, a Ética (*Ethikê*). Na palavra *etho*, e nos modos diferentes como era escrita em grego, ressoa o sentido de habitar, com toda a extensão e conexões dessa idéia. Ela designa tanto morada quanto as condições, as normas, os atos práticos que o homem repetidamente executa e por isso com eles se acostuma, ao se abrigar num espaço determinado. Costumes, hábitos, regras, valores, são os materiais que explicitam a vigência dos *ethos*.

A ética social imediata (a que Hegel chamou de *Sittlichkeit*), esta que experimentamos no cotidiano de nossas relações com o *sócius*, é propriamente a maneira (que vem de *manere*, permanecer, morar), a forma de vaidade de um grupo social específico. Aí transparece a unidade dinâmica de identificações do grupo, o modo como ele se relaciona com a sua singularidade, isto é, a cultura.

A maneira ou jeito de agir, a ação costumeira, seja de um indivíduo ou de um grupo, é o seu *ethos*. Caráter e personalidade afirmam-se no *ethos*, no modo como o sujeito se conduz, age ou produz. Ao se realizar, a ação pode transformar tanto o sujeito quanto o objeto. A ela o grego antigo dá o nome de *praxis* (*de prato* ou *prasso*, que significa agir, negociar, fazer algo em favor de si mesmo). *Praxis* é a ação imanente pela qual o sujeito transforma o padrão repetitivo do *ethos*, em virtude da finalidade de um bem-agir ou bem-fazer. Na Modernidade, a partir de Kant, o bem-agir pertence ao campo da razão prática, isto é, ao

campo do agir que visa à qualidade do agente em fluência de “livres”, por oposição aos pragmáticos ou utilitários.

No campo da prática, desenvolve-se a moderna consciência moral, vista coletivamente como a consciência do bom costume (*moris*, em latim) e individualmente como a faculdade superior de desejar, quer dizer, de produzir livremente efeitos correspondentes às suas representações. Em Kant, a moral apóia-se em regras ou normas com curso universal, independente da intenção de fazer um bem ou realizar um fim. O que interessa ao juízo moral é tão-só a conduta apropriada, no limite indiferente às idéias, aos fins, à política.

A obrigação moral representa sempre a palavra de um outro, que se impõe. A moral pode ser veiculada por qualquer instituição social, mas sua força costuma partir, na modernidade, da palavra daqueles que se autorizam como porta-vozes de estruturas e intemporais. A força do profético ou do pára-institucional está sempre presente nesses discursos, que pretendem refletir a vontade de Deus ou de um Absoluto. Calvino, o reformador, impunha-se socialmente como “a boca de Deus” e competia em influência com os poderes institucionais,

Esse discurso profético-religioso, que tem força moral, transmuta-se eventualmente em revolta, política e, na contemporaneidade, em ethos dos meios de comunicação. A mídia encena uma nova ética social imediata, com um profetismo particular e um conteúdo moral próprio. É a mesma moral do mercado: sujeito é sempre individual e só existe socialmente enquanto tem algo para comprar ou vender. Mas também é a mesma da profecia, no sentido de que se oferece como ponto de vista absoluto (porque onividente e ubíquo) sobre o mundo, como uma espécie de “boca de Deus”.

Comprar, vender, consumir, eis a fórmula essencial da moral mediática. Isto equívale a dizer que sua natureza é

a de uma sociabilidade viçaria, organizada pelo imperativo publicitário. A mídia fala do mundo para vendê-lo, sua verdadeira agenda é a do liberalismo comercial. E a força dessa fala comporta a profecia, devido ao caráter mítico-religioso do eticismo mediático. “Eticismo” é uma palavra possível para a regularidade de injunções e diretivas (jornalísticas, publicitárias, ficcionais) que, por ocupação rotineira do tempo e espaço públicos, configura a repetição contingente do costume ou de padrões de comportamento, o “mítico-religioso” é suscitado pelo efeito de simultaneidade, instantaneidade e globalidade característico da intervenção das modernas telecomunicações no tempo-espaço, que abole o espaço físico convencional por aceleração da temporalidade.

Nos Estados Unidos, desde o final dos anos setenta, como intróito à neoconservadora que resultaria no economicismo de Reagan (a chamada *reaganomics*), floresceu uma espécie de “capitalismo cristão” coadjuvado pelo tele-evangelismo eletrônico. Debruçada sobre a derrocada de valores tradicionais (a “onda” juvenil, o peso ideológico dos imigrantes, a expressão pública das minorias etc.) e centrada no messianismo do espetáculo místico, a “igreja eletrônica”, ou ainda “igreja comercial”, passou a constituir verdadeiros impérios televisivos. Neste contexto, tudo se vende e se compra – da fé à redenção, marketing e teologia andam de mãos dadas. Constrói-se por trás disso tudo, em termos políticos, a ambígua noção de “maioria moral”.

A princípio, o fenômeno parecia exclusivamente norteamericano. Hoje, entretanto, não é à-toa que a imprensa escrita fala de uma espécie de “guerra santa” entre as igrejas no Brasil, com o objetivo de montar cada uma o seu próprio império de rádio e televisão¹. A mídia eletrônica, além de

1. Segundo o jornal Folha de S. Paulo (10/08/97), pelo menos uma em cada sete rádios brasileiras vincula-se a uma igreja, o que soma 394 emissoras religiosas. Os católicos controlam praticamente a metade desse total, enquanto o restante distribui-se entre a Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista, Igreja Adventista do 7º Dia, Igreja do Evangelho

consolidar o status-quo doutrinário das igrejas mais antigas, impulsiona o crescimento das novas a exemplo da Igreja Renascer em Cristo que, em uma década, conseguiu arregimentar duas centenas de milhares de adeptos. É comum que os líderes religiosos ou pastores sejam versados em técnicas de marketing ou mesmo provenham desse campo profissional.

Não falta quem relativize o poder da mídia, lembrando que as Testemunhas de Jeová, sem rádio e televisão, figuram entre as maiores igrejas evangélicas do país. Mas é preciso atentar para o fato de que o “mediático”, enquanto categoria particular da forma-espetáculo, pode existir fora dos suportes tecnológicos, na medida em que coincida com o “mundo em si” separado da ação política imediata do homem e organizado poema-abstração mágica do espetáculo ou da profecia. Ou seja, a comunicatividade em si mesma torna-se espetacular e fascinante.

O eticismo mediático, que gera uma realidade viçaria, substitutiva, potencializa por sua iluminação agendadora, o fascínio contemporâneo pelo que é bem realizado tecnologicamente, pelo que se faz boa imagem. A regra “o que aparece é bom, e o que é bom aparece” – na verdade, uma interpretação distorcida do princípio de visibilidade das coisas públicas, que norteia a imprensa desde o século dezenove – institui-se como relação social entre pessoas concretas. O ser imagístico do homem erige-se como valor moral: a conduta apropriada na normalização social operada

Quadrangular, Igreja Assembléia de Deus, Igreja Universal, Igreja Renascer, Igreja Renascer em Cristo. Em certos casos, as Igrejas optam por alugar horários, ao invés de arrendar ou comprar emissoras. Quanto à televisão, só a Igreja Universal do Reino de Deus controla 18 emissoras, enquanto a Igreja Católica concentra-se na implantação da Rede Vida, que pretende tornar-se nacional com a instalação de retransmissoras em todo o país, financiada pelas dioceses.

pelo mercado consiste em visibilizar-se ou tornar-se imagem pública.

A imagem, forma de certo modo desconcertante por situar-se a meio-caminho entre o concreto e o abstrato, é um princípio gerador de real. Investida dos poderes de ubiquidade correspondente ao efeito tecnológico de simultaneidade, instantaneidade e globalidade, ela se torna homóloga ao ethos mítico-religioso e permite a interiorização psicológica de todo um mundo com valores prontos e estabelecidos. No caso da imagem mediática da contemporaneidade, trata-se do “mundo” do capital, um regime de poder orientado pela busca da riqueza abstrata, de riqueza em geral, expressa por dinheiro e valor de troca. O capital (com suas realizações tecnocientíficas) pode configurar-se como o “deus”, cuja teodicéia justificativa da ação divina é a mídia. Quanto à televisão, pela ubiquidade e pela multiplicidade de “línguas” que fala (desde os idiomas estrangeiros até a variedade dos conteúdos culturalistas), impõe-se como um Pentecostes laico.

Já a partir da segunda década deste século, Teilhard de Chardin, pensador cristão preocupado com a doutrina dos fins últimos (escatologia), associava às novas tecnologias da comunicação a sua idéia do caminho evolutivo da espécie para um organismo humano planetário, o “ultra-humano”. Chardin mantém a sua teologia filomaquinal e sem sagrado nas décadas subsequentes, referindo-se concretamente à “extraordinária rede de comunicação radiofônica e televisiva” como um verdadeiro sistema nervoso, um “estado superior de consciência, difuso nas franjas ultratecnizadas, ultrasocializadas, ultracerebralizadas da massa humana”.

2. Chardin, Teilhard de. “Siir l’Existence probable, en avaint de nous, d’un ultra-humain (1950)”. Em *L’Avenir de l’Homme*. Seuil: 1962, p.362.

Chardin está tocando, na verdade, num ponto delicado e crucial, que é a perfeita realização tecnológica do ponto de vista, da perspectiva, como princípio organizador da visão moderna. O ponto de vista não é mais único nem subjetivo, já que se difrata objetivamente por todo o espaço social, dando ao próprio mundo o poder de ver instantaneamente, simultaneamente e globalmente. A visão agora tornada objeto recobre uma infinidade de técnicas - do micro e do macro, que hoje redundam em tecnologias da imagem como o cinema, a fotografia, a televisão, o laser, a computação gráfica, a ressonância magnética etc. – responsáveis não apenas pela captação ou a representação de um referente, mas basicamente pela invenção de um espaço próprio.

As tecnologias comunicacionais fazem nascer aquilo mesmo que elas iluminam - daí, o visionarismo “mítico-religioso” das imagens - por meio de circuitos proteiformes, ao mesmo tempo tecnológicos, geográficos, econômicos, políticos, etc. A produção/ reprodução imagística da realidade não se define, portanto, como mera instrumentalidade, e sim, principalmente, como princípio(ontológico) de geração de real próprio. Daí, a socialização viçaria realizada pela mídia, junto à capacidade de permear os discursos sociais e influenciar moral-psicologicamente a forma mental do sujeito metropolitano.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: O RETORNO A UMA ANTIGA IDÉIA

*Maria- Susana Arrosa- Soares**

A idéia de que a integração regional é o caminho mais eficiente para enfrentar os problemas dos países da Bacia do Prata e aumentar a participação destes no mercado internacional, a partir da década de 80, adquiriu maior número de defensores e deu origem a um variado, mas pouco exitoso, conjunto de experiências integracionistas. Inúmeros acordos bilaterais ou multilaterais, acordos marcos, tratados regionais zonais ou sub-zonais, declarações de áreas de preferencia comercial etc. têm sido produzidos para desencadear processos de integração sub-regional, regional e continental. O balanço dessas tentativas, todavia, não permite que sejamos muito otimistas com relação a seu futuro.

Não é objetivos deste estudo apontar as razões e os responsáveis desses insucessos. Essa tarefa tem sido desenvolvida por outros pesquisadores que tem produzido inúmeros estudos apontando os caminhos e os descaminhos dos diversos esquemas de integração na América Latina.

O que nos propomos a analisar e discutir aqui é a evolução da própria idéia de “Americanidade” e de

* Com colaboração de Jefferson de L. Huffell

“integração americana”, desde seu nascimento no século XVIII até nossos dias, quando passou a ser identificada com blocos econômicos.

As propostas integracionistas não são novas na América Latina. Elas tiveram origem no período colonial. Nessa época, integração era associada à união das colônias espanholas para alcançarem a independência da metrópole. Mais forte que a intenção de promover uma união solidária entre todas as colônias, o que perseguia-se era sua emancipação da Coroa Espanhola e sua transformação em países livres. Os proprietários rurais e comerciantes “criollos” queixavam-se da falta de liberdade, das discriminações políticas e sociais, que as colocavam em desvantagem com relação aos espanhóis que residiam nas colônias. As camadas médias – em geral, mestiços, camponeses e escravos abrigavam sentimentos de revolta e de ódio das classes dominantes espanholas. Entre os defensores mais destacados da causa independentista tiveram um lugar saliente alguns intelectuais e militares: Francisco Miranda, o Precursor e Simon Bolívar, o Libertador, deram uma contribuição decisiva na construção da utopia integracionista.

O marco da tomada de consciência de uma América “nossa” é o registro feito por Francisco Miranda em seu diário de viagem aos Estados Unidos, em junho de 1783: ‘A su bordo va la mayor parte del ejercito de operaci3n, frutos y especies por valor de 60 millones de pesos. Estos productos habíati estado retenidos en *nuestra América* desde la declaraci3n de la guerra’³. *A nossa América é claramente diferenciada de “esta América” (Estados Unidos) para onde dirigia-se.*

3. Ricaurte Soler, *Idea y cuesti3n nacional latinoamericanas: de la independencia a la emergencia del imperialismo*. México, D.F.: Siglo XXI, 1980, p. 35 apuei Francisco de Miranda. *Textos sobre In Independencia*. Caracas: Guadarrama, 1959.

Francisco de Miranda⁴, um dos principais precursores da causa independentista das colônias espanholas, lutava por uma “Integração independentista” que incluía apenas os países de origem hispânica: todos filhos do mesmo pai, com a mesma língua, os mesmos costumes e a mesma religião. Todos injuriados do mesmo modo deviam unir-se na conquista da comum liberdade⁵.

A defesa da liberdade é uma constante na vida de Miranda:

“É um filósofo da Liberdade por todos os caminhos do mundo. Sua trajetória intelectual faz dele um Enciclopedista. É a mais completa réplica americana dos enciclopedistas do século XVIII. (...) Afirmando suas idéias Miranda e testemunha e ator em três formidáveis movimentos emancipatórios: 2 Independência da América do Norte, a Revolução Francesa e a Independência Indoamericana”⁶.

Entre 15 de março e 15 de maio de 1810, quando Miranda publicou o periódico intitulado “EL Colombiano”, já era clara sua intenção de promover o “espírito libertário” na América. A união das colônias espanholas, proposta por Miranda, recebeu o nome de Colômbia⁷ e tinha como fundamento e justificativa as semelhanças culturais e lingüísticas.

Em 1800, no manifesto intitulado “Proclamaci3n a los Pucblos del Continente Colombiano, alias Hispanoamérica” Miranda buscava exaltar os ânimos dos habitantes da Pátria Colombiana contra a metrópole espanhola:

4. Francisco de Miranda (1750-1816). Venezuela.

5. Idem, ibdem

6. Francisco de Miranda. *Textos sobre la Independencia*. Caracas: Guadarrama, 1959. p.14.

7. Miranda prop3s este nome em homenagem ao descobridor do continente americano.

“Llegó el tiempo ya de echar a los bárbaros que nos oprimen, y de romper el centro de un gobierno ultramarino. Acórdãos de que sois los descendientes de aquellos ilustres Índias que no queriendo sobrevivir a la esclavitud de su pátria, prefirieron una muerte gloriosa a una vida dos honrosa. Estos ilustres guerreros, presintiendo la desgracia de su posteridad, quisieron más bien morir bajo los muros de México, de Cuzco o de Bogotá que arrastrar las cadenas de la opresión. Muriendo víctimas de la libertad pública.

Vosotros vais a establecer, sobre la ruína de un gobierno opresor, la independéncia de vuestra pátria. Mas en ima empresa de tanta importância, en una empresa que va a cambiar el estado de vuestra situación, es de vuestra obligación hacer conocer ei universo entero, los motivos que os determinou, y probar de una manera irrefragable, que no es el ódio, o la mgra:itud, sino la voz de la justiça, y el sentimiento de vuestra própria conservación que os impelen a este esfuerzo memorable”.

Na etapa colonial, entre as colônias espanholas predominava a desconexão, a desintegração e a insularidade fomentada pela Espanha. Tudo convergia para a metrópole e a unidade entre elas era mantida desde cima, isto é, pela superestrutura governante. A integração continental proposta por Francisco Miranda era algo difícil de ocorrer; trezentos anos de isolamento tornavam muito difícil o surgimento de relações de solidariedade e de união.

Entre os Libertadores e ideólogos dos processos independentistas, foi Simon Bolívar quem mais lutou pela unidade da pátria americana e a criação entre seus contemporâneos, do sentimento de “americanidade” ou solidariedade continental. A “americanidade” teve sua expressão maior no pacto continental de solidariedade proposto por Bolívar na “Carta de Jamaica” de 1815. Em

8. Francisco de Miranda. *Textos sobre la Independencia*. Caracas: Guadarrama, 1959. p. 38 apud Javier Lopez Ocampo. *Historia de las ideas de integracion de America Latina*,. Caracas: Ed. Bolivariana Internacional, 1981.

sua condição de Chefe de Estado da Colômbia, enviou plenipotenciários ao México e aos países do Sul com a seguinte instrução na qual explicitava sua concepção de integração:

“Nada interesa en estos momentos como la formación de una Liga verdaderamente americana. Pero esta confederación no debe formarse simplemente sobre los principios de una alianza ordinaria para ofensa y defensa; debe ser mucho más estrecha que la que se ha formado ultimamente en Europa contra la libertad de los pueblos. Es necesario que la nuestra sea una sociedad de naciones, separadas por ahora y en ejercicio de su soberania por el curso de los acontecimientos humanos, pero unidas, fuertes y poderosas para sostenerse contra las agresiones del poder extranjero. Es necesario que usted encarezca incesantemente la necesidad que hay de poner desde ahora las cimientos de un cuerpo anfictiónico o asamblea de plenipotenciários que de impulso a los intereses comunes de los estados americanos que dirima las discórdias que puedan suscitarse en lo venidero entre los pueblos que tienen unas mismas costumbres y unas mismas habitudes, y que por falta de una institución tan santa pueden quiza encender las guerras funestas que han assolado otras regiones menos afortunadas .”

Simon Bolívar¹⁰, “o Libertador”, conhecia profundamente o ideário do Precursor Francisco Miranda e foi dele que recebeu a “idéia da continentalidade da Colômbia”, mencionada em diversos documentos nos quais, seguidamente, referia-se ao “hemisfério colombiano”. Os termos “Magna Colômbia ou Gran Colômbia” aparecem em textos como “la Carta de Jamaica” e referem-se a uma entidade nacional única, a realizar-se através, seja de uma só república continental, seja de uma pluralidade de repúblicas

9. Javier Lopez Ocampo. *Historia de las ideas de integracion de America Latina*. Caracas: Ed. Bolivariana Internacional, 1981 p.112-113 apud Bolívar.

10. Simon Bolívar (1783-1830) Venezuela.

unidas entre si por uma liga ou confederação¹¹ “Pueblo Colombiano” era o povo da “América Hispânica” e “Independência Colombiana” significava “Independência Americana ou Hispanoamericana”.

Bolívar ao propor em 1815 na Carta de Jamaica a união¹² legislativa e cultural de toda América, propunha a união da Nueva Granada e da Venezuela para formarem uma república central, com a capital em Maracaibo ou numa nova cidade que teria o nome de “Las Casas”. Segundo o Libertador “esta nação se chamaria *Colômbia* como um tributo de justiça e gratidão ao criador de nosso hemisfério¹³”

Javier Ocampo Lopez chama atenção sobre os diversos sentidos do nome “Colômbia”:

“Una reflexión sobre la ontología de Colômbia y en especial sobre los diversos planos de la interpretación que ha tenido su nombre, desde la continentalidad propuesta por el precursor Francisco Miranda, el plano subregional de unión de los países que integraron la gran Colômbia propuesto por el Libertador Simón Bolívar, hasta el plano regional nacional en el espado que antiguamente conformo el Nuevo Reino de Granada, nos seria una síntesis de la ontología del Nuevo Mundo, las Indias Occidentales, América o Colômbia, la cual parte de la unidad continental a la diversidad de las regiones y países. Es una teoría cíclica de estrecha relación, en donde el conjunto en proceso diacrónico está ligado profundamente a las partes. Una teoría cíclica geopolítica, socio-económica, cultural e histórica subregionales y el continente llamado ahora “Latinoamérica”, el cual está muy íntimamente relacionado con la idea de

“Colombia” a nível continental y nacional. Es una relación tan profunda, que los estados nacionales o países no se conciben sin su conjunto a nivel continental que representa la “Patria Grande”; y en la misma forma, la nación latinoamericana no se concibe sin la integración de los países en un solo cuerpo y con un destino común, con tendencias hacia la unidad para el siglo XXI “de la integración latinoamericana”.

A concepção bolivariana de integração americana foi influenciada pela situação da Europa após a derrota de Napoleão. Bolívar considerava que havia muitas semelhanças entre a situação da Europa e da América; ambas, lutavam pela sua liberdade. A América lutava contra as metrópoles Espanhola e Portuguesa e a Europa unia-se contra a França. Bolívar, afirmava:

“Uno de los efectos necesarios de este nuevo orden de cosas es el restablecimiento del equilibrio político, entre las naciones del continente (...) El despotismo e arbitrariedad de Bonaparte, es el tema de que se han valido para conseguir esta victoria”

Desde 1822 Bolívar, como presidente da Colômbia, procurou a adesão de alguns países para a criação de uma Liga ou Confederação. Em sua famosa carta de 7 de dezembro de 1824, ele propunha a realização no Panamá de uma assembleia geral de plenipotenciária das repúblicas americanas; ela, finalmente, realizou-se no dia 22 de junho de 1826, no convento de San Francisco na cidade do Panamá. Mas, como já previa Bolívar, essa reunião não teria sucesso face às disputas políticas entre alguns países latino-americanos.

Do Congresso do Panamá, pensado para unir os países de origem espanhola, participaram somente quatro Estados:

11. Leopoldo Zea (Compilador). *Fitentes de la cultura latinoamericana*. México: D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

12. Embora Bolívar pregasse uma união legislativa da América Latina, ele sustentava a tese de que os estados deveriam criar suas próprias leis de acordo com suas necessidades legais.

13. Javier Lopez Ocampo. *História de las ideas de integración de América Latina*. Caracas: Ed. Bolivariana Internacional, 1981. p. 12.

14. *Idem, ibidem*, p. 41.

15. Simón Bolívar, *La esperanza del universo*. Sautron: UNESCO, 1983. p. 86.

a Colômbia, que compreendia Venezuela, Equador e Panamá; o Peru, que compreendia o território da Bolívia; o México e a América Central. As Províncias Unidas do Rio da Prata, o Brasil e o Chile, por razões diversas, não compareceram. O Paraguai não foi convidado¹⁶.

“Después de quince años de sacrificios consagrados a la libertad de América para obtener el sistema de garantías que, en paz y guerra, sea el escudo de nuestro nuevo destino, es tiempo ya de que los intereses y las relaciones que unen entre sí a las repúblicas americanas, antes colonias españolas, tengan una base fundamental que eternice, si es posible, la duración de estos gobiernos”.

Os Estados Unidos participaram como observadores, apesar de Bolívar haver desejado que participassem do Congresso apenas os Estados Hispano-Americanos; seus delegados receberam instruções expressas para impedir a formação da Confederação, pois, ela poderia chegar a ser poderosa demais e vir a prejudicar os interesses norte-americanos na América. Bolívar repudiava a tendência expansionistas do país do Norte, seu caráter escravocrata e tinha clara consciência das diferenças que separavam os interesses da América Latina e dos desse país:

“Se quiere imitar a los Estados Unidos sin considerar diferencia de elementos, de liombres y de cosas., Nuestra composición es muy diferente a la de aquella nación, cuya existencia puede contarse entre las maravillas que siglo en siglo produce la política¹⁸”.

16. Demetrio Boersner. *Relaciones internacionales de America Latina. Breve historia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

17. Simón Bolívar. *La esperanza del universo*. Sautron: Unesco, 1983. p. 207

Javier Lopez Ocampo. *Historia de las ideas de integracion de America Latina*. Caracas: Ed. Bolivariana Internacional, 1981. p.123 APUD Bolívar.

As conclusões extraídas pelos estudiosos da análise dos documentos de autoria de Bolívar sobre as razões da convocação do Congresso do Panamá, são:

– “El Congreso habría de dar origen a una Liga de los Estados ‘antes colonias españolas’ .

– Una Asamblea de plenipotenciarios de las republicas hispanoamericanas concretaría una autoridad supranacional estable, con poderes reales, que habria de hacer efectivos los acuerdos concluídos.

– Además de ‘avanzar sin vacilaciones en el proceso de construir las bases legales de la ciudadanía hispanoamericana, como afirma Indalecio Liévano Aguirre, Bolívar esperaba del Congreso un dispositivo legal que sentara los fundamentos para la más estrecha unificación económica de los estados hispanoamericanos.

– Alcanzada la Confederación, ésta habria de pactar una alianza con Inglaterra con el propósito de prevenir todo intento de reconquista por parte de España, a fin de obligar a la Santa Alianza a reconocer los nuevos estados. En el equilibrio político mundial ‘la Inglaterra debería tomar necesariamente en sus manos el fiel de esta balanza¹⁹’.

Bolívar defendia a existência de um só governo para a “América”, pois, ela tinha em comum a mesma língua, tradições semelhantes e a religião católica como predominante. Mas características climáticas distintas e interesses econômicos contrários de muitas regiões não permitiram a efetivação de seus planos para América. Apesar disto, o tema “solidariedade” foi uma constante preocupação de Bolívar. Em uma carta a Juan Martín de Pueyrredón – supremo Diretor das Províncias Unidas do Rio da Prata – expressa suas intenções de solidariedade entre os povos do continente sul-americano.

19. Recarte Soler. Bolívar y la cuestión nacional americana em Leopoldo Zea et alii. *Bolívar y el mundo de los libertadores*. México: UNAM, 1993. pp. 50-51.

“La proclama que V.E, se ha dignado dirigimos es una brillante prueba de los sentimientos fraternales y altamente generosos de nuestros hermanos del sur. Con mayor satisfacción retorno a V.E. la respuesta cordial que, por mi órgano, han querido transmitir mis conciudadanos a los hijos del Rio de la Plata. En sólo deben apreciarse los sentimientos de tierna solicitud que animan a todos los venezolanos hacia sus dignos compatriotas meridionales.

V E. debe asegurar a sus nobles conciudadanos, que no solamente serán tratados y recibidos aquí como miembros de una república amiga, sino como miembros de nuestra sociedad venezolana. Una sola debe ser la patria de todos los americanos, ya que en todo hemos tenido una perfecta unida²⁰”.

Nesta etapa da história do processo de integração latino-americana, os *objetivos políticos* prevaleceram sobre os econômicos. As propostas de integração das jovens nações hispano-americanas tinham em comum a preocupação com a defesa de sua soberania e a manutenção da paz para sempre. No ideário bolivariano, as relações no hemisfério deviam ter por base a igualdade entre os povos, a solidariedade e a segurança coletiva. “Para sua época, o esquema bolivariano foi utópico. As idéias do Libertador, geniais e formosas, careciam de sustentação na sociedade latino-americana²¹”.

A Integração no Período Pós-Independentista

Seis décadas após o Congresso do Panamá, quando ainda todas as colônias ibéricas não haviam conseguido realizar suas independências, no horizonte começaram-se a formar novas nuvens ameaçadoras. Elas agora não vinham do outro lado do Atlântico; elas tinham sua origem ao norte da América, nos Estados Unidos e no Pan-americanismo.

20. Simón Bolívar. *La esperanza del universo*. Sautron: UNESCO, 1983. p. 129.

21. Dcinctrio Boersner. *Relaciones internacionnles de América Latina. Breve história*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

Face a elas, a integração dos países da América Latina passava a ser uma necessidade para garantir sua soberania; o avanço do imperialismo exigia a união de todos os países para salvaguardar sua soberania e a solidariedade continental. O perigo passava a estar na própria América e não mais na Europa, como no período colonial. “Um dos sintomas do espírito imperialista, produto de uma nova etapa do capitalismo norte-americano, constituiu o desejo de participar ativamente nos assuntos políticos da América Latina e em assumir de forma decidida o papel de árbitro nas relações internacionais americana²²”

A velocidade do desenvolvimento do capitalismo norte-americano exigia o abandono do isolacionismo que havia marcado suas relações com a América Latina e teve como principal ideólogo e promotor James G. Blaine, o político norte-americano mais representativo daquele momento.

Em 1823, o então presidente dos Estados Unidos, James Monroe, havia enviado ao Congresso mensagem que se criava a Doutrina Monroe. Nela, os Estados Unidos assumiam a condição de defensores das nações latino-americanas recém emancipadas e constituía-se numa advertência às potências européias: o Continente Americano estava fechado a toda intervenção ou tentativa de recolonização européia. Os três princípios gerais desta doutrina eram: a) o continente americano não pode ser objeto de recolonização; b) é inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos e, finalmente c) os Estados Unidos se absterão de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus²³”

22. *Idem, ibidem*, p. 139.

23. Voltaire Schiling. *EUA x América Latina*. Serie Revisão 12. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. p. 13.

O Latinoamericanismo surgido como reação ao Pan-americanismo, inspirado na doutrina de Monroe, foi a resposta dos países latino-americanos ao imperialismo dos Estados Unidos. O país do norte, acusado de imperialista e expansionista pelos nacionalistas latino-americanos, passou a constituir-se no principal inimigo das jovens nações do continente.

Neste período, destacaram-se homens como Torres Caicedo²⁴, o criador do nome “America Latina”: “Hay América anglo-sajona, dinamarquesa, holandesa etc; la hay española, francesa, portuguesa; y a este grupo, ¿que denominación científica aplicarle sino el de latina?²⁵”; José Martí, que combateu incansavelmente o Pan-americanismo e criou a famosa expressão “Nuestra America” e José Enrique Rodo, defensor do nacionalismo como força de resistência às intervenções externas, e cuja obra “Ariel ressaltava de forma poética as diferenças entre a “poderosa” América do Norte e a “oprimida” America Latina; entre o materialismo e o utilitarismo predominantes na primeira e o idealismo e o humanismo, na segunda.

José Maria Torres Caicedo, nascido em Bogotá em 1830, foi um dos primeiros pensadores latino-americanos a manifestar-se contra o imperialismo norte-americano. Ele “foi um verdadeiro profeta e um apóstolo do latino-americanismo²⁶” e dedicou sua vida à construção da unidade da “Latinoamérica”.

Nas décadas de sessenta, setenta e oitenta do século XIX, Caicedo procurou aglutinar forças para afrontar o

24. José Maria Torres Caicedo (1830-1889) Colômbia.

25. Artur Ardao. *Nuestra America Latina*. Montevideo:Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

Artur Ardao. *La inteligencia latinoamericana*. Montevideo: Universidad de la República, 1987.

imperialismo norte-americano, estimulando a formação de alianças diplomáticas entre os países. Em 1851, quando residia em Paris, Caicedo assim falava de uma certa “América Latina”²⁷:

“Desde 1851 empezamos a dar a La America espanhola el calificativo de latina; y esta inocente práctica nos atrajo el anatema de varios diarios de Puerto Rico y de Madrid. Se nos dijo:

– En ódio a España desbautizais la America: – No, repusimos; nunca lie odiado a pueblo alguno, ni soy de los que maldigo a la Espana en espanol! Hay américa anglosajona, dinamarquesa, holandesa, etc.; La hay española, francesa, portuguesa; y a este grupo, ¿que denominación científica aplicarle sino el de Latina? Claro es que los Americanos – Españoles, no hemos de ser Latinos por lo indio sino por lo Español... Hoy vemos que nuestra práctica se ha generalizado; tanto mejor²⁸”.

Caicedo, considerava que o nome América Latina, era o mais correto e apropriado para o conjunto das Américas espanhola, portuguesa e francesa²⁹. Ele não era expressão de nenhum sentimento anti-hispanicista; Caicedo valorizava a raiz cultural hispânica da América Espanhola.

Caicedo, publicou em 1862 a poesia “Las Dos Américas” na coleção “Religión, Pátria y Amor”, editada em Paris, que sintetizava seus sentimentos e crenças sobre o imperialismo norte-americano e a união dos países da América Latina:

27 Caicedo, o primeiro autor que utilizou em sua obra o nome de “Latinoamerica”, foi uma pessoa com grande influência no meio diplomático latinoamericano nas décadas de sessenta e setenta do século XIX.. Suas principais obras estão: “Unión Latinoamericana”(1865), “Ensayos biográficos y de crítica literaria sobre los principales publicistas, poetas y literatos hispanoamericanos” e “Religión, Pátria y Amor”.

28. J. M. Torres Caicedo. *Mis Idéias y Mis Principios*. Paris: 1875, T.I. p. 151.

Alguns autores, como Artur Ardao, consideram apropriada esta denominação, por referir-se à língua mãe, o Latim.

“Mas aislados se encuentran, desunidos/ Estos pueblos nascidos para aliarse;/ La unión es su deber, su ley amarse;/ Igual origen tienen y misión;/ La Raza de la América Latina,/ A2 frente tiene la sajona raza,/ Enemiga mortal que ya amenaza/ Su libertad destruir y su perdón./ La América del Sur está llamada/ a defender la libertad genuína,/ la nueva idea, la moral divina,/ La santa ley de amor y caridad./ El mundo yace entre tinieblas hondas:/ En Europa domina el despotismo,/ De América en el Norte, el egoísmo,/ Sed de oro e hipócrita *piEDAD* ³⁰”.

No ano de 1865, em a “União Latino-americana”, Caicedo propunha: a criação de um sistema liberal para o comércio; uma convenção de correios que tivesse liberdade para a gravação dos periódicos; a abolição dos passaportes; a unidade dos princípios que deveriam reger os consulados e o comércio. Também propunha que nenhum país latino-americano cedesse parte alguma de seu território, nem apelasse à proteção de nenhuma potência mundial. Ele denunciava as intrigas da diplomacia norte-americana e inglesa contra os ideais bolivarianos de integração das nações latino-americanas. Da mesma forma, Caicedo condenava as intervenções dos Estados Unidos na política latino-americana do século XIX, como as que haviam ocorrido no México e na Centro América.

“Hoy más que nunca necesitan estas Repúblicas:/ Realizar una gran confederación para unir sus fuerzas y recursos, y presentarse ante el mundo bajo una forma más respetable./ Para llevar a cabo esta idea preciso sería fijar entre otros puntos:/ El de la reunión de una Dieta Latinoamericana;/ ... El de la adopción de unos mismos códigos, pesas, medidas y monedas./ El del establecimiento de un tribunal supremo que decidiera amigablemente acerca de las cuestiones que se suscitaban entre

30. Javier Lopez Ocanipo. *História de las ideas de integración de América Latina*. Caracas: Ed. Bolivariana Internacional, 1981. p.23 APUD Torres Caicedo, 1892

dos os más repúblicas confederadas; y que llegado el caso, hiciera ejecutar sus sentencias por médio de la fuerza...³¹”

Caicedo, fundador do latinoamericanismo e Blaine, pai do Pan-americanismo, nascidos no mesmo ano (1830) representavam duas formas opostas de convivência e organização das relações hemisféricas. Enquanto Caicedo encarnava os ideais bolivarianos de igualdade e solidariedade, Blaine representava o ideário de Monroe e de suas pretensões de hegemonia.

Um passo importante na política norte-americana com a América Latina foi a correspondência enviada em 29 de novembro de 1881 pelo então secretário de Estado James G. Blaine do governo de Garfield aos representantes diplomáticos dos Estados Unidos nas capitais da América Latina. Nela instruía-os a transmitir, aos governos locais, o convite para participarem em Washington de um congresso para discutir os métodos de prevenir guerras entre as nações da América. Responderam afirmativamente ao convite nove países, mas o Congresso, finalmente, não se realizou. O assassinato de Garfield, e uma campanha da imprensa contra Blaine, forçaram sua renúncia.

“Blaine foi, com certeza, o primeiro político norte-americano em empregar a expressão nossa América para designar não já o conglomerado estadunidense mas sim toda a extensão do continente. A necessidade de derramar sobre a América latina os excedentes da vertiginosa industrialização impunha o uso de formulas que ocultassem a conhecida arrogância³²”

31. *Idem, ibidem*, p. 25.

32. Ricaurte Soler. *Idea y cuestión nacional latinoamericanas: de la independencia a la emergencia del imperialismo*. México: D.E. Siglo XXI, 1980. p. 213.

Eduardo Prado, primeiro escritor anti-imperialista brasileiro, fez em seu livro "*A ilusão americana*" de 1893, o seguinte retrato do secretário de estado americano:

"Blaine foi e tinha que ser o estadista de sua época. Tinha bela presença, a sua voz era insinuante, o seu olhar era agudíssimo, o seu sorriso era cheio de finura. Foi chamado o homem magnético. Era um grande orador e um escritor de raça. A sua ilustração era vasta em assuntos de política nacional, deficiente no resto dos conhecimentos humanos, mas o seu talento supria tudo. Fez-se grande e subiu por si. Os seus adversários atribuíam-lhe grande número de capitulações de consciência com os interesses de grandes financeiros, e a sua pobreza sabida era um pouco contraditória com o luxo de sua vida, com o seu belo palácio de Washington, com os vastos salões, cheias de objetos de arte e de retratos, bustos, estátuas, medalhas, quadros, gravuras e mil outras recordações de Napoleão, herói da especial admiração de Blaine. O estadista republicano tinha idéias dominadoras e o Temperamento cesariano (...) Ele imaginava a águia americana pairando, de pólo a pólo, com as asas poderosas expandidas (...) Ele queria que ela dominasse, que o seu olhar perscrutasse dos Andes, as planuras do Amazonas, a vastidão dos pampas e o infinito dos mares (...). Blaine no poder, era uma ameaça para toda a América³³."

Em 1889, ano da morte de Gucedo, James J. Blaine organizou a Conferência Pan-americana de Washington na qual o governo americano pôs em discussão a adoção do arbitramento obrigatório para a solução dos conflitos internacionais; a celebração de tratados com o governo de Washington estabelecendo uma parcial ou total e recíproca isenção de direitos de importação entre o país contratante e os Estados Unidos; e (este apenas para encher o tempo), o estudo de um caminho de ferro dos Estados Unidos a

33. Eduardo Prado. *A ilusão americana*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp. 85-86.

Patagônia, ligando entre si as repúblicas americanas³⁴". Com primeiro ponto concordou a maioria dos países sendo o Chile, a única exceção. O Brasil foi o primeiro país a assinar o tratado de reciprocidade comercial, conhecido pelo nome Blaine Salvador, pois, seus signatários foram o secretário de Estado norte-americano e o Embaixador do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça.

A formação de uma união aduaneira americana deveria criar, segundo Blaine, uma reciprocidade comercial que se aproximasse a um regime de livre comércio em grande escala. Ela era de grande interesse dos Estados Unidos, pois, preocupava-os a pouca atividade comercial que havia com os países da América do Sul e o crescente intercâmbio comercial destes com a Europa.

O projeto da União Aduaneira não recebeu o mesmo assentimento dado aos outros dois pontos: a arbitragem e a estrada de ferro continental. A Comissão encarregada de analisar a proposta apontava as seguintes razões para explicar a oposição de muitos países:

"A maioria considerava que não era viável, por agora, o estabelecimento dessa união como sistema continental, entre outros motivos, porque todas as nações americanas derivam sua principais rendas dos direitos que recolhem sobre o comércio exterior; e as que não são manufatureiras, sofreriam uma redução mais ou menos considerável nessas rendas, das quais dependem em grande parte para cobrir seus gastos públicos. As, manufatureiras, como os Estados Unidos da América, teriam que prescindir ao menos parcialmente, do sistema protecionista que adotaram em maior ou menor escala e não parecem estar preparadas ainda para dar esse passo. Além disso, um tratado de reciprocidade mutuamente vantajosos entre duas nações contíguas poderia ser prejudicial se extensivo a todas, dando-lhe o caráter continental, principalmente se levar-se era consideração

34. *Idem, ibidem*, p. 145.

que as produções de muitos dos Estados americanos são similares. Enquanto subsistam esses obstáculos, parece, pois, prematuro propor o livre cambio entre a nações deste hemisfério”

O delegado argentino e futuro Presidente da Argentina, Roque Sáenz Peña, em sua intervenção na sessão da Conferência do dia 15 de março de 1890, opunha-se frontalmente à criação da Liga Aduaneira:

“O comércio recíproco de nossos povos se desenvolverá pesadamente, sem o contato do mercado produtor com o fabricante; esse é precisamente o intercâmbio com suas formas próprias e acentuadas entre o velho e o novo mundo; nasce e vive do complemento da riqueza produtora com a força fabril; e tudo o que ligue mercados similares na produção será estéril, quando não pernicioso”.... “um pacto continental seria desnecessário à maioria dos países hispano-americanos; assegurar o livre cambio entre mercados que não têm nada a trocarem seria um luxo de utopia e exemplo de esterilidade; eu estou muito longe de combater o livre cambio, recisto somente às declarações suntuosas que seriam tão desfavoráveis como improfícuas ao comércio da América”³⁵

Apesar das manifestações de simpatia entre o Norte e o Sul do continente, a Conferência de Washington não conseguiu unir os países americanos. Grandes diferenças de desenvolvimento econômico as separavam. A grande potencialidade econômica dos Estados Unidos, que desde 1889, vinha crescendo de forma desmesurada, superava violentamente o lento processo de desenvolvimento da América Latina³⁷.

35. Lázaro Barbieri. *La integración de Latinoamérica*. Buenos Aires: Troquel, 1961, p. 77.

36. Garcia Merou APUD Barbieri, 1961, pp. 77-78.

37. *Idem, ibidem*.

“Iberoamerica, depois do fracasso do sonho anfitriônico de Bolívar, mostrava um mapa de divisões políticas e compartimentos estanques no econômico (...) os intercâmbios no sul do hemisfério eram praticamente nulos, salvo no que concernia a alguns produtos, preferentemente naturais, que trocavam entre si pares de países vizinhos. Não existia, nem embrionariamente, uma tendência circular para o comércio intra-regional”³⁸.

Caicedo considerava impossível a unidade geral das duas Américas; segundo ele, os interesses norte-americanos de expansão e intervenção eram incompatíveis com os interesses latino-americanos em desenvolver seus países.

O cubano José Martí³⁹, principal ideólogo e dirigente da última revolução americana contra a dominação espanhola na América e da qual resultou a independência de Cuba, foi um dos principais porta-vozes do anti-imperialismo e o criador da expressão “Nuestra América” para denominar os países hispano-americanos. Ele opunha-se às pretensões norte-americanas de estabelecer um monopólio comercial na América Latina: “el pueblo que compra manda”. No dia 2 de novembro de 1889, em correspondência enviada ao jornal argentino *La Nación*, do qual era correspondente em New York, assim referia-se ao Congresso de Washington proposto e organizado sob inspiração de Blaine:

“Jamás hubo en America, de la independencia acá, asunto que requiera más sensatez, ni obligue a más vigilancia, ni pida exámen más claro y minucioso, que ei convite que los Estados Unidos potentes, repletos de productos invendibles, y determinados a extender sus dominios en America, hacen a las naciones americanas de menos poder, ligadas por ei comercio libre y útil

38. Gustavo Magariños. *Comércio e Integracion - Mundo, Continente e Región*. Tomo I. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, 1994. p. 133.

39. José Martí (1853-1895) Cuba.

con los pueblos europeos para ajustar una liga contra Europa, y cerrar tratos con el resto del mundo. De la tiranía de España supo salvarse la América española; y ahora, después de ver con ojos judiciales los antecedentes, causas y factores del convite, urge decir, porque es la verdad, que ha llegado para la América española la hora de declarar su segunda independencia⁴⁰”.

No texto “Nuestra América” publicado em 1891 em seu exílio no México, Martí assim se referia ao imperialismo norte-americano:

“El desden del vecino formidable, que no la conoce, es el peligro mayor de Nuestra América: y urge, porque el día de la visita está próximo, que el vecino la conozca pronto, para que no la desdene. Por ignorancia llegaría, tal vez, a poner en cila la codicia. Por el respeto, luego que la conociese, sacaría de cilas las manos. Se há de tener fe en lo mejor del hombre y desconfiar de lo peor de él. Hay que dar ocasión a lo mejor para que se revele y prevalezca sobre lo peor. Si no, lo peor prevalece. Los pueblos han de tener una picota para que les azuza a odios inútiles; y otra para quien no, les dice a tiempo la verdad”.

Martí opunha-se à criação da União Pan-americana dos Estados da América, proposta pelos Estados Unidos, por considerar que ela serviria apenas aos interesses econômicos desse país. No artigo “La Conferencia Monetaria” de maio de 1891, Martí denunciava a intenção implícita na proposta norte-americana: “Ningún pueblo hace nada contra su interés; de lo que se deduce que lo que un pueblo hace es lo que está en su interés. Si dos naciones no tienen intereses comunes, no pueden juntarse. Si se juntan, chocan⁴¹”.

40. José Martí, *Política de Nuestra América*. 2ª.ed. México: D.F: Siglo XXI, 1979, p. 152.

41. *Idem, ibidem*, pp. 203-204.

Martí classificava de desertores os setores sociais latino-americanos que aliavam-se aos Estados Unidos e que estimulavam e ajudavam a penetração dos capitais desse país na América Latina. Sua colaboração facilitava a contratação de funcionários, a organização de empresas e políticas ad hoc, para a exploração dos homens e das matérias primas na América Latina. “Estos hijos de nuestra América, que ha de salvarse con sus Índios, y va de menos a más; estos desertores que piden fusil en los ejércitos de la América del Norte, que ahoga en sangre a sus indios, y va de más a menos

Outro ilustre representante desta fase de combate ao Pan-americanismo foi o uruguaio José Enrique Rodó⁴². Ele lançou as bases do “nacionalismo defensivo”. Rodó acreditava que só o apego aos valores nacionais permitiria resistir à dominação econômica de países estrangeiros. Só através da valorização de qualidades e valores nacionais poderiam surgir homens idealistas, capazes de tornarem reais seus ideais de manter a soberania das nações latino-americanas.

“Todo aquele que se consagre a difundir e defender na América contemporânea um ideal desinteressado do espírito – arte, ciência, moral, sinceridade religiosa, política de idéias – deve educar sua vontade no culto perseverante do porvir. O passado pertence inteiramente ao braço que combate; o presente pertence, também quase por completo, ao rude braço que nivela e constrói; o futuro – um futuro tanto mais próximo quanto mais enérgicos o pensamento e a vontade dos que por ele anseiam – oferecerá a estabilidade, o cenário e o ambiente para o desenvolvimento de faculdades superiores da alma⁴³”.

42. José Enrique Rodó (1871-1917) Uruguaio. Rodó foi autor de: “Ariel”, “Motivos de Proteo”, “El Mirador de Próspero”, “Rumos Nuevos”, “La gesta de la forma”, “El que vendrá” e outros.

43. José Enrique Rodó. *Ariel*. São Paulo: UNICAMP, 1991, p. 101.

Rodo, professor de literatura na Universidade de Montevideo, foi, entre 1902 e 1914, deputado do Partido Colorado. Sua mais importante obra, publicada em 1900, “Ariel, apareceu ao nascer o século XX, estimulada pela expansão americana iniciada com a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha. Nesta obra, inspirada nas figuras contrapostas de Ariel e Calibán do drama de Shakespeare (A Tempestade), Ariel personifica o latino culto, orientado por valores morais e Caliban, o utilitarismo e pragmatismo norte-americano. A expansão e difusão do espírito “calibanesco” na América Latina preocupava Rodo; a “nordomanía” era apontada como a tendência das pessoas de imitarem a cultura norte-americana, associada à modernidade e ao progresso. Rodo alertava, principalmente os jovens, contra o Calibán do Norte e o Calibán do Sul:

“Existen ya, en nuestra América latina, ciudades cuya grandeza material y cuya suma de civilización aparente, la acercan con acelerado paso a participar del primer rango en el mundo. Es necesario temer que el pensamieto sereno que se aproxime a golpear sobre las exterioridades fastuosas, como un cerrado vaso de bronce, sienta el ruido deseconsolador del vacío. Nexesario es temer, por ejemplo, que ciudades cuyo noble fue un glorioso símbolo en America; que titvieron a Moreno, a Rivadavia, a Sarmiento; que llevaron la iniciativa de una inmortal revolucion; ciudades que hicieron dilatarse por toda la extensión de un continente, como en el armonioso desenvolvimiento de las ondas concentricas que levanta el golpe de la piedra sobre el agua dormida, la gória de sus heroes y la Palabra de sus tributos, puedan terminar en Sidón, en Tirc, en Cartago⁴⁴”.

A beleza e a natureza deviam-se contrapor à deficiência moral e ao utilitarismo. Ariel era o espírito próprio da “Nuestra América”, um ideal de existência, que não se

44. Leopoldo Zea (Org). *Precursos del pensamiento latinoamericano contemporaneo*. México: D.F.: SEP, 1979, p. 24 apud Rodó, 1900.

opunha ao progresso material, mas que devia conduzir ao desenvolvimento integral do homem; “Ariel é a razão e o sentimento superior. Ariel é este sublime instinto de perfectibilidade, por cuja virtude se engrandece e se converte em centro das coisas, a argila humana a que vive vinculada sua luz...”⁴⁵ Calibán, ao contrário, representava o materialismo, o espírito prático, positivo que, em vão, a América Latina buscava imitar.

O sujeito histórico do arielismo era a juventude a quem Rodo se dirigia:

“A vossa geração cabe impedi-lo, à juventude que se levanta, sangue, músculo e nervo do porvir. Quero considerá-la personificada em vós. Falo-vos agora imaginando que sois os destinados a guiar os demais nos combates pela causa do espírito. A perseverança de vosso esforço deve se identificar em vosso íntimo com a certeza do triunfo. Não percais o alento pregando o Evangelho da delicadeza aos citas, o Evangelho da inteligência aos beócios, o Evangelho do desinteresse aos fenícios”⁴⁶.

“Ariel”, espírito próprio da América latina, não devia renunciar ao progresso material; Calibán devia ser assimilado e posto ao serviço de Ariel. “Calibán -diz Rodo- pode servir a Ariel, se Ariel sabe orientar Calibán. Sem a conquista de certo bem estar material é impossível nas sociedades humanas, o reino do espírito”.

O latino-americanismo da Caicedo, Martí e de Rodo expressava o temor de que a espiritualidade de seus povos fosse contaminada pela norte-americanização dos valores, hábitos e costumes. Cada um e, em resposta ao avanço do panamericanismo, enfatizou uma dimensão da integração latino-americana que, nos três casos, estava profundamente

45. *Idem, ibidem*.

46. Leopoldo Zea (Org). *Precursos del pensamiento latinoamericano contemporáneo*. México, D.F.: SEP, 1979, p. 24 apud Rodó, 1900.

associada à dimensão cultural, à suas raízes latinas, aos indígenas e à terra por eles habitada. Mas, com o aumento do poder industrial e financeiro dos Estados Unidos, ele passou a ser também a expressão da solidariedade dos interesses econômicos não só dos países hispano-americanos, mas também do Brasil e do Haiti.

Integração Regional X Integração Sub-Regional

A primeira metade do século XX foi marcada por um certo quietismo na América Latina. Enquanto a Europa atravessava o terror de duas guerras mundiais, cada país latino-americano, fechado em si mesmo, percorria seu caminho independentemente de seus vizinhos. Apenas algumas tímidas tentativas de aproximação ocorreram, mas elas não chegaram a criar relações de colaboração ou intercâmbio comercial estáveis.

“As reiteradas frustrações experimentadas anteriormente em torno aos esforços integracionistas determinaram que o bilateralismo tenha sido a tônica da relação econômico-comercial entre nossos países durante a época de crise dos anos 30 e no início do período de pós-guerra”. (...) “Entretanto não faltaram nesse lapso iniciativas multi-laterais, algumas delas no âmbito específico do Cone Sul⁴⁷”

Em 1931, o Uruguai promoveu uma das primeiras iniciativas para impulsionar sua integração com a Argentina e o Brasil e defender seus produtos de exportação.

Já a Conferência Regional dos Países do Prata, realizada em Montevideu no início do ano de 1941, deu especial atenção aos problemas de natureza econômica, os

quais foram objeto de convênios e resoluções, alguns dos quais, do ponto de vista do processo de integração econômica, tiveram especial significação. Entretanto, a variedade e a dispersão dos temas tratados nessa conferência foram a demonstração de que ainda não estavam perfeitamente definidas, no critério dos respectivos governos, as modalidades de uma cooperação econômica⁴⁸. O Tratado firmado, em 21 de novembro de 1941, pelo Ministro Oswaldo Aranha (Brasil) e Enrique Ruiz-Guiriazú (Argentina), também foi um antecedente importante da integração sub-regional. Nele os dois países manifestavam:

“o propósito etc conseguir estabelecer em forma progressiva um regime de intercâmbio livre, que permita chegar a uma união aduaneira (...), aberta à adesão dos países limítrofes, o que não seria obstáculo a qualquer amplo programa de reconstrução econômica que, sob a base da redução ou eliminação de direitos ou outras preferências comerciais, viesse a desenvolver o comércio internacional, baseado no princípio multi-lateral e incondicional da nação mais favorecida⁴⁹”

Mas será somente vinte anos depois dessas primeiras tentativas integracionistas que a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), surgida pelo Tratado de Montevideu de 1960 e subscrito por onze países, dará início à etapa que, até presentemente, vem criando distintos mexidos de integração regional e sub-regional. A cooperação econômica sub-regional recebeu um importante impulso com a assinatura do Tratado de Brasília em 1969, que estabeleceu a “Cuenca del Plata”, e com o Pacto Andino, surgido do Acordo de Cartagena de 26 de maio de 1969, e

47. Gustavo Alagarmos. *Comércio e Integración - Mundo, Continente e Región*. Tomo I. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1994, p. 24.

48. *Idem, ibidem*.

49. Preâmbulo do Trabalho sobre Livre Intercâmbio *apud* Bandeira, 1994, p. 38,

do qual fizeram parte a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Peru.

O insucesso do multilateralismo da ALALC, os golpes de Estado e a instalação de ditaduras militares em vários países da América Latina e a transnacionalização da economia, levaram, na década de 70, a que “os distintos esquemas de integração de nossa região caíssem a níveis muito baixos de realização, o que motivou o ceticismo em diversos setores à respeito do papel que se podia esperar que desempenhasse a integração no desenvolvimento econômico e social da área⁵⁰”.

Com o surgimento do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), no dia 17 de outubro de 1975, através do Convênio do Panamá, nova tentativa de integração regional foi iniciada e dela participaram 25 países. O SELA tinha como uma de suas principais finalidades “promover uma Nova Ordem Econômica Internacional e melhorar a posição da América Latina no cenário mundial” (...) “priorizando deste modo a *dimensão externa da ação conjunta*”⁵¹.

Os objetivos mais importantes do SELA eram os seguintes:

- criar e promover empresas multinacionais latino-americanas;
- assegurar a produção e o fornecimento de produtos básicos;
- fomentar ações conjuntas para obter preços remunerativos e estáveis para as exportações;
- propugnar o desenvolvimento e o intercâmbio de tecnologias;
- propor medidas para que as empresas transnacionais se adaptem aos objetivos de desenvolvimento da região;

50. Iris Mabel Laredo. “Definición de los objetivos del proceso de integración latinoamericana en las três últimas décadas (1960-1990)” em I. M. Laredo (Coord) *La integración latinoamericana en el actual escenario mundial: de la ALALC – ALADI al Mercosur*. Rosário: Universidad Nacional de Rosário, 1992.

51. *Idem, ibidem*

- apoiar com ajuda os países que enfrentam situações de emergência;
- colaborar com os processos de integração da região, propiciando ações coordenadas que promovam sua convergência e a formulação de posições comuns nos fóruns internacionais⁵²”.

No decorrer das décadas de 70 e 80, os distintos processos de integração passaram por uma fase de estancamento. Os motivos foram de natureza não só política; também tiveram grande peso “a falta de correspondência entre meios e fins, entre modelos escolhidos, objetivos perseguidos e táticas adotadas para modificar as causas estruturais do subdesenvolvimento e da dependência da região⁵³”.

Diversas tentativas, envolvendo países signatários do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, buscaram criar relações entre dois ou mais desses países:

a) acordos bilaterais:

– 1974 – CAUCE

– 1975 – PEC

– 1985 – Ata de Iguazu assinada pelos Presidentes

Raul Ricardo Alfonsín da Argentina e José Sarney do Brasil em 30 de novembro, na ocasião da inauguração da ponte internacional “Tancredo Neves”, “oportunidade em que expressaram a vontade política de seus governos de promover e acelerar o processo de integração econômica bilateral⁵⁴”.

– 1986 – Programa de Integração Argentino – Brasileiro, assinado pelas mesmas autoridades em Buenos Aires, no dia 29 de julho, e ao qual se vinculou também o Uruguai.

52. *Idem, ibidem*

53. *Idem, ibidem*, pp. 22-23.

54. Vicente Guillermo Arnaud. *Mercosur. Unión Europea, Nafta y los procesos de integración regional*. Buenos Aires: Abeledo – Perrot, 1996.

– 1988 – Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, assinado pelos Presidentes Alonsin e Sarney no dia 29 de novembro, acelerou o processo de integração bilateral.

b) tratados multilaterais:

– 1980 – Em 12 de agosto o Conselho de Ministros de Relações Exteriores da ALALC, reunido em Montevideu cria a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) para substituir a ALALC.

– 1991 – Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul), foi assinado no dia 26 de março pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

– 1994 – “Cumbre de las Américas”, realizada em Miami nos dias 9 a 11 de dezembro, a convite do Presidente Clinton, reuniu trinta e quatro Chefes de Estado do continente. No discurso de abertura o Presidente norte-americano declarava quais eram os princípios que haviam inspirado a convocação dessa reunião hemisférica:

“– Preservar e fortalecer a comunidade de democracia das Américas;

– Promover a prosperidade através da integração econômica e o livre comércio;

– Erradicar a pobreza e a discriminação em nosso hemisfério.

– Garantir o desenvolvimento sustentado e conservar” nosso meio ambiente para as gerações futuras

Em contra da proposta norte-americana, setores latino-americanos mais preocupados pela defesa de sua identidade e a soberania nacional -regional formularam a idéia de uma convergência negociada dos diversos processos de integração sub-regionais e regionais para construir o grande projeto hemisférico de conjunto. Em lugar da assimetria de

55. *Idem, ibdan*, pp. 429-440.

países pequenos e não desenvolvidos em negociação bilateral com uma grande potência existiria uma simetria entre dois grandes sócios soberanos⁵⁶.

Conclusão

Este trabalho cujo objetivo foi identificar e analisar os distintos significados da integração latino-americana, desde o período colonial até a atualidade, chegou à algumas constatações:

No período colonial, a integração esteve associada à conquista da liberdade das colônias. Os ideólogos da época lutavam pela união do Continente Americano para enfrentarem o poder da metrópole colonial – a Espanha – e dele independizarem-se. Os projetos constituíam-se “em alianças políticas dos países da América para defender-se do expansionismo e da agressão dos países da Europa, com exceção da Grã-Bretanha que logo do fracasso de suas aventuras militares no Rio da Prata estimulava a independência dos países sul-americanos com o objetivo de poder introduzir seus produtos uma vez eliminado o monopólio comercial espanhol⁵⁷”. Apesar de, em certos períodos, o patriotismo transcender os limites territoriais, o sentimento mais forte todavia, foi o que associava o patriotismo com a nação, o que veio a frustrar o sonho bolivariano da “grande nação americana”.

A fragmentação resultante dos processos independentistas, além de territorial, foi política e econômica. Assim sendo, o “nacionalismo continental”

56. Demetrio Boersner. *Relaciones internacionales de América Latina*. Breve história. Caracas: Nueva Sociedad, 1996, p. 276.

57. Vicente Guillermo Arnaud. *Mercosur, Unión Europea, Nafta y los procesos de integración regional*. Buenos Aires: Abeledo – Perrot, 1996.

somente tinha vigência entre a reduzida elite latino-americana que se nutria de fontes comuns (os ideais enciclopedistas franceses, as declarações patriotas norte-americanas, a doutrina do liberalismo etc). A forma como ocorreu a formação dos novos Estados nacionais latino-americanos consolidou irreversivelmente a fragmentação do mapa sub-continental⁵⁸.

No período pós-independência, o significado de integração modificou-se. Nesta época, ela passou a significar a união da Latino-América para a manutenção da soberania dos países ameaçada pelo avanço dos interesses da emergente indústria norte-americana, que necessitava ampliar seus mercados. Durante esta etapa de “economia de exportação”, a América Latina cresceu *para fora*, especializando-se na exportação de produtos naturais e subordinando seu desenvolvimento às economias centrais, o que marcou muito as diferenças entre eles (as diferenças naturais e as circunstanciais estimuladas) e acentuou a “desagregação” latino-americana de maneira progressiva⁵⁹. Nos anos 30, dinamizado pelo setor público de cada país, iniciou-se com o *processo de substituição de exportações*, a etapa de *crescimento para dentro*, com especial destaque sendo dado ao desenvolvimento industrial. Esta fase foi marcada pelo confronto entre o Latino-americanismo ou “nacionalismo latino-americano” e o Pan-americanismo. A defesa dos interesses nacionais unificou, principalmente, o discurso das elites intelectuais, empresariais e políticas defensoras de projetos de desenvolvimento nacionais e que se opunham à entrada das companhias transnacionais.

58 Raúl Grien. *La integración económica como alternativa inédita para América Latina*. México: FCE, 1994.

59. *Idem, ibidem*.

Até os anos 50, todavia, o Latino-americanismo foi mais um conceito exortativo e chegou a inspirar partidos políticos, práticas revolucionárias e a Revolução Cubana. É a partir dessa década que começaram a ser freqüentes as referências à *união econômica regional*, considerada como o instrumento mais eficiente para estimular o desenvolvimento das sociedades latino-americanas e cujos defensores buscaram inspiração para sua argumentação na “consciência latino-americana”.

Uma política de integração regional começou a delinear-se com o surgimento, em 1956, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do Comitê de Comércio. Seus “membros propuseram pela primeira vez na Conferência Econômica Inter-Americana, celebrada no outono de 1957, em Buenos Aires – quando a tinta da assinatura do Tratado de Roma ainda esta fresca – um projeto para estabelecer ‘*gradual e progressivamente, de uma maneira multi-lateral e competitiva, um mercado comum latino-americano*’ o que nesses termos foi votado como resolução...”⁶⁰

As iniciativas integracionistas da segunda metade do século XX, em sua maioria privilegiando apenas o comércio entre os países, não modificaram a realidade social, econômica e jurídica do continente. Houve sim, uma profusa assinatura de acordos, tratados zonais e sub-zonais, declarações de áreas de preferência comercial etc, numa pseudo-renovadora eclosão de intenções integracionistas. A “macrocefalia comercial” que tem orientado a integração latino-americana na atualidade adulterou seus objetivos e sua operabilidade, inviabilizando-a como projeto histórico.

É necessário abandonar a busca confusa na qual se encontram os responsáveis da América Latina e, pela

60. *idem, ibidem*.

primeira vez no sub-continente, desencadear uma nova integração, que coloque em prática de forma regular e coerente os princípios da integração como processo, isto é, como uma continuada sucessão de fases organicamente conectadas a auto-impulsionadas entre si.

América Latina poderá desfrutar, no futuro, de uma identidade não só cultural mas também em termos de unidade e soberania política e econômica. Isto dependerá da livre decisão das elites políticas e culturais, do adequado aproveitamento das novas condições de negociação internacionais e de incorporação das massas populares que, em última instância, sentem mais intensamente a identidade nacional regional⁶¹.

61. Demetrio Boersner. *Relaciones internacionales de América Latina. Breve historia*. Caracas: Nueva Soceidad, 1996,

GLOBALIZACIÓN E INTEGRACIÓN CULTURAL REGIONAL

Jaime Astudillo Homero

Preliminares

La respuesta a la pregunta ¿Puede existir una integración regional sin una integración cultural? que delimita en parte, el eje temático de nuestra ponencia en este Simpósio Internacional, podría ser en principio negativa, si consideramos por lo menos dos razones pertinentes y esenciales:

– El reconocimiento de la cultura como *el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas*⁶², como un factor que atraviesa y da significado a toda la praxis social, a través de *rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social*⁶³ y por tanto, un elemento fundacional y prioritario del desarrollo de las sociedades y de sus procesos intrínsecos.

62. Néstor García Canclini. *Políticas Culturales y Crisis del Desarrollo: un balance latinoamericano*. México: Ed. Enlace. Grijalbo, 1987. p. 18.

63. UNESCO. “Declaración de México sobre políticas Culturales”. En Revista CULTURA n° 14, Quito, 1982.

– La aceptación de que los fracasos integracionistas que hemos vivido tanto en el ámbito de la región-latinoamérica, como en los ámbitos locales de nuestros países, han demostrado una gran debilidad de los ejes geopolíticos o estrictamente económicos en la articulación de estos procesos y también la ausencia notable de los referentes culturales como fuente de vinculación y diálogo entre interlocutores diversos. Es evidente que hemos carecido de una *fuerza cultural* capaz de forjar las experiencias integradoras en base no solo de nuestras similitudes sino sobre todo de nuestras diferencias en las cuales se sustentan simultáneamente: la integración de identidades y la posibilidad de comunicación entre ellas.

– Por otra parte, es evidente en este fin de siglo la tendencia hacia la globalización o mundialización de procesos económicos, políticos y socioculturales que adquieren un sentido planetario, contando para ello con la dinámica tecnológica de las comunicaciones masivas, de la informática y la telemática. La circulación mundial de valores y símbolos al tener un matiz unidireccional y un carácter claramente impositivo, genera múltiples efectos negativos, entre ellos: una homogeneización y uniformación creciente de formas de ser y actuar; una desconstrucción paulatina de las identidades socioculturales y por tanto de la diversidad, condición, hasta ahora, característica del mundo contemporáneo en la cual residen muchas de sus fortalezas y sus opciones futuras.

Sin embargo, esta tendencia es desigual, contradictoria, no consolidada. Concomitante con este cosmopolitismo homogeneizador y en gran parte como una respuesta a sus efectos, el mundo contemporáneo vive un creciente proceso de afirmación de la diversidad, de construcción y reconstrucción de identidades que se sustentan en nuevos procesos y actores sociales y en una nueva geografía cultural. No sólo casos extremos como la

resurrección de una variada gama de fundamentalismos e integrismos con diversa génesis, sino la revalorización de los “pequeños sucesos”, de las diferencias como sustento de la identidad y a la vez de diálogo entre interlocutores distantes y distintos, la reivindicación del espacio local y regional como ámbitos privilegiados para la realización de la vida cotidiana y de la cultura, son prueba efectiva del sistema de cruces oblicuos, contradicciones y matices que enmarcan la compleja relación entre globalización y fragmentación cultural.

Varios elementos del contexto del fin de siglo condicionan sustancialmente estas afirmaciones y nos plantean más que certezas un conjunto de interrogantes y temas para debate. Algunos de estos elementos son, en nuestro criterio, los siguientes:

Los matices del contexto

• 1.1. Los efectos de la globalización.

a. Las recientes transformaciones estructurales del mundo han afirmado la existencia de una crisis de civilización, una crisis del proyecto de modernidad, cuyos epifenómenos más notables son: la auto afirmación excluyente de un capitalismo realista y puritano que ha extendido al campo cultural sus rasgos de deterioro, degradación y erosión de los valores colectivos; la constitución de un mundo unipolar sustentado en un primitivo y despiadado esquema mercantilista; el retorno a los fundamentalismos y la histeria xenófoba; la deslegitimación de todo espacio público, de toda dimensión que tenga que ver con la vigencia de una ética colectiva y solidaria; la deliberada desinversión en el capital humano y el consecuente deterioro masivo de las condiciones de vida de la población. Características de un contexto que ha reducido el arte, la imaginación, la memoria, la literatura,

el poder reflexivo del hombre sobre sí mismo y su futuro, al nivel estrictamente permisible de lo no útil, lo superfluo, lo suntuoso, al nivel de lo que puede y debe ser sacrificado en primer lugar para satisfacer el fetichismo de un mundo signado con la hegemonía creciente de una razón instrumental presuntuosa y hasta ahora irrefutable.

Las necesidades culturales han sido ubicadas en el último peldaño de las necesidades humanas. La agenda diseñada para la década 1988-1997 por la UNESCO para la cultura, que proponía: el reconocimiento de la dimensión cultural del desarrollo, la afirmación y enriquecimiento de las identidades culturales, la ampliación de la participación en la vida cultural; y, la promoción de la cooperación cultural internacional, hasta la fecha, no ha tenido la vigencia ni los resultados esperados. La dimensión cultural en todos los países ha sufrido un deterioro considerable, especialmente en aquellos afectados por el subdesarrollo y sus limitaciones concomitantes.

b. La constitución acelerada del mundo contemporáneo en la añorada *global village* de MacLuhan o el *estado homogéneo universal* de Fukuyama que deberá surgir del *fin de la historia*, y por tanto del triunfo supuestamente inobjetable de la ideología liberal clásica y de la democracia representativa como su sistema político social, induce modificaciones esenciales en los patrones culturales preexistentes y genera actitudes, en muchos casos, proclives a la depredación cultural.

La difusión simultánea y mundial de las mismas informaciones y modelos de consumo y de culturas o formas de ser y actuar, originan un despojo paulatino de la identidad del sujeto de la cultura, de su historia y de sus formas diferenciadas de expresión. Una cultura que pretende construir deliberadamente una homogeneización compulsiva de los patrones de consumo cultural, reduce

los códigos culturales a mercancías, convierte al consumidor en un sujeto pasivo, amorfo, superfluo, sin intereses específicos ni formas de conciencia propias, sometido a un mercado interno y externo delimitado por aspiraciones, deseos e intereses económico-culturales impuestos.

c. La globalización tiene un eje económico con obvias derivaciones políticas y culturales. Un signo inequívoco que sustenta tanto la razón de ser del actual sistema como su proceso de globalización es el *desarrollo hiperbólico del mercado*. Un mercado que dicta las reglas económicas, que incluso ha desplazado la producción por el intercambio, transformando todo en mercancías sujetas al juego casi siempre despiadado de la oferta y la demanda. Hemos vivido y estamos viviendo una civilización de las cosas y no de las personas, de las mercancías y no de los seres humanos.

La vigencia de los patrones del mercado mundial contemporáneo y sus tendencias homogeneizadoras, han actualizado el tema de la relación conflictiva y polémica, entre los diferentes predicados de la cultura y particularmente los conceptos que caracterizan este debate: *cultura popular*, *cultura erudita* y *cultura de masas*. Tres pisos que conforman esa concepción hojaldrada del mundo de la cultura a la que se refiere García Canclini⁶⁴ que debe ser deconstruida en sus múltiples hibridaciones y con las herramientas necesarias: *ciencias sociales nómadas capaces de circular por las escaleras que comunican estos pisos*, según este autor.

El autor ecuatoriano Diego Iturralde afirma que *crear y difundir una cultura de masas es, al mismo tiempo, crear las*

64. Néstor García Canclini, *Ibid.* p. 14.

*masas*⁶⁵ pues la cultura de masas conlleva la creación de un código cultural simplificado que a la vez que tiende a homogeneizar el sentido cultural diverso de las comunidades sociales, tiende también a legitimar los valores y formas de vida de las culturas dominantes sobre las subalternas o dominadas.

La oposición creciente entre la lógica sócio-económica impuesta por el mercado y las necesidades sócio-culturales, ha impuesto un conjunto de determinaciones negativas como son: la disminución de la calidad estética en la producción artística culta; la sustitución o deformación, a veces violenta, de valores intrínsecos de lo popular; el congelamiento de la circulación de los bienes simbólicos en colecciones, museos, palacios, bienales y otros centros exclusivos; el desarrollo hiperbólico de determinados productos culturales más susceptibles de incorporarse al mercado.

Es notoria la desvalorización que han sufrido ciertos productos culturales, que no han sido incorporados ya sea masiva o selectivamente al mercado. Un ejemplo es la diferencia que existe en la región centro-sur del Ecuador, entre el valor de cambio que ha adquirido la creación plástica con relación a la tradicional producción literaria o los productos artesanales que se consumen en el mercado turístico en relación con la artesanía artística y creativa. Ejemplo aislados pero importantes en el Brasil son la promoción de la samba, el fútbol, el carnaval, desprovistos del íntimo simbolismo popular que pudieran tener, o más recientemente de los culebrones, al nivel de símbolos de la brasilianidad o más aún, la intolerancia que Renato Ortiz describe en la persecución y marginación a la *capoeira*, las fiestas populares, el culto afrobrasileño vital y vigoroso de

65. Diego Iturralde. "Práctica Política y Proyectos culturales" en *Historia, cultura y política en el Ecuador*. Quito: Editorial El Conejo-IDIS, 1988.

los *terreiros* y *xangós* y en el contrapunto entre el *gran carnaval* brasileño de los arlequines y colombinas y el *pequeno carnaval* de los *ranchos*, los *entrudos*, los *zés-pereira*⁶⁶,

Las empresas culturales, con muy pocas excepciones, dirigen sus inversiones a las áreas de recuperación económica más segura e inmediata: culebrones transnacionales, revistas y videos descafeinados., mercantiles y sin riesgo y todo lo masivamente comercializable, mientras decaen la experimentación estética y la crítica cultural y la video política convierte los intercambios de información en espectáculos deformes donde las acciones se reemplazan con actuaciones o simulacros y las necesidades colectivas de información, recreación e innovación están fatalmente subordinadas a la lógica de rentabilidad comercial de los *mass media*.

Estas manifestaciones culturales, cuyo marco conceptual apenas esbozamos, conviven en una trama compleja y contradictoria de interrelaciones, de procesos de hibridación creciente, en los que es posible reconocer una marcada preeminencia tendencial de la cultura de masas sobre la cultura erudita y popular, que nos reta con la tarea nada fácil de crear las condiciones para la preservación y promoción de estas formas de cultura.

d. Una creciente individualización de la vida social, profundiza las diferencias entre lo público y lo privado y exacerba la pérdida de la noción y el sentido que tiene compartir espacios, momentos, ritos y acciones que sustentan una cultura solidaria.

66. Renato Ortiz. "El atraso en el futuro: usos de lo popular para construir la nación moderna" En García Canclini (compilador), *Cultura y pospolítica. El debate sobre la modernidad en América Latina*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995. p.167-186.

A partir de la década de los setenta, con la consolidación del proceso de modernización que vive Latinoamérica, se promueve la ruptura acelerada de las formas de producción y del sistema tradicional con que hemos vivido y hemos pensado en nosotros mismos. La estructura urbana de nuestras ciudades ha sufrido una notable transformación que incide en sus cambios culturales. La ciudad es ante todo un centro de comunicación en el que circulan un conjunto de mensajes, símbolos y signos comunicativos que configuran el entramado urbano como un sistema que recopila, almacena, clasifica y distribuye información, sin embargo, la sustitución progresiva del *oikos* urbano por el individual, familiar o empresarial, ha significado una separación creciente del ciudadano de su espacio inmediato, de la población respecto de los espacios públicos siempre necesarios para la creación o recreación de la cultura,

e. La declaración universal de los derechos del hombre reconoce el *derecho a la cultura*, incluyendo en el texto de su artículo 27 *el derecho a participar del progreso científico y sus beneficios* que incorpora adecuadamente, como no podía ser de otra manera, la ciencia como una parte esencial de la cultura. Sin embargo en este importante ámbito, conviene destacar solamente un rasgo que afecta el principio y la necesidad urgente de contar con la autonomía suficiente para resolver nuestros específicos problemas de acuerdo con nuestras prioridades: una evidente dependencia cultural ligada con matices financieros, se esconde en la conformación de las llamadas “main streams”, parte esencial de la cultura tecnológica globalizada que establece prioridades del mundo desarrollado que estamos obligados a aceptar.

f. La revolución tecnológica asimilada en América Latina aunque con lentitud y diferencias, tiene como escenario privilegiado los medios de comunicación. La presencia en la vida cotidiana del fax, el correo electrónico,

los satélites, la videocasetera, el TV Cable, el láser, la cibernética, las computadoras, la comunicación interactiva, nos hacen pensar en una gran telaraña electrónica que vincula, que amplía horizontes, que abre posibilidades para un conocimiento más amplio y cercano del mundo en todas sus latitudes, pero al mismo tiempo consolida el control sobre la comunicación y la difusión de patrones culturales. Al menos dos parámetros importantes describen este problema: La avasalladora monopolización de la información y comunicación global por parte de las corporaciones transnacionales y la concentración de poder que eso significa (basta recordar que de las 100 agencias de prensa que existen en el mundo únicamente cinco de ellas: Associated Press, United Press International, Reuters, France Press y Tass controlan el 96 % de los flujos de noticias mundiales) y, lo que Howard H. Frederick denomina: las crecientes disparidades entre las poblaciones *info-rich* e *info-poor* (ricos y pobres en información) que el mismo autor ejemplifica con los siguientes datos:

El 95 % de todas las computadoras están en los países desarrollados. Cerca del 60 % de la población mundial experimenta una carencia aguda de libros. Un lector del New York Times consume más páginas de periódico cada domingo que un africano promedio en un año. EE.UU y la Comunidad de Estados Independientes con sólo el 15 % de la población mundial ocupan más del 50% de la órbita geostacionaria; el Tercer Mundo ocupa menos del 10 %. Diez países desarrollados con el 20% de la población mundial tienen casi las tres cuartas partes de las líneas telefónicas.⁶⁷

Muestras evidentes de una *comunicación* que incomunica y que aporta a una cultura del silencio en la que como siempre nuestros países están condenados al rol de

67. Howard Frederick H. *Democratizando el ciberespacio*. Revista Chasqui n° 45. CIESPAL. Quito. Abril de 1993.

receptores y no de actores, de elementos pasivos de un hecho comunicativo unilateral y por tanto menos libre.

La influencia del carácter transnacional de la comunicación, según Maria Nazareth Ferreira está transformando no solo las concepciones de vida, sino también los valores éticos, estéticos, artísticos y religiosos de las poblaciones anteriormente restringidas a una localidad particular con una identidad cultural propia y bien definida que se expresaba en su cotidianidad”⁶⁸.

- 1.2. Las políticas culturales en América Latina: Factor coadyuvante de la homogeneización.

A partir de la década de los cincuenta y salvando los óbvios matices, en América Latina se han reproducido cíclicamente, por lo menos alguna de las siguientes concepciones sobre la cultura y la acción cultural:

– La supuesta existencia de una cultura nacional basada en una irreal unidad y homogeneidad de la sociedad, articulada política y socialmente por un Estado unitario convertido en sujeto esencial de la cultura nacional única e indivisible, Esta noción ha llevado a desconocer la existencia de una gran diversidad de culturas que se interrelacionan entre sí de diferentes maneras y que todas por igual tienen derecho a pervivir y desarrollarse desde su autonomía y sus diferencias.

– Una concepción patrimonialista de la cultura orientada a la recuperación de los productos culturales del pasado para la conservación de la identidad cultural nacional, que ha llevado a privilegiar la restauración de monumentos

68. Maria Nazareth Ferreira. “América Latina: Globalización y Cultura” en *Efectos de la globalización en América Latina. Memorias del VIII Encuentro de realidad económica y social del Ecuador y América Latina*. Cuenca: 1997, p. 63.

culturales, la instauración de museos, la preeminencia de una visión arqueológica de lo cultural.

– Una concepción que privilegia los objetos sobre las prácticas y procesos culturales, que ha reducido la gestión cultural estatal a la dotación de servicios e infraestructura o a la promoción preferente de productos vinculados con la cultura erudita y no de la totalidad del imaginario cultural colectivo y sus diversas manifestaciones. Persiste asimismo la tendencia a espiritualizar la producción cultural bajo el aspecto de la “creación” artística separando por ejemplo, el arte de las artesanías y congelando la circulación de los bienes simbólicos.

– El difusionismo cultural que ha sido el sustento del mecenazgo estatal o privado muy vinculado con la idea generalizada de la cultura como espectáculo y con una visión esencialmente recreativa o paternalista de la misma (trenes de la cultura, casas de la cultura).

– La acción cultural ha sido genéricamente considerada un momento y un espacio subsidiario de la educación, restringiendo los amplios y ecuménicos contenidos del todo los procesos más limitados y operativos de una de sus partes.

– En lo que se refiere a su contenido creativo, ha primado una concepción de cultura asociada a las “bellas artes” y a las distintas manifestaciones de la cultura de élite. Paulatinamente, el Estado, las instituciones, la sociedad y los propios intelectuales o artistas asignan en mayor o menor grado un papel secundario y ornamental a la cultura en el espacio de las necesidades comunitarias.

La diversidad como sustento de la integración

En función del contexto adverso descrito, dos elementos se convierten, a nuestro juicio, en condición y sustento inevitable de los procesos de integración cultural: el fortalecimiento de la diversidad cultural en sus diferentes

manifestaciones y particularmente en sus variados niveles de territorialización y la ampliación de la noción conceptual y temática de la cultura.

• 2.1. La heterogeneización cultural. Un proceso en ciernes.

En contradicción con las tendencias homogeneizantes de la globalización y como una reacción lógica e inevitable al efecto *centrífugo* que origina la transnacionalización de la cultura, el mundo contemporáneo vive un creciente proceso de afirmación de la diversidad, de construcción y reconstrucción de identidades que se sustentan en nuevos procesos y actores sociales y en ámbitos territoriales cada vez más desagregados.

En términos de José Sánchez Parga, la respuesta compensatoria a la entropía cultural que ocasiona la homogeneización, es el proceso inverso de negentropía cultural por el cual y en base a los efectos de una *dinámica centripeta* "comienzan a fracturarse y recomponerse nuevas territorialidades culturales o se actualizan antiguos perímetros culturales con diferencias más marcadas", propiciando un "proceso de heterogeneizaciones culturales, de particularismos culturales, que afirman con mayor vigor sus microdiferencias."⁶⁹

En esta perspectiva y a pesar de la globalización, la dimensión territorial de lo cultural empieza a recuperar su importancia, se fortalece en la constatación fáctica del avance que ha tenido en los últimos tiempos lo local como espacio de reflexión y acción colectivas, lo regional como ámbito socio-espacial capaz de inspirar proyectos de desarrollo, orientar estrategias de resistencia cultural, gestar consensos

69. José Sánchez Parga. *Globalización, Gobernabilidad y Cultura*. ILDIS. Quito: Ediciones Abya-Yala. Febrero de 1997. p. 74.

con mayor facilidad y pertinencia que a otros niveles como el nacional o el internacional. Más aún, demuestran ser espacios privilegiados para la sustitución del mito moderno de la igualdad de los desiguales por el reconocimiento de la diversidad que fenomenológicamente tiene que ver con el concepto de alteridad, antropológicamente con la negación del etnocentrismo y culturalmente con la búsqueda de una real unidad del hombre a través del prisma de la variedad.

Estos procesos de diferenciación han demostrado también cuando posible y necesario es el fortalecimiento de procesos identitarios, como fuente de cohesión social, como una imagen propia para relacionarse con otras imágenes, como un punto de vista para no replegarse en sí mismo, matando el cosmopolitismo, sino para afirmar una actitud de apertura y de integración con el mundo.

La búsqueda de la unidad e identidad cultural de América Latina, casi siempre sustentada en el error de destacar lo similar eliminando las diferencias y, por tanto, creando la ficción de una sociedad unitaria y de una cultura única, ha dado paso en los últimos años, en medio de la insurgencia de la diversidad en todo sentido, a la evidencia de que nuestras sociedades son eminentemente multiculturales. Daniel Mato al referirse a los procesos actuales de construcción de identidades culturales en la región-América Latina, da cuenta de esta diversidad y de los intensos cruces de comunicación intercultural que la caracterizan al identificar al menos los siguientes procesos en desarrollo: *identidad transnacional pan amerindia; diversas identidades transnacionales "latino"americanistas; identidad transnacional afroamericana; identidad transnacional caribeño "latino"americana; identidad transnacional iberoamericana*⁷⁰.

70. Daniel Mato. *Procesos de construcción de identidades transnacionales en América Latina en tiempos de globalización*. Venezuela: UNESCO, 1994.

En el ámbito de las sociedades nacionales modernas (cuya existencia está cuestionada ahora por la vigencia de la mundialización o globalización) la constatación creciente de que el concepto socio-cultural de Nación, como expresión ideal de sociedad unitaria, no es más que una ficción construida y reproducida simbólicamente a través del signo del Estado Nacional ha fortalecido la presencia cada vez más activa de movimientos y fuerzas sociales que niegan cotidianamente este principio al reivindicar su particularidad e incluso su territorialidad cultural, actualizando la noción de lo multicultural y lo multinacional y recuperando el valor de lo local y lo regional como espacios privilegiados de realización de las culturas.

• 2.2. Hacia una noción renovada de cultura.

La insurgencia de nuevos actores o sujetos sociales en el escenario contemporáneo, el movimiento indígena, los movimientos urbanos y de género, la actividad de los intelectuales, la preocupación por la cotidianidad y la recreación de sus lenguajes propios, la traslación de la creación artística hacia sujetos distintos y nuevos, hacia conflictos más individuales que colectivos, el despojo de los ropajes éticos y políticos que afectaron el fondo y la forma del arte, para citar ejemplos, han actualizado también el tema de la diversidad cultural y por tanto de la necesidad de alimentar el debate para redefinir los alcances y límites conceptuales de la cultura, adoptando una perspectiva más rigurosa, analítica y fecunda para su análisis. Algunos de los siguientes elementos pueden suscitar y orientar este debate.

a. Partir de una concepción amplia de cultura. La aceptación de una definición antropológica y ecuménica del concepto de cultura, como continente del conjunto de rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos

capaces de caracterizar una sociedad o grupo social – y por tanto, las artes y las letras, las expresiones de la vida cotidiana, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias – puede facilitar la aprehensión cabal de la dimensión múltiple, polisémica y polivalente de los procesos culturales. En el contexto latinoamericano caracterizado por una notable heterogeneidad y diversidad étnica y socio cultural es más necesario aún el reconocimiento de dos grandes ámbitos situacionales de la cultura:

– La expresión integral de la vida, es decir la cultura como vida cotidiana; y,

– El testimonio intelectual de la misma, es decir como expresión erudita (arte, ciencia, pensamiento) o popular anónima.

b. Valorar la cultura como un derecho individual y social. La *optimización de la calidad de vida de la población*, objetivo cuya importancia ha crecido en los últimos tiempos, tanto como las dificultades que limitan su consecución, nos vincula con el amplio espectro de las necesidades y deseos humanos contemporáneos, en el que las necesidades espirituales o culturales se convierten en derechos culturales, con los mismos niveles de prioridad, urgencia o importancia que otros derechos colectivos o individuales. Las *necesidades culturales* son un conjunto de condiciones objetivas y subjetivas ligadas con el desarrollo de una vida más plena y satisfactoria de la comunidad, con la preservación y promoción de sus rasgos culturales y de las identidades locales y regionales. Es necesaria la creación programada y progresiva de instancias que amplíen la creación, difusión y consumo cultural, en el marco de una efectiva descentralización geográfica y administrativa de la gestión cultural, del disfrute de los bienes culturales y de una adecuada ampliación de los espacios de expresión de la cultura.

c. Consolidar las manifestaciones de la cultura erudita y popular. La polémica relación entre los conceptos: *cultura popular*, *cultura erudita* y *cultura de masas* nos motivan a concluir que es necesario adoptar una política de fortalecimiento de las manifestaciones de las culturas erudita y popular a fin de superar la hegemonía creciente del código cultural simplificado y homogeneizante de la denominada *cultura de masas*. El brasileño José Lutzenberger en su Manifiesto Ecológico sostiene que el predominio de una sola cultura como culminación del *terraplenaje cultural* que ocasiona la *cultura de masas*, auguraría el final de toda cultura, tesis que justifica la necesidad de estimular y promover estas formas de cultura, relativamente subordinadas, en una perspectiva amplia y pluralista que diversifique las opciones de consumo cultural permitiendo la práctica real del derecho a elegir y escoger.

d. Vincular el desarrollo cultural con el desarrollo productivo. Si se acepta que las manifestaciones culturales están condicionadas por los flujos y contradicciones que afectan al conjunto de la producción social de la vida y que sufren la desvalorización de su representación estética y simbólica por efectos de la globalización, es necesario promover una mayor vinculación de lo cultural con procesos productivos en ciernes o que deberían desarrollarse en el futuro que sean capaces de preservar y fortalecer estos valores culturales y a la vez lograr su vinculación simbiótica con los medios de circulación y consumo y una relación más directa entre las políticas de promoción y desarrollo cultural y las estrategias de inversión y valoración del mundo comercial y financiero, garantizando desde luego, la autonomía y la independencia de lo cultural para evitar su conversión en una simple mercancía sujeta a los cánones del mercado.

e. Superar la falsa oposición entre naturaleza y cultura. Esta oposición que está en la base conceptual del pensamiento occidental debe ser superada por una relación de complementación entre naturaleza y cultura, como siempre fue entendida en la tradición cultural indígena. La visión antropocéntrica que coloca a la naturaleza en el plano de elemento hostil que debe ser controlado y dominado por el hombre debe dar paso a la aceptación de que estos dos conceptos o dimensiones no pueden oponerse entre sí pues el hombre es también naturaleza, una naturaleza que produce cultura y que la cultura material no es sino naturaleza transformada por el hombre.

f. Fomentar la descentralización y la diversidad cultural. Casi sin excepción, los modelos estatales de desarrollo en América Latina, a más de acentuar los rasgos de centralización económica, política y administrativa y desigualdad social, han intensificado una excesiva concentración geográfica, cuyo epifenómeno es el desarrollo macrocefálico y polar de algunas regiones o ciudades manteniendo en el resto del territorio condiciones de marginalidad, desprotección y ausencia de desarrollo.

Sin duda han quedado rezagadas aquellas propuestas que en algún momento abogaron por las autarquías regionales como alternativa al centralismo, sin embargo, el debate sobre la "cuestión regional" ha ganado actualidad, no sólo como escenario de múltiples y complejas contradicciones en juego, sino también como opción y alternativa para potenciales procesos de desarrollo autocentrado y autosostenido basados en las características específicas de: naturaleza y medio ambiente – economía y población – sociedad y cultura, más susceptibles de integrarse y conjugarse en los contextos locales y regionales que en otros ámbitos territoriales. Esta opción de descentralización

territorial y socio cultural es sin duda una afirmación cabal de la diversidad y del rescate de la heterogeneidad como alternativa a las tendencias globalizantes y homogeneizadoras.

Es preciso además, abordar sin el conservadurismo que se esconde tras la defensa romántica o mitológica de un Estado social y administrativamente ineficaz o el temor artificioso a los bemoles operativos de la descentralización. las propuestas que actualmente están en debate sobre una efectiva desconcentración y sobre todo una real descentralización administrativa y financiera de la gestión de servicios y acciones sociales, entre ellos la gestión cultural.

A su vez, la participación comunitaria en la acción cultural requiere una organización de la sociedad civil en base a intereses comunes y específicos. Debería buscarse una participación más abierta, también descentralizada de los sujetos sociales protagonistas del hecho cultural, rescatando el modo de ser y el estilo de vida cotidiana de las comunidades, refuncionalizando sus ámbitos característicos: el espacio laboral o cultural de trabajo, el espacio civil o cultura política, el espacio familiar y el espacio escolar que es retroalimentado por los anteriores y anticipa un patrón de comportamiento frente a las necesidades del entorno. Para ello siempre será necesaria la contribución de especialistas en las difíciles e importantes técnicas de la promoción y la animación cultural.

Un punto y aparte: la integración cultural en Latinoamérica.

Con la gran limitación que implica el abordar marginal y superficialmente el tema polémico y complejo de los procesos de integración regional del subcontinente, creo pertinente plantear dos comentarios necesarios:

– Muchos han calificado como parte de la estrategia globalizadora transnacional dirigida por los “bloques estratégicos competitivos” y particularmente de los EE.UU, la profundización del *regionalismo abierto* y la creación de zonas de libre comercio y de integración económica regional vigentes desde fines de los ochenta. Las limitaciones e incluso fracasos de las anteriores y nuevas experiencias integracionistas (NAFTA, GRAN) pueden confirmar la tesis. Sin embargo, desde una perspectiva optimista mas no ingenua, sí es posible coincidir con otros autores sobre la conveniencia de fortalecer estas experiencias confiando en el esfuerzo colectivo que impida que se constituyan en un instrumento más de la globalización de patrones de acumulación, trabajo y consumo donde América Latina y, dentro de ella, los países más pobres tendrían un rol marginal y dependiente. En este sentido parece ser válida la afirmación de Jorge Reinel: “La viabilidad política, económica, social e institucional de la construcción de un proceso de integración sostenible en América del Sur depende no sólo de la emergencia de un espíritu cooperante por parte de los bloques económicos competitivos, en particular de los Estados Unidos, sino de la propia adopción de una estrategia interna en la región, creativa, participativa, democrática y sustentada con realismo en las potencialidades nacionales.”⁷¹

La posible protocolización en diciembre del acuerdo para la conformación de la zona de libre comercio entre el Grupo Andino (GRAN) y Mercosur puede abrir las perspectivas para una inserción creativa de este pacto regional en el escenario internacional y sobre todo crear un escenario

71. Jorge Reinel. “Grupo Andino-Mercosur: una vía para la inserción creativa en el escenario” Em *Efectos de la globalización en América Latina. Memorias del VIII Encuentro de realidad económica y social del Ecuador y América Latina*. Cuenca, 1997, p. 153.

nuevo para una mayor integración y diálogo cultural entre nuestros países bajo el prisma de la unidad en la diversidad.

– La creación de redes múltiples y diversas de cooperación entre los diferentes actores culturales es una estrategia posible y urgente. La sociedad civil y sus instituciones representativas pueden y deben construir escenarios alternativos para la integración cultural en América Latina, desde sus similitudes y diferencias. Precisamente ahora he traído una propuesta que está en plena realización que es la Red Iberoamericana de Cooperación Cultural Universitaria iniciada con las Universidades de Cuenca y Nacional de Colombia y varias Universidades de España y Portugal, con la aspiración de que la Escuela de Comunicación de la Universidad de Sao Paulo, el Centro de Estudios Latinoamericanos sobre Cultura e Comunicação la revisen y consideren la posibilidad de incorporarse en esta experiencia que ha comenzado exitosamente con el proyecto de formación de gestores culturales en Latinoamérica y aspira cumplir una agenda cultural ambiciosa que trascienda los límites institucionales universitarios hacia el ámbito cultural de nuestros entornos geográficos y humanos.

Esa aura de romanticismo que hasta ahora ha caracterizado las respuestas culturales desde la sociedad civil, nos enfrentan este fin de siglo con el reto de crear una nueva dinámica del desarrollo cultural, en la que puedan confluir dialécticamente los conceptos, las utopías y los sueños con las acciones concretas, con las prácticas transformativas de la realidad, con planes y programas viables y con una amplia y directa participación de los actores culturales. El empeño difícil pero imprescindible de abordar este reto encuentra plena justificación en la obligación colectiva, presente y no futura, que es a la vez un derecho, de persistir en la construcción de nuestro destino cultural como una opción vital y, también como una reafirmación del viejo mito de

Sísifo que acompaña a toda creación intelectual, un permanente nacer y renacer como actividad lúcida y angustiante que a veces frustra y desalienta pero siempre incita y desafía.

HACIA UNA NUEVA FORMA DE TRABAJO,
EDUCACIÓN Y CULTURA:
NUEVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICACIÓN —
PROMESA Y REALIDAD DE LOS CAMBIOS

Enrique Gonzales-Manet

Habría que preguntar por qué un especialista experimentado como Ignacio Ramonet, director de “Le Monde Diplomatique” – la más importante publicación internacional de Europa – califica a las corporaciones transnacionales de la comunicación como “mónstruos del poder”.⁷²

Los medios de este poder universal son las computadoras, redes, satélites e teléfonos celulares, así como la aplicación de la información en todos los sectores de la producción y los servicios. La capacidad ilimitada de estos recursos ha trastornado el orden del mundo.

Un ejemplo, dice Ramonet, es que durante 24 horas diarias, de un ejemplo a otro del planeta, las bolsas de valores y los mercados financieros funcionan en circuito cerrado, con transacciones continuas que representan 50 veces los intercâmbios de bienes manufacturados o de servidos.⁷³

72. Ignacio Ramonet. *Los Mónstruos del Poder: fuerzas de envergadura inédita transtornan el orden del mundo*. Bohemia. La Habana: 31 de enero de 1997. pp. B8-B11.

73. Michael Marien. *New Communication Technologies: a survey of impacts and issues*. *Futuresco Bulletin*. UNESCO Paris: No. 6, october 1996. pp. 6-20.

Por primera vez en la historia de la humanidad, afirma el experto francés, la conquista de audiencias masivas desencadena espectaculares batallas entre macro-corporaciones. También por primera vez en escala global, sin obstáculos de ningún tipo por razones de soberanía o interés nacional, las más variadas formas de entretenimiento audiovisual son distribuidas en todo el planeta por cadenas de televisión y redes de cable interconectadas por satélites.

Mensajes y productos culturales, con ideas, valores y comportamientos de otras latitudes, cruzan sin problemas las "ciberfronteras". Se trata de un mercado universal organizado por mega-empresas que condicionan el gusto y el saber de la mayor parte del mundo, desde Indonesia y Bangladesh a Marruecos y Colombia.

Una de las primeras cosas que llaman la atención es la situación de desigualdad que afectan numerosos países, acompañada por una inundación masiva de imágenes audiovisuales elaboradas y distribuidas por un reducidísimo número de productores transnacionales.

Un rápido recuento no indica que al redores de 30 satélites en América Latina transmiten más de 4000 programas de televisión y video, comercializados en toda la región por unos 15.000 operadores de cables. Estos servicios ofrecen paquetes de 60 a 120 canales de 24 horas diarias por costos que van de \$5 dólares en Guatemala a \$35 en Argentina, país este último donde se da el mayor desarrollo de dichas redes, con un total de cinco millones de usuarios pese a una aguda crisis económica interna.

Resulta significativo que en estos "bloques" aparezca siempre una constante cultural inevitable: un grupo privilegiado de canales como el Disney Channel, HBO, CNN, Cinemax, Music-TV y el Discovery Channel. Sus contenidos, casi siempre espectaculares, novedosos y entretenidos, rinen sin embargo, un transfondo etnocentrista,

utilitario y pragmático, propio de la ideología neoliberal anglosajona.

En algunos países ciertos públicos están ya habituados a la banalización de la realidad y la manipulación de los mensajes. Por ello no pueden apreciar con claridad sus efectos, difusos en una ecología cultural cotidiana. No obstante, en un medio menos contaminado y no sometido abiertamente a esa invasión transcultural, estos efectos negativos tienen mayor visibilidad.

Hace unos años hubo en la Habana unas 50.000 antenas parabólicas semiclandestinas, de factura artesanal y carácter doméstico, que recibían por microondas 10 canales destinados a los hoteles turísticos de la Capital. Esta exposición a los patrones internacionales de la "cultura del ocio" derivó en algunos casos en conflictos sociales y laborales – e incluso personales, terminados en divorcio debido a la enajenación provocada por la "industria del entretenimiento" en personas dedicadas al televisor durante 12 horas diarias. Un año después, las transmisiones dejaron de captarse en forma abierta al cambiar la frecuencia y codificación de las emisiones y avanzar el tendido de cables de fibras ópticas, destinado a usuarios específicos, institucionales y privados, en su mayor número extranjeros.

Dados sobre la desigualdad y dependencia

Esta experiencia demuestra que no es bueno soñar con el mundo del consumo y ver sólo el costado fácil o agradable de los cambios tecnológicos. La realidad es casi siempre otra. Si consideramos algunas referencias específicas podremos comprobar que estos mismos medios generan también nuevas formas de dependencia y desigualdad y no sólo acceso "democrático". La inmensa mayoría de los países y territorios en los que vive el 80% de la población total no tienen servicios telefónicos. Sólo una minoría tiene acceso

al 6% de las líneas telefónicas en momentos en que estas son básicas para la conexión con los restantes sistemas. Sin teléfono no hay acceso a las autopistas electrónicas. En la práctica, INTERNET no existe para el Tercer Mundo, aunque algunos podemos entrar ocasionalmente en sus redes.

Apenas hay comunicación horizontal, sur-sur, pues esta es, abrumadoramente, norte-norte. El Secretario General de la Unión Internacional de Telecomunicaciones, Pekka Tarjanne, confirma que la red de redes se extiende cada vez más por todo el mundo, pero también advierte que el 97% de sus participantes son de países industrializados. La distribución a través de este sistema, dice el alto funcionario, es más injusta y desigual que la que existe en los teléfonos y televisión.

Cuando se habla de una apertura total de la informática, pensemos que los gastos básicos de equipamiento – computadora, módem, printer y estabilizador de energía – van de 3 a 5.000 dólares, sin tomar en cuenta los servicios de transmisión, consulta e impresión. América Latina representa el 1% de los usuarios de INTERNET, según a UIT. Pero un estudio de la Universidad de North Carolina, de 1996, establece que más de la mitad de estos “navegantes” radica en Estados Unidos.

Sólo el 11% de la población latinoamericana posee teléfono. En México esta proporción es del 2% y únicamente un 5.6% sabe como usar una computadora. Estas cifras son semejantes en otros países de la región.

El Informe Mundial sobre el Desarrollo de las Telecomunicaciones, presentada por la Unión Internacional de Telecomunicaciones en Ginebra, en 1995, incluye un inventario general de medios, según el cual hoy 645 millones de líneas telefónicas, 53 millones de teléfonos celulares, 200 millones de computadoras, 1200 millones de televisores,

174 millones de usuarios de televisión por cable y 38 millones de receptores de televisión por satélite directo.⁷⁴ En más de un 90% estos medios están en países del norte.

La industria de telecomunicaciones representa en conjunto valores e inversiones por un trillón de dólares, es decir, un millón de millones, equivale a dos tercios de la deuda externa de los países subdesarrollados. A su vez, en receptores de televisión, de los cuales poseen el 25% según el mismo informe de la UIT.

Sólo en equipos y servicios de telecomunicaciones las inversiones mundiales se estiman en 582.000 millones de dólares anuales. La revista inglesa “The Economist”, de abril de 1996, predice que los mercados en este sector aumentarán de 717.000 millones de dólares en 1998 a 1 trillón 210.000 millones el año 2015.⁷⁵

Tapio Varis, ex-Rector de la Universidad de la Paz, de las Naciones de la Paz, de las Naciones Unidas, ex-asesor del Presidente de Finlandia Uhro Kekkonen, y autor de un estudio exhaustivo sobre flujos mundiales de programas de TV solicitado por la UNESCO, opina que el rápido desarrollo de los sistemas informáticos y de telecomunicaciones está creando profundos cambios y desigualdades en la estructura económica mundial. Según sus investigaciones, los efectos derivados de las transformaciones tecnológicas modifican – a veces con efecto devastador – instituciones políticas, culturales y educativas, así como la naturaleza del trabajo, del entretenimiento y de las relaciones interpersonales.⁷⁶

74. Unión Internacional de Telecomunicaciones. Informe sobre el Desarrollo Mundial de las Telecomunicaciones 1995, Infraestructuras de la Información, Resumen de Conclusiones, UIT. Ginebra: octubre de 1995, 16 páginas.

75. Tapio Varis. *Educación para la Sociedad de la Información: las instituciones educativas aún no se han adecuado a los cambios*. TELOS, Madrid, no. 48, diciembre 1996-febrero 1997. pp. 78-91.

76. *idem*.

Veamos otros aspectos de la era informática, tanto beneficiosos como perjudiciales, recién manifestados y poco conocidos:

El mercado del trabajo está en revolución, con nuevas oportunidades creadas por las transformaciones digitales, pero que también causan desempleo estructural y endémico en la industria, particularmente en la banca, telecomunicaciones, construcción, arquitectura, administración y finanzas. Los oficios burocráticos y los especialistas son eliminados y sus funciones sustituidas por trabajadores capaces de asumir responsabilidades múltiples en un contexto flexible. La reestructuración o reingeniería de las empresas – como consecuencia de la modernización de medios procesos – es un patrón de diseño con el que hay que contar desde ahora.

Los sectores en ascenso, las llamadas “sunrise industries” – como las calificó el sociólogo norteamericano Alvin Toffler – son las esferas de los servicios de valor añadido, el comercio exterior, la informática, el marketing, la publicidad, el turismo y los idiomas.

Estos fenómenos son en gran parte responsables del desempleo en Brasil, el cual llegaba a 3.5 millones en 1995, según un estudio de la revista “ISTO É”. La publicación afirma que la diversidad de aptitudes y el reciclaje y actualización de conocimientos son los principales temas de la agenda social en el país y en el todo mundo, pues la modernización tecnológica es la fuerza fundamental de cambio en el mercado laboral.

La red INTERNET, a la cual tienen acceso 50 millones de usuarios del mundo industrializado, incluye académicos, funcionarios, estudiantes y empresarios, pero también elementos ociosos, prostitutas, terroristas y subversivos. No hay que deslumbrarse con la posibilidad de establecer un diálogo mundial con miles de interlocutores de decenas de países. Los fines comerciales ocupan ya más del 65% de la

red y la “home page” o ventana más visitada no es una universidad u organismo internacional, sino las imágenes multimedia de la revista pornográfica “Playboy”, que atraen a unos 5 millones de visitantes diarios y dan a este tipo de “información cultural” primera categoría universal en los registros de la World Wide Web.

La Comisión Internacional de la UNESCO para el Estudio de los Problemas de la Comunicación, presidida por Sir Sean McBride, estableció en un sensacional informe a principios de los 80 que el impacto de las tecnologías de información se haría sentir con grandes efectos en el sector del trabajo diez años más tarde. Hoy el desempleo alcanza más del 30% en los países ex-socialistas de Europa: sólo en Alemania Oriental fueron desmontadas unas 6000 empresas consideradas obsoletas y no competitivas.

En 1995 el paro laboral afectaba al 24% de la mano de obra en España, al 17% en Irlanda y al 12% en Francia e Italia. En casi toda Europa se han racionalizado millones de puestos de trabajo, eliminados por el proceso de “modernización”. La norma habitual – en ausencia de políticas públicas – es reducir la jornada de trabajo y los salarios, estimular el retiro temprano y dar vacaciones más largas, para tratar de frenar en parte el cambio estructural y el impacto de la automatización y la robotización.

Mientras tantos organismos previsores en algunos países de América Latina, como Brasil, Cuba y México, cuentan con grupos de investigadores para desarrollar sistemas y equipos que sustituyan al hombre o reduzcan la intervención del hombre. El que los tiempos han cambiado definitivamente e irreversiblemente lo indican dos hechos concretos, alejados de toda especulación: 1. Desde 1996, Estados Unidos gasta unos 50.000 millones de dólares anuales en programas privados de reentrenamiento y reciclaje del personal. Y 2. Las organizaciones obreras de São Paulo, preocupadas con los cambios tecnológicos,

comienzan a organizar cursos de informática y computación para los trabajadores, y acaban de crear el primer sindicato de telemarketing de América Latina⁷⁷.

Para afrontar las contradicciones en la era de la informática

La convergencia de las telecomunicaciones, la informática y los medios audiovisuales, obliga a concebir nuevas instituciones educativas y renovar los conceptos y estrategias sobre formación docente y aprendizaje. Al mismo tiempo, las transmisiones digitales, la creación multimedia y las computadoras portátiles tipo "palm-top", están produciendo no sólo nuevas fuentes de saber, sino también nuevas formas de analfabetismo, pobreza y discriminación. A partir de estos avances sensacionales podrían surgir mayores diferencias entre los que tienen y no tienen acceso a la sociedad de información.

Cifras recientes de la UNICEF sobre la pobreza mundial (difundidas por la Voz de América en la emisión matutina del 18 de abril de 1997) indican que hay más de 650 millones de niños abandonados a su suerte, que 1.300 millones de personas ganan menos de un dólar diario y otros 2.000 millones apenas reciben \$60 dólares al mes. Estas cifras, reveladoras de una tragedia mundial, realmente se entrecruzan, pues muchos de estos menesterosos y desempleados. ¿Tendrá este enorme volumen de infortunados algún acceso al mundo de la informática o se agudizará aún más el foso existente entre pobres y ricos?⁷⁸

77. Carlos José Marques y Jayme Brener. *Há vagas: atividades em alta, atividades em baixa*. ISTO É, São Paulo, n° 1357, octubre, 1995, pp. 142-47.

78. *Idem*.

Si la mitad de la población mundial está incomunicada, afirmó el presidente de Sudafrica, Nelson Mandela, en la Conferencia TELECOM 95, efectuada en Ginebra, "cientos de millones de personas no podrán formar parte del mundo moderno y se verán afectadas en sus derechos humanos fundamentales".

La desigualdad tecnológica, dijo Mandela, aumenta cada día más entre las naciones desarrolladas y subdesarrolladas, y la mayor parte del mundo no comprende aún el potencial de las comunicaciones para el desarrollo económico y social. Estas cuestiones, añadió, deberían formar parte de un amplio debate público, pues estos desequilibrios – impulsados por las leyes del mercado – pueden convertirse en una nueva forma de colonialismo.⁷⁹

No es posible ignorar tecnologías cuyos servicios son más rápidos, productivos y eficientes. La microelectrónica ha hecho obsoletos los sistemas de comunicación eléctrica; los comandos digitales y los cables de fibras ópticas son el futuro. Para los países en desventaja, forzados a una creciente desigualdad técnica y financiera, lo que se impone es ponderar los riesgos y dificultades de las autopistas electrónicas.

No sería sabio dejarse deslumbrar por el mundo mágico de las autopistas electrónicas y las estaciones multisatélites y estimular ilusiones de desarrollo sin medir la relación que existe entre nuevas tecnologías y mercados globales, entre privatización generalizada y dominación hegemónica. Las posibilidades de la informática no debe hacernos olvidar la necesidad de tomar el pulso a las tendencias que sugieren las actuales transformaciones. Y, sobre todo, saber qué hacen y hacia dónde van los grandes protagonistas de estos cambios.

79. Steve Homer. *Still on hold in the developing world*. The Independent. London, October 9, 1995. p. 16.

Cees Hamelink, director del Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de La Haya, Holanda, y uno de los más importantes "gurus" de la investigación crítica en comunicación, advierte sobre cuatro tendencias mundiales de gran impacto en la vida cotidiana, como son la transmisión digital, la consolidación o integración financiera entre empresas gigantes, la desregulación de las normas del Estado y la globalización de mercados.

Estas tendencias, dice el experto holandés, no tienen existencia independiente. Unas conducen a otras, pues todas están relacionadas. Las transmisiones digitales estimulan el comercio global de servicios porque facilitan las transacciones virtuales mediante la comunicación mundial instantánea. A su vez, estos resultados contribuyen a la privatización de las redes y sistemas públicos de comunicación, convertidos hoy en columna vertebral del comercio transnacional.⁸⁰

Un poderoso grupo de usuarios y operadores corporativos ha logrado finalmente privatizar las infraestructuras de comunicación de estos servicios en la Organización Mundial de Comercio. En este contexto, la consolidación, unión o absorción financiera de enormes empresas por consorcios gigantes, aparece como condición básica para globalizar los mercados y mantener la competencia internacional.

Un ejemplo reciente es la adquisición de la corporación alemana Thyssen por la megaempresa Krupp, dos de las cinco firmas siderúrgicas más importantes del mundo, en uno de los procesos de concentración financiera de mayor escala en los últimos tiempos, lo que puede

80. Cees Hamelink. *Trends in World Communication*. ZER, Revista de Estudios de Comunicación. Universidad del País Vasco. Bilbao: diciembre de 1996. pp. 11-38

representar, de paso, la desaparición de unos 20.000 empleos en pocos años. Ambas firmas fueron factor esencial de la militarización de Alemania y de su agresiva geopolítica desde mediados del siglo pasado a la fecha.

Aunque todavía es posible distinguir diferencias entre productores industriales y entidades de servicios, como fabricantes de computadoras, compañías de teléfonos, empresas transmisoras, editoras de libros y productoras de software, cada vez convergen más en una misma actividad y un mismo mercado. La semejanza de funciones e igualdad de intereses lleva a la integración de producción y servicios, y a la consolidación o absorción financiera, operativa y estratégica, en manos de un número muy reducido de macroempresas.

Se estima que para el año 2000 sólo cinco grandes firmas de telecomunicación controlarán los servicios globales de transmisión, entre estas, la ATT, Cable & Wireless, MCI, United Telecom y British Telecom. De los 10 actuales productores de equipos, sólo unos seis sobrevivirán a la competencia: ATT, Northern Telecom, Siemens, Alcatel, Ericsson y Fujitsu.⁸¹

En publicidad, cinco grupos controlan el 90% de la actividad transnacional: WPP, Saatchi & Saatchi, Interpublic, Omnicom y la japonesa Dentsu, los cuales dirigen firmas mundiales establecidas desde hace más de medio siglo, como Ogilvy & Mather, J. Walter Thompson, Bates, McCann Erickson, Lintas y Needham.

En música, Bertelsmann, Sony, Time-Warner, EMI-Records, Matsushita y Polygram, controlan el 60% del mercado global. En noticias internacionales, tres firmas dominan el campo: la Associated Press, Reuters y France Press. En noticieros de televisión, sólo la Reuters Television

81. *Idem*.

y la World Television Network. Se trata de verdaderos gigantes, con alcance global, en una escala jamás vista antes: Reuters llega a más de 1.000 millones de personas; la World Television Network, a unos 3000 millones. Le siguen la BBC World Service, con 1.000 millones de usuarios, y la CNN, con 700 millones de hogares y decenas de miles de hoteles.⁸²

Procesos de concentración y control: a escala mundial

La característica de los actuales procesos de concentración y control de mercados es que grandes empresas con fuertes ingresos se unen o son absorbidas por super-compañías para formar mega-firmas mundiales con las que es imposible competir. Estos enormes intereses combinan la producción de programas, el diseño y operación de sistemas de distribución por cable y satélite, y la construcción de equipos para la recepción y el procesamiento de información.

Un ejemplo del impacto que tienen estos cambios en el complejo comunicación/cultura lo ofrece la creación de la corporación Paramount Viacom Internacional en 1993, con ingresos por más de 6.000 millones de dólares anuales. Viacom, dueña del canal Music-TV con una audiencia de 2.000 millones de personas, principalmente jóvenes, y propietaria del canal infantil Nickelodeon, que es un poder mundial en sí mismo por su ascendencia sobre los niños en todo el orbe, es propiedad de una sola persona, Sumner Redstone, quien posee el 76% de sus acciones.

A esta unión Paramount aporta grandes inversiones en cine y TV pero también en el campo cultural-educativo, pues es propietaria de la mayor editora del mundo, la

82. *Idem.*

McMillan, adquirida en 552 millones de dólares, así como de las casas Simon & Schuster, Prentice Hall y Pocket Books.

Los gerentes de estas macrofirmas, principalmente norteamericana, son los ministros de educación y cultura a nivel mundial, ya que deciden temas y contenidos, frecuencia y carácter de los mensajes, y naturaleza de las imágenes y la información. Su libre circulación está garantizada por la globalización de mercados y la privatización de los sistemas y redes de distribución, así como por las tecnologías de comunicación, que operan a la velocidad de la luz.

Como indica el Profesor Emérito de la Universidad de California, Herbert Schiller, "la formación diaria de la mayor parte de los norteamericanos y de los que se exponen a sus productos, no está en las escuelas o la familia, sino en manos de las corporaciones multimedia, las cuales confirman su vida en todo sentido".⁸³

En esta misma línea de pensamiento, el profesor de la UCLA, Ben Bagdikian, anuncia en su estudio "Los Amos de la Villa Global" que antes de fin de siglo menos de 10 corporaciones transnacionales gigantes controlarán los sistemas mundiales de telecomunicación y los utilizarán para vender al resto de los países un sistema de vida basado en el hedonismo y la tecnología, cuyos símbolos son hoy la micro-computadora, el vídeo, la distribución por cable y el teléfono celular, todos ellos instrumentos activos en la publicidad, la comercialización y el consumo.⁸⁴

No se trata de opiniones académicas o personales. Estos diagnósticos coinciden con el Informe Mundial sobre la Educación para el Siglo XXI, realizado por una comisión internacional de la UNESCO, presidida por el ex-Primer

83. Herbert Schiller. *Mass Communication and American Empire*. Revised Edition. Boulder, Westview Press: 1993.

84. Ben Bagdikian. *The Nation*. New York, June 12, 1989. pp. 805-820.

Ministro francés, Jacques Delors, el cual acaba de editarse por esa organización de las Naciones Unidas.

Este documento señala que la mundialización de mercados y el casi monopolio de las industrias culturales por un pequeño número de países, constituyen un poderoso factor de desgaste de las tradiciones nacionales.

Esta nueva situación puede causar frustraciones y pérdida de la identidad debido a la expansión mundial de medios de información y comunicación de propósito comercial, totalmente ajenos al interés público e indiferentes a la cultura. Por ello, la Comisión Delors recomendó a la UNESCO crear un observatorio internacional para evaluar el impacto de las nuevas tecnologías en la evolución de las sociedades y en los procesos educativos propiamente dichos.⁸⁵

Quizá sea oportuno aclarar que nos somos partidarios de las reflexiones pesimistas ni es el propósito ofrecer un cuadro apocalíptico o catastrófico de las transformaciones tecnológicas. Rastreamos datos frescos y tratamos de comprobar hipótesis, bien alejados de la ensañación futurista. En esta encrucijada de caminos, donde muchas cosas cambian en días e incluso en horas, el único modo de salir adelante es mediante una información realista, exacta y objetiva. Sin embargo, pese a su carácter irrefutable, estos datos no despiertan el interés de muchos sociólogos, economistas, planificadores y políticos del Tercer Mundo.

Quizá en este contexto sea más necesario que nunca antes tener ojo crítico y percepción rápida, prever estrategias operativas y usar el análisis de clase. Es bueno no dejarse envolver por la magia electrónico – ciertamente sorprendente –, ni confiar en ella como instrumento para resolver los males

85. Jacques Delors. *La Educación Encierra un Tesouro*. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre Educación para el Siglo XXI. Santillana. Madrid: Ediciones UNESCO, 1996. p. 318.

del subdesarrollo, al menos, sin la contrapartida de una política articulada de educación, comunicación y cultura.

Tengamos en cuenta que en grupo minúsculo de poderosos actores operan 120 satélites de comunicación en todos los continentes, que el número de receptores de TV se ha duplicado desde 1985 y alcanza ahora más de 1.2 billones, mientras que el comercio global de programas de TV aumenta un 15% anual. EE.UU. exporta 120000 horas de programas sólo hacia Europa, al doble de hace apenas seis años.⁸⁶

Es posible identificar una de las causas originarias de estos fenómenos de vasto alcance. La desregulación mundial de los monopolios estatales ha transformado las telecomunicaciones internacionales en un comercio competitivo y favorecido las alianzas globales en los mercados extranjeros.

La principal demanda de estos servicios viene de las corporaciones transnacionales, usuarios centrales de las redes globales de comunicación. En este marco mundial, la computación, telecomunicaciones, ediciones, educación, entretenimiento y electrónica de consumo, avanzan cada vez más hacia una integración totalizadora, dice Bob Palmer, presidente de la Digital Equipment Corporation, de Estados Unidos.⁸⁷

La significación de estos cambios puede medirse por la creación de gigantescas empresas de servicios de voz, datos y video, como la denominada PHOENIX, constituida por la Deutsche Telecom, France Telecom y Sprint, de Alemania, Fracia y Estados Unidos, respectivamente, cuyos ingresos en 1994 fueron de más de 74000 millones de dólares.

86. Richard Parkcr. *Mixed signals: the prospects for global TV News*. New York, 1995. p. 103.

87. Newsweek. *Telecom 2000, an overview*. New York: October 9, 1995. pp. 36-43.

Sigue en jerarquía la WORLD PARTENERS, creada por la American Telephone and Telegraph (ATT), Kokusai Kenshin Denwa (KKD) y la Singapore Telecom, con operaciones por 48000 millones de dólares. También están la firma CONCERT, de la British Telecommunications y la MCI, con una facturación de más de 34000 millones de dólares; y la UNISOURCE, de la Telefónica Española, las PTT de Suiza y Holanda, y la TELIA, de Italia, cuyos servicios ingresaron 29000 millones de dólares.

Todas estas empresas ocupan los primeros lugares mundiales en las telecomunicaciones globales. Un dato sobre su nivel de operaciones es que todo ello se hace posible por la existencia de unos 200 millones de computadoras personales y de 60 millones de teléfonos celulares a escala mundial.⁸⁸

La confirmación de estas tendencias se refleja en adensos⁸⁹ del Consejo de Europa, de fines de 1995, en los cuales se reconoce que las nuevas tecnologías de comunicación abrirán vastas posibilidades de desarrollo de la economía, el empleo y la calidad de vida, pero que, al mismo tiempo, representarán un enorme desafío que tendrá que ser respondido con políticas conjuntas en el campo de las finanzas y la información.

La recomendación principal del Consejo Europeo es establecer un instrumento permanente de coordinación a nivel ministerial que asegure la concertación plena en materia política, financiera y regulatoria para la integración rápida de los sistemas de información y comunicación a nivel regional y mundial. Esta

88. *Idem.*

89. Jacques Delors. *La educación incierra un tesoro. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre Educación para el Siglo XXI.* Madrid, Santillana/UNESCO, 1996. p. 318.

visión estratégica del cambio tecnológico no aparece hasta ahora en los países del Tercer Mundo.⁹⁰

Ante fenómenos de gran escala como estos habría establecer prioridades temáticas y objetivos relativos a la preservación de la identidad y la cultura, a la educación y la formación de valores, por lo que todo esto significa para el desarrollo y la soberanía de nuestros países. Sería necesario pensar también en un debate nacional generalizado, abierto e inteligente.

La educación, en particular de los jóvenes, se convierte desde ahora en tierra de nadie y frente de combate en la perspectiva de indetenibles procesos de modernización y cambio social que conducen a reflexionar seriamente sobre lo que somos y lo que aspiramos a ser.

90. TDCR. EU Corfu Summit cautious on the Bangemann Information Society Report, Transnational Data and Communication Report, Washington, vol. 17, n.º. 4, july-aug/94, p. 6.

LA RED UNIAL. UNA PROPUESTA DE
INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA
DESDE LA MIRADA DEL NIÑO

Pablo Ramos

Desde el momento mismo de su creación, una de las tareas en las que el Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) ha comprometido el esfuerzo de sus realizadores, especialistas, técnicos y administrativos, ha sido la de formar, desde las edades más tempranas, un nuevo tipo de espectador.

En fecha más reciente, y a partir de las investigaciones (que) en torno a la recepción y consumo de los medios de comunicación por parte del público infanto-juvenil ha desarrollado el Departamento de Investigaciones del ICAIC, (influidas por el quehacer que, en esta dirección se había generado en América Latina), y de la estrategia de *educación para la comunicación* que a estos estudios se vinculó, surgen los *Encuentros "El Universo Audiovisual del Niño Latinoamericano"*.

Espacio creado desde 1988 como parte de las actividades principales de los Festivales Internacionales del Nuevo Cine Latinoamericano, ha convocado al análisis y discusión de los problemas relacionados con la producción y distribución de materiales audiovisuales para niños y jóvenes, así como los relativos a la *Educación para la Comunicación*.

Los diez Encuentros hasta ahora convocados han tenido como ejes temáticos:

- La situación de la producción y distribución de materiales audiovisuales para niños y jóvenes de Latinoamérica.

- Características e impacto de la programación dirigida a estos públicos, así como el impacto de las nuevas tecnologías de comunicación e infomación.

- Posibilidades y alternativas de la educación para la comunicación.

En 1994, y tomando en consideración el más de medio centenar de ponencias de autores venidos de 14 países, las intervenciones especiales de representantes tales como el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), la Oficina Católica Internacional de Cine (OCIC), la Organización Panamericana de la Salud (OPS), el Centro Internacional del Cine y el Audiovisual para la Infancia (CIFEJ), la Asociación Internacional de Filmes Animados (ASIFA), el Instituto Goethe, la Fundación «Prix Jeunesse», y Universidades de Norte y Sur América, y Europa, así como las muestras presentadas y los talleres impartidos, el Ministerio de Cultura concedió a estos Encuentros la condición de Servido Científico Destacado.

Todo ello ha servido de plataforma desencadenante de un movimiento cultural que bajo el nombre de Red El Universo Audiovisual del Niño Latinoamericano (Red UNIAL), reclama la integración y la cooperación Iberoamericana.

Concebida como una unión de voluntades de personas e instituciones que, sin ánimo de lucro, intentan desarrollar un proyecto de *educación para la comunicación audiovisual* que tiene como fundamento el respeto de la creatividad, la libertad y la expresividad del niño y el joven y su

identificación con los valores que les son propios, la Red UNIAL se propone los siguientes objetivos:

- a. Promover la inserción de programas de formación para el uso de los medios audiovisuales en contextos educativos, culturales y comunitarios.
- b. Estimular y apoyar aquellas investigaciones o proyectos que permitan un conocimiento de las características e impacto de las producciones audiovisuales destinadas al público infantil y juvenil.
- c. Reclamar el apoyo estatal y de todas aquellas instituciones nacionales e internacionales que puedan propiciar el crecimiento de la producción audiovisual destinadas a los niños y jóvenes.
- d. Estimular las producciones de materiales audiovisuales destinados a niños y jóvenes.
- e. Incentivar el intercambio de producciones audiovisuales entre las distintas naciones de Iberoamérica y el Caribe; y crear un fondo común de realizaciones, guiones y proyectos.
- f. Promover y difundir la producción de materiales audiovisuales realizados por los propios niños, así como la creación de jurados infantiles que puedan evaluar tales producciones.
- g. Propiciar la capacitación en todas aquellas áreas relacionadas con el universo audiovisual del niño y el joven y apoyar las ya existentes.
- h. Apoyar innovaciones tecnológicas en el campo de la producción y educación audiovisual de niños y jóvenes.
- i. Fomentar vías de intercambio de experiencias entre los diferentes países de Iberoamérica y el Caribe.

La Red, integrada fundamentalmente por reconocidos especialistas, investigadores y realizadores de Iberoamérica, de diferentes entidades productivas y académicas, ha

colaborado con la Dirección del Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano en la organización de los Encuentros "El Universo Audiovisual del Niño Latinoamericano" desde 1990.

En el plano de la capacitación, la Rcd, con el auspicio de OCIC/AI, coordinó la realización de un Taller sobre Pedagogía de la Imagen, que se impartió en 1991 en la Escuela Internacional de Cine y Televisión (EICTV) de San Antonio de los Baños. En él participaron, en calidad de facilitadores, representantes del Plan Deni de Brasil, Uruguay, Ecuador y Cuba. Como consecuencia de lo anterior, se suscribe un acuerdo de colaboración entre ambas entidades para la realización anual Talleres similares. Este acuerdo fue sólo parcialmente cumplido en 1993 con la asistencia en el Encuentro «El Universo Audiovisual del Niño Latinoamericano» de la especialista uruguaya Hilia Morcira, quien dictó un taller sobre Lectura de las Imágenes de Televisión.

Sus miembros han participado activamente en los tres cursos de Posgrado "El Niño y la Imagen" convocados por el ICAIC y en los talleres infantiles y juveniles auspiciados por el Dpto. de Investigaciones de dicho Instituto.

Comparámos, como un principio pedagógico rector de las experiencias realizadas, el criterio de que para poseer a fondo el lenguaje de la audiovisualidad es necesario no sólo comprenderlo sino también dominarlo y, para ello, es preciso aprender a expresarse con la imagen. La aventura de preparar a los pequeños en el dominio del lenguaje audiovisual es asumida a partir de la activación de procesos perceptivos y creativos que faciliten el despliegue de su imaginación y procuren la formación de un espectador más analítico y receptivo, capaz de ensanchar sus capacidades comunicativas más allá del fenómeno audiovisual en sí mismo.

Tales objetivos se sustentan en una finalidad educativa que trasciende los esquemas de la pedagogía tradicional, para convertir al niño en sujeto y no en objeto de la enseñanza. Los principios fundamentales que orientan tales actividades son su carácter práctico, lúdico y grupal.

En Cuba, estos talleres – bajo el nombre de *La Linterna Mágica* –, se pusieron en marcha en el Palacio Central de Pioneros "Ernesto Che Guevara" durante los años 1988 a 1991, con niños de los municipios San Miguel del Padrón, Boyeros, Arroyo Naranjo y Diez de Octubre. Durante 1991 – 1992 se desarrollaron en la Biblioteca Provincial "Rubén Martínez Villena" de Ciudad de La Habana, con escolares de la Habana Vieja. El Centro Nacional para el Trabajo Cultural en la Comunidad incorporó, en 1991, estas propuestas a su *Proyecto de Trabajo Educativo*, siendo aplicado en zonas de Alamar (Municipio Habana del Este) y en El Fanguito (Municipio Plaza de la Revolución). A ello se suma la labor que en esta dirección ha venido desplegando el *Proyecto Cultural Cinematográfico "Elpidio Valdés"*, primero en su sede de Línea y B y luego en el Cine 23 y 12. En la actualidad, con el apoyo de la *Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano* y el *Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología*, se desarrollan talleres de apreciación y creación cinematográfica con menores de las localidades cercanas a estas instituciones.

Puede calcularse en unos 500 los niños y adolescentes que, de una u otra forma, han recibido una capacitación en el audiovisual.

Sobre esta base y tomando en cuenta diversas experiencias que en el ámbito internacional y nacional se han realizado y en las que los pequeños han pasado a ser, no sólo receptores, sino emisores de mensajes dirigidos a sus coetáneos y a la población en general, concebimos, con el apoyo de la Organización Mundial de la Salud y el Ministerio de Salud Pública de Cuba y la Universidad del Valle de

Orizaba, México, el Proyecto "GÉMINIS" – Grupos Expresivos del Mundo de Imágenes de los Niños – que intenta la producción y difusión de mensajes orientados a la promoción de salud – entendida en su sentido más amplio – por y para los niños, tanto en nuestro país como en el vecino pueblo azteca.

En consonancia con sus objetivos, la Red UNIAL se propone desarrollar una serie de acciones que tomen en cuenta las particularidades que adoptan, en nuestros niños y niñas, el uso y consumo de los productos audiovisuales y las características de sus procesos de recepción, como base para instrumentar las vías más adecuadas para una educación para la comunicación audiovisual que permita asumir una posición activa ante el consumo de los productos audiovisuales contemporáneos. De lo anterior se desprende que la investigación deberá ser el punto central para el trazado de una estrategia coherente que comprometa áreas tales como la capacitación, la producción, la difusión y los intercambios profesionales.

Investigación

Dos objetivos socialmente significativos, estrechamente relacionados, son los que pretendemos abordar con nuestro trabajo de investigación:

- Elaborar criterios bien fundamentados que permitan diseñar, evaluar y/o asesorar planes y programas de educación para la comunicación en contextos comunitarios, ya sea por vías formales y – fundamentalmente – a través de vías no formales.
- Mejorar la calidad y la eficiencia de las emisiones y producciones audiovisuales para niños, adolescentes y jóvenes. Hablamos de "calidad" en el sentido estético, educativo y ético, y de "eficiencia" en cuanto a la obtención de los objetivos de dichas emisiones o producciones.

Capacitación

El *objetivo* de esta actividad es la formación de un Grupo de Trabajo de carácter interdisciplinario – que aspiramos incluya a especialistas de otros países –, que tendrá como funciones:

- Elaborar un plan de capacitación en materia de educación para la comunicación, para educadores y multiplicadores sociales
- Celebrar talleres y seminarios sobre la educación audiovisual en sus diferentes aspectos (psicológicos, pedagógicos, sociológicos, tecnológicos, etc).

Con ello se da continuidad y sistematicidad a los Cursos de Postgrado "El Niño y la Imagen" que desde 1995 la Red viene desarrollando con participación internacional. El propósito a mediano plazo de los mismos es convertirse en un Diplomado o Maestría a distancia en materia de educación para la comunicación a nivel de la Región.

Lo anterior no excluye los cursos de superación sin requisitos académicos de postgrado, a impartir entre agentes de cambio a nivel de la familia, escuela y la comunidad.

Producción y Difusión

En buena medida, el éxito de la labor de capacitación estará sustentado, no sólo en la labor de investigación, sino que ha de apoyarse, en no menor medida, en recursos audiovisuales que hagan factible esa educación por y para la imagen. De ello se desprende una labor de producción de materiales de corte educativo, – incluida la elaboración de textos – cuya difusión puede ser, en dependencia de los recursos con que se cuenten, de alcance masivo.

Se hace necesario contar, también, con toda una labor de sensibilización a través de los propios medios de comunicación social, lo cual implica el diseño de una campaña dirigida tanto a niños como a adultos y al interior de las propias instituciones de los medios (productores, programadores y directivos).

Intercambios Profesionales

Concebimos, como espacio privilegiado para la realización de intercambios profesionales, la continuación de los Encuentros “El Universo Audiovisual del Niño Latinoamericano”.

Bajo el título general “*Las otras ventanas del aula*”, los temas de análisis que se proponen en esta oncenava edición son:

- Las nuevas tecnologías de comunicación e información en una educación para el siglo XXI
- Educación para la Comunicación: valoración de experiencias y de sus perspectivas.
- La dimensión ética de la comunicación: los niños y sus Derechos en los medios.

Gracias a la colaboración del Instituto Goethe y The World Alliance of Television for Children (WATCH) – entidades que estuvieron presente en la pasada edición–, se programará una muestra de los premios más significativos otorgados por la Fundación Prix Jeunesse Internacional durante los últimos cinco años.

Por otra parte, se inaugurará la sección *Por el Mar de las Antillas...*, abierta a la presentación de materiales audiovisuales realizados en los países de la cuenca del Caribe y dirigidos al público infantil y juvenil.

De manera paralela, está prevista la realización de un taller sobre *Educación para la Comunicación* impartido por prestigiosos especialistas latinoamericanos. Este taller tiene como destinatarios principales a maestros y personas que desarrollen una labor formativa con niños y jóvenes. Hay margen para un cierto optimismo.

La Red UNIAL fue valorada en la Décima Conferencia Regional de Comisiones de la UNESCO para América Latina y el Caribe (1993), como *una iniciativa capaz de promover políticas audiovisuales de carácter cultural en la Región*.

El Documento 27C/DR.42 presentado a la 27ª Conferencia General de la UNESCO, (París, 1993) destaca, de entre el conjunto de valiosas experiencias desarrolladas en América Latina y el Caribe en favor de un espectador activo, creativo, participativo y crítico ante los medios audiovisuales, la emergencia de dicha Red en su empeño de impulsar *un proyecto de alfabetización y educación para la comunicación fundamentado en el respeto a la creatividad y la expresividad del niño y su identificación con los valores que les son propios*.

La existencia de la Red UNIAL no puede concebirse aún los esfuerzos que, a lo largo de toda nuestra América se han desplegado y continúan desplegándose por grupos de investigadores, maestros y artistas. Mi presencia junto a ustedes es prueba de ello.

O NACIONALISMO NO MERCOSUL.
UMA ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO DA TV
NA ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAI E URUGUAI

*Othon Jambeiro*⁹¹

Introdução

A indústria da TV nos países signatários do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – tem sido, de modo geral, marcada por dispositivos de caráter nacionalista. A preservação dessa característica pode contribuir, por um lado para o distanciamento das principais tendências mundiais, que sinalizam para uma economia de livre mercado; e por outro, para a limitação do fluxo de produtos culturais e de recursos humanos, representando assim um obstáculo à definitiva e completa integração dos países membros.

Este trabalho analisa o modo como o nacionalismo é abordado na regulamentação da TV nos países do Mercosul, buscando compreender os fatores que contribuem para a conservação desta postura política e econômica, mesmo diante das intensas pressões no sentido de uma regulamentação flexível. Para tanto, é traçado inicialmente

91. Por Othon Jambeiro (PhD, coordenador da pesquisa e bolsista-pesquisador do CNPq) e pelos bolsistas de Iniciação Científica do CNPq Cristiana Serra, Gabriela Diniz da Silva e Maria Almiraci Silva.

um breve panorama das transformações fundamentais introduzidas no contexto contemporâneo pelo fenômeno da globalização, e das tendências mundiais da regulamentação da TV nesta nova realidade.

A influência da postura nacionalista nas regulamentações da TV na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai é mais forte e visível em dois aspectos: 1) restrições relacionadas à programação das emissoras; e 2) proibições relativas à propriedade das empresas, englobando a participação de estrangeiros, assim como contratos ou convênios estabelecidos com outros países. E nestes dois aspectos, pois, que nossa análise se detém.

Antes, contudo, circunscreveremos o contexto no qual as regulamentações se situam.

Nova Ordem Mundial

Os primeiros sinais das profundas transformações que caracterizam a nova ordem mundial foram observados logo após a Segunda Guerra. O mundo vivenciou a internacionalização do capital que, gradativamente, perdia seu caráter nacional. Durante os 40 anos que se seguiram após a guerra, a globalização do capitalismo aparece como unidos fatores que contribuí para a desarticulação do bloco soviético. Os anos 90 se iniciaram com a humanidade tendo ultrapassado a Guerra Fria, e com a economia de mercado e a democracia representativa virtualmente universalizadas.

Como aponta Octávio Ianni⁹², a expansão do capitalismo introduziu uma nova divisão internacional do trabalho e a flexibilidade dos processos produtivos, favorecendo assim a criação e expansão das corporações e

92. Octávio Ianni *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

conglomerados transnacionais. O mundo ganhou uma nova configuração, na qual o que era apenas local, regional e nacional transformou-se também em global. As antigas fronteiras culturais, lingüísticas, ideológicas e religiosas vêm sendo progressivamente superadas. As principais instituições da sociedade estão sendo mundializadas, e princípios como livre mercado, produtividade e lucratividade vêm se tornando padrões para os mais diferentes povos espalhados pelo planeta.

Acompanhando as tendências mundiais, empresas de comunicação, em número crescente, estão sendo organizadas globalmente. Os diversos meios, reunidos em redes multimídia nacionais e internacionais, desempenham papel fundamental na disseminação de interesses, valores e ideologias em escala global. Graças às inovações tecnológicas – particularmente o avanço da informática e das telecomunicações – os meios de comunicação adquirem maior alcance, atravessando todas as fronteiras. Neste sentido, Mark Pôster⁹³ acentua que o espaço e o tempo começam a deixar de ser empecilhos para a troca de informações, fazendo com que a aldeia global concebida por Marshall McLuhan se torne cada vez mais tecnicamente realizável.

Ao disseminar informações em escala planetária, o fenômeno da globalização é acusado de acelerar um processo de homogeneização das diferentes culturas. Ou seja, no caso específico da TV inúmeros programas produzidos em centros de produção controlados por conglomerados capitalistas são transmitidos diariamente, atingindo indiferentemente distintas comunidades, independentemente das diversidades nacionais, culturais ou lingüísticas.

93. Mark Pôster 1996. P97

Como afirma Marshall Berman⁹⁴, “a experiência da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”.

Maria Nazareth Ferreira⁹⁵ acredita que a cultura planetária dos media tem sido determinante para a perda de referencial por parte das sociedades. Ressalta ainda que o temor provocado pela ameaça de desaparecimento dos signos culturais de identidade reforça uma volta ao passado como busca da referência cultural perdida em decorrência da comunicação globalizada.

Com a intensificação da internacionalização do capital, as corporações que antes se concentravam nos principais centros econômicos passam a desenvolver zonas de produção nos mais diversos países. Multiplicam-se, assim, as corporações e conglomerados multinacionais e transnacionais, que estão cada vez mais integrando atividades e estabelecendo contratos em vários países. Até o ano passado metade dos prédios, máquinas e laboratórios, assim como mais da metade dos funcionários das dez maiores corporações mundiais estavam fora dos seus países de origem. As operações no estrangeiro rendem para essas empresas nada menos que 61% do seu faturamento. Um terço do comércio internacional refere-se a trocas entre unidades das transnacionais⁹⁶.

O desenvolvimento da informática, por sua vez, tem propiciado a intensificação e generalização das

94. Marshall Berman 1996 . p.90

95. Maria Nazareth Ferreira. *Identidade cultural: resistência ou dependência?* Campinas, COMPÔS, 1993.

96. Revista Veja. “A Roda Global”. Editora Abril, edição 1438, ano 29, n° 14, 3 de abril 1996, p. 83.

comunicações, permitindo que as empresas do setor acompanhem as novas tendências de conglomeração e transnacionalização. Os diferentes meios de comunicação integram-se em complexos industriais, que passam a operar simultaneamente empresas de jornais, revistas, rádios, televisão, livros, filmes, discos, vídeo, telefonia e transmissão de dados. Os acordos e fusões têm provocado uma onda de concentração jamais vista.

Nacional x Global

Em contraposição à expansão das economias multinacionais constatam-se sinais de ressurreição de nacionalismos, além de regionalismos e movimentos fundamentalistas de todos os tipos. O fato da globalização representar um desafio à pluralidade da humanidade suscita, nos mais distintos lugares, seu contrário: o renascimento dos particularismos. Esse parece ser o grande antagonismo global.

O nacionalismo pode ser evidenciado nas disputas pela reconquista da autonomia. Muitas comunidades com descendência, língua, cultura e religião comuns lutam pela derrubada de governos imperiais ou coloniais, objetivando a criação de Estados independentes ou a separação de um Estado já consolidado. Exemplos recentes são os movimentos europeus, como os dos bascos e de várias minorias ou nacionalidades da ex-União Soviética e da Iugoslávia.

No lugar da antiga disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, o mundo assiste a um choque de civilizações em busca de identidades. Simultaneamente à proposta de integração, a tendência globalizante provoca fragmentação e cria um terreno fértil para o desenvolvimento de fundamentalismos religiosos no Oriente Médio e ódios étnicos na África e na antiga Iugoslávia, onde movimentos

de independência provocaram a guerra entre sérvios, croatas e bósnios.

Diversos autores entre os que analisam o fenômeno de mundialização não acreditam que este possa provocar a destruição das tradições culturais dos diversos povos. Condenam, por conseguinte, posicionamentos radicais de exaltação do nacional e do local em detrimento do universal como uma maneira de resgatar e preservar a identidade. Argumentam que o nacional pode não somente conviver, mas igualmente ser estimulado quando confrontado com o global. Dessa forma, a globalização só seria concebida em conjunto com a multiplicidade de nacionalidades, culturas e classes.

Alain Herscovici⁹⁷, explica que *“a propria dinâmica da cultura mundial implica na necessidade de manter um nível mínimo de diversidade entre as diferentes culturas para poder alimentar o sistema com produtos ‘novos’. De um ponto de vista mais geral, a manutenção de um mínimo de diversidade é necessária para manter a coerência antropológica e econômica-do sistema”*.

Partindo do pressuposto de que a integração e a homogeneização caminham lado a lado com a fragmentação e contradição, Octávio Ianni⁹⁸ acredita que o vasto processo da globalização do mundo também permite contemplar as diversidades locais, nacionais e regionais. Neste contexto, os padrões, valores e instituições globais somente são efetivados quando em contato com os particularismos de cada grupo.

Assim, o autor defende que o mundo continuará sendo povoado por diferentes tradições culturais, lingüísticas e

97. Alain Herscovici 1995 p. 11

98. Octávio Ianni *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

religiosas. Estas não apenas permanecem, mas têm chances de expandir. Argumenta, ainda, que nas corporações transnacionais tudo é planejado com extremo rigor, pois o objetivo é levar em consideração todas as peculiaridades e potencialidades dos múltiplos mercados.

Para esses autores o nacionalismo exacerbado e o receio de destruição das identidades nacionais parecem idéias ultrapassadas. Mais coerente seria encarar o nacionalismo a partir de uma nova configuração., na qual seja possível estabelecer intercâmbios entre produções regionais, nacionais e internacionais. Como explica Stuart Hall:

“... ao invés de pensar o global substituindo o local, seria mais cuidadoso pensar numa nova articulação entre global e local. Este ‘Local’ não deve ser, naturalmente, confundido com antigas identidades, firmemente enraizadas em localizadas demarcadas. Mais propriamente, ele opera no interior da lógica da globalização. Porém, parece improvável que a globalização venha simplesmente destruir as identidades nacionais. E mais provável que produza, simultaneamente novas identificações globais e locais”⁹⁹.

A partir das visões de Ianni, Herscovici e Stuart Hall pode-se concluir que os trânsitos culturais não constituem fator determinante para a homogeneização de um grupo. Pelo contrário, essas trocas muitas vezes reforçam as mais diversas tradições e costumes. Ao serem importados, os produtos da mídia global sofrem constantemente adaptações e reelaborações locais.

O Nacionalismo na Programação

O controle sobre os assuntos veiculados pelas emisoras de TV através da sua programação diária tornou-

99. Citado por Mira, 1994 p. 145

se uma prática comum durante a fase de ditadura nos países da América Latina. Neste contexto, a inclusão de determinações legais de conteúdo nacionalista representou uma das maneiras de exercer essa fiscalização, obrigando as empresas a divulgarem temas como a preservação dos costumes, o exercício dos objetivos nacionais e a identidade nacional.

Nos países que compõem o Mercosul a busca da chamada “identidade nacional” foi frequentemente confundida com um nacionalismo exagerado. Esse chauvinismo era utilizado pelos governos para preservar a ordem. Nesses países o autoritarismo provocou o estabelecimento de Estados-nações centralistas, nos quais as pluralidades eram associadas às forças de dispersão.

Submetidos ao Estado, o “povo” e a “nação” sempre foram símbolos utilizados para a defesa dos “interesses nacionais”. Como aponta Maria Nazareth Ferreira: *“Historicamente, a idéia de identidade nacional é uma construção do Estado autoritário, respaldado pela ideologia nacional. Aparte as implicações políticas e ideológicas que entram como parte do Estado autoritário, este utiliza a idéia de patrimônio cultural, fundamentada nos registros arquitetônicos, nas expressões de arte erudita, nos heróis oficiais, buscando, portanto, suas raízes em uma visão elitista de cultura”*¹⁰⁰.

Os princípios de fortalecimento do Estado e os conceitos nacionalistas que caracterizam os períodos de ditadura podem ser observados na atual legislação argentina, aprovada quando o país ainda vivia sob o regime militar. O art. 14 da Lei 22.285 determina: *“El contenido de las emisiones de radiodifusión propenderá al cumplimiento de los siguientes objetivos: b) Contribuir al afianzamiento de la unidad nacional y al fortalecimiento de la fe y la esperanza en los destinos de la*

100. Idem, p.42.

Nación Argentina (...); e) Promover la participación responsable de todos los habitantes y particularmente del hombre argentino, en el logro de los objetivos nacionales; (...)”.

A fiscalização em relação a invasão de produções estrangeiras na programação da TV argentina aparece de modo marcante através do art. 8, do Decreto nº 286/81, que fixa a proporção mínima de programas de produção nacional em 40% das emissões diárias. Além disso, a legislação exige que seja dada preferência às obras de autores nacionais e interpretações de artistas argentinos¹⁰¹.

A legislação paraguaia estabelece que o serviço de radiodifusão do Estado terá como fins principais: 1) contribuir para consolidar a unidade espiritual da Nação, exaltando as genuínas tradições e sentimentos da Pátria; 2) difundir no exterior os aspectos sobressalentes da cultura e da vida nacional, procurando a melhor compreensão dos povos¹⁰².

No Brasil, a forte postura nacionalista adotada pelos governos autoritários pode ser evidenciada através das estratégias usadas durante o período de vigência do Estado Novo (1937-45). A valorização da “genuína cultura brasileira” era utilizada para evitar a interferência do capital estrangeiro na economia do país. Os meios de comunicação de massa foram armas poderosas na disseminação da ideologia nacionalista, preservação dos valores tradicionais, e conseqüente proteção contra as influências estrangeiras. Esses argumentos nacionalistas permaneceram por muito tempo e também estiveram presentes na Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela ESG – Escola Superior de Guerra, que exaltava os chamados “Objetivos Nacionais”. O nacionalismo só foi amenizado a partir dos anos 60, com

101. Art. 19 da Lei nº 22.285.

102. Art. 177 do Decreto 9892/95.

a abertura do mercado interno e a invasão de filmes e programas de TV norte-americanos.

No que se refere à transmissão de programas em língua estrangeira, as regulamentações da TV nos países do Mercosul são rigorosas, estabelecendo expressamente que tal tipo de programação somente pode ir ao ar se receber prévia autorização dos órgãos reguladores de cada um daqueles países.

Na Argentina os dispositivos são detalhados, especificando no art. 15 da Lei n.º 22.285 que as emissões de radiodifusão serão transmitidas em castelhano e, caso sejam difundidas em outras línguas, devem ser traduzidas simultaneamente, exceto nos seguintes casos: 1) letras de composições musicais; 2) programas destinados ao ensino de línguas estrangeiras; 3) programas da Radiodifusão Argentina ao exterior (RAE); 4) programas de coletividades estrangeiras e aqueles em que se usem línguas aborígenes, com prévia autorização do Comitê Federal de Radio Fusão. O mesmo artigo acrescenta que *“las películas o series habiadas en Imguas extranjerias que se difimdan por television, serán dobladas al castellano, preferentemente por profsionales argentinos”*.

No Uruguai a programação passa pelo mesmo tipo de fiscalização, segundo estabelece o art. 30 do Decreto n.º 734/78: *“La transmisión de programas en idioma extranjero deberá obtener la autorización de la Dirección Nacional de Comunicaciones y estar a sus directivas –especificandose si se trata de una emisión de enseñanza de la lengua, el espacio de una coletividad dada, una expresión cultural, informativa, miscelánea o de comentarios. Se tendrá a la orden la traducción correspondente. Estos programas estarán sometidas a las mismas responsabilidades de los nacionales”*. No Brasil as emissoras de radiodifusão podem transmitir programas em idioma estrangeiro, desde que sejam referentes a assuntos de interesse nacional. Contudo, devem antes ser

autorizadas pelo Ministério das Relações exteriores, como prevê o parágrafo 1º do art. 75 do Decreto n.º 52795/63: *“Os programas produzidos por emisoras nacionais, em idioma estrangeiro, destinados à divulgação oficial de assunto de interesse do Brasil no exterior, deverão ser previamente aprovados pelo Ministério das Relações Exteriores”*. O artigo seguinte do mesmo decreto que também cabe ao Ministério das Relações Exteriores organizar programas em idiomas estrangeiros para divulgar assuntos de interesse do País no exterior. A transmissão é feita pela Agência Nacional e emissoras oficiais.

O Paraguai possui determinação semelhante ao fixar que *“Los Programas de radiofusión de alta frecuencia com destino al exterior serán realizados por el Estado; las estaciones privadas sólo podrán prestar este servido mediante autorización especial dei Organismo Oficial Competente”*¹⁰³.

O nacionalismo também está presente no controle sobre a publicidade. No Uruguai, 80% das propagandas veiculadas na televisão devem ser de produção nacional e executadas totalmente por profissionais uruguaios ou estrangeiros radicados no país¹⁰⁴. Os anúncios devem ainda ser enviados mensalmente para a direção Nacional de Comunicações especificando a nacionalidade dos locutores, o autor do jingle, instrumentação musical e empresa gravadora ou filmadora dos mesmos.

Na Argentina, as exigências também são rigorosas, como demonstra o art. 23 da Lei n.º 22.285: *“(…) Todo anuncio debe expresarse en castellano, sin alterar el significado de los vocablos ni distorsionar la entonación finológica de los enunciados. Las vocês extranjerias que no sean marcas o denominaciones de uso universal deberán ser traducidas. Todos los anúncios publicitários serán de producdón nacional”*.

103. Art. 179 do Decreto 9892/95.

104. Art. 29, alínea j do Decreto n.º 734/80.

Esta postura nacionalista das regulamentações de TV, construída através dos tempos e consolidada pelas ditaduras e movimentos populistas na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, pode se constituir num empecilho para a concretização de uma real integração entre os países do Mercosul, pelo menos no que se refere à livre circulação de produtos culturais e recursos humanos destes países.

O Nacionalismo no Controle de Produtividade

Além das restrições relativas à programação, as legislações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai possuem dispositivos que limitam o fluxo de capitais e mão-de-obra entre os países. A análise demonstra que, de modo geral, as emissoras de TV ainda não se adaptaram para atuar de forma integrada. O nacionalismo pode representar um entrave à circulação de recursos humanos e capitais, atuando na contramão da tendência de interação entre os países.

O caráter nacionalista da regulamentação das concessões e ressaltado principalmente no que se refere ao controle de propriedade por parte das empresas que executam serviços de radiofusão. Neste sentido a regulamentação paraguaia é exceção: o Decreto 14.135/96 daquele país permite a participação de empresas estrangeiras no Paraguai. Textualmente: "*Las empresas extranjeras, para dedicarse a prestar u operar un servido de telecomunicaciones, deberán constituir domicilio en el Paraguay o nombrar a un representante legal domiciliado en el Varar (Paraguay)¹⁰⁵*".

Entre os países que compõem o Mercosul, o Brasil é o que apresenta maior protecionismo. De acordo com o art. 4 do Decreto 236/67, só poderão executar serviço de radiodifusão "*as sociedades nacionais por ações nominativas ou*

105. Decreto 14135/96, art. 64.

por cotas, desde que inscritas, as ações ou cotas, em sua totalidade, por brasileiros natos". Em seu parágrafo único acrescenta que "*nem as pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, nem estrangeiros, poderão ser sócios ou participar de sociedades que executem serviço de radiodifusão, nem exercer, sobre ela, qualquer tipo de controle direto ou indireto*".

A Constituição, em seu art. 222, adiciona que a propriedade de empresa de radiodifusão de sons e imagens e privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. O art. 15 do Decreto 52.795/63, reforça esta exigência, aplicando-a como requisito para a habilitação.

No Uruguai, os solicitantes devem ser uruguaios e ter domicílio permanente na localidade. As ausências prolongadas fora do país, salvo aquelas com justificação adequada, podem acarretar até mesmo o cancelamento das autorizações: "*Art. 8. Cuando los solicitantes sean personas físicas, deberán cumplir los requisitos sigientes: a) Ser ciudadanias naturales o legales en ejercicio de la- ciudadanía; b) Estar domiciliados real y pennanete en la localidad. las ausencias reiteradas o prolongadas del país, constituirón – salvo justificación adecuada al respecto – presunciónde carência de domicilio realy pennanete en la Republica, lo que dará mérito a que ANTEL gestioneante el Poder Ejecutivo la cancelación de las autorizaciones concedidas*".

No Brasil, o nacionalismo está presente não só em relação às restrições à propriedade, mas também nas disposições acerca da direção e quadro de funcionários das empresas. O Decreto 52.795, em seu art. 8, determina que os diretores e gerentes das empresas de radiofusão devem ser obrigatoriamente brasileiros natos.

O art. 28 do mesmo documento fixa que as concessionárias e permissionárias devem: "*admitir, como técnicos ou encarregados da operação de equipamentos transmissores somente brasileiros ou estrangeiros com residência*

exclusiva no País, permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato”.

O art. 38 da Lei 4.117/62 reforça as determinações do art. 8 e 28 do decreto 52.795. No entanto, o parágrafo 3º do art. 42 permite que as emissoras públicas prestadoras de serviços de telecomunicações contratem funcionários dentro ou fora do país para exercer funções relativas à instalação e uso de equipamentos especiais.

No Uruguai, as normas nacionalistas relativas à reserva de mão-de-obra aparecem no art. 11 do decreto 734 que fixa que os diretores, gerentes e administradores devem ser uruguaios e residentes no país. No art. 28 do mesmo decreto, as limitações se acentuam, estando ali prevista como obrigação das emissoras a “*promoción y aplicación de recursos humanos nacionales: artísticos, profesionales, técnicos, culturales*”. Por fim, o art. 38 deste documento determina que cabe aos órgãos públicos assegurar a proteção aos artistas nacionais.

Em oposição à tendência mundial de conglomeração, os documentos legais do Brasil mantêm dispositivos que restringem não só o estabelecimento de empresas estrangeiras, mas também qualquer espécie de vínculo ou contrato com organizações internacionais. As concessões ou autorizações decorrentes de convênio com outro país são passíveis de cassação, como aponta o art. 68 da Lei 4.117/62: “*A caducidade da concessão ou da autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, nos seguintes casos:*

- a) quando a concessão ou autorização decorra de convênio com outro país, cuja denúncia a torne inexecutável;
- b) quando expirarem os prazos de concessão ou autorização, decorrente de convênio com outro país, sendo inviável a prorrogação”.

O Decreto 236/67, editado pelo regime militar, proíbe as empresas de radiofusão de manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, tanto em relação a administração quanto no que diz respeito à orientação (arf. 7). No entanto, acrescenta que: “*54 vedação a que se refere esse artigo não alcança aparte estritamente técnica ou artística da programação e do aparelhamento da empresa, nem se aplica aos casos de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referente à fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos*”.

Os artigos 8 do Decreto 236/67 e 6 da Lei de Imprensa, esta última também editada pelo regime militar brasileiro, fixam que qualquer contrato com organização estrangeira deve ter autorização do Ministério das Comunicações. Proíbe também que as empresas estrangeiras tenham participação nos lucros de empresas televisivas nacionais.

Já no Uruguai, as radiofusoras são proibidas de receber doações de Governos ou Estados estrangeiros., a não ser com autorização do Executivo e em caso de material de programação: “*Art.23. Las radiofusoras no podrán recibir donaciones o subvenciones de cualquier clase o índole de Gobiernos o estados extranjeros o de otras personas o entidades nacionales o extranjeras, salvo autorización expresa del Poder Ejecutivo que se trate de material de programación. La violación a lo dispuesto en el artículo, dará lugar a la revocación, previa las probaciones que efectuará a este respecto la Inspección General de Hacienda*”.

Conclusão

A análise da regulamentação da TV de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai demonstra que as normas de conteúdo nacionalista são uma constante nestes países. A

proteção das produções nacionais parece ser uma preocupação comum diante da ameaça de possível destruição gradativa das peculiaridades culturais de cada país. Tal postura entra em confronto com as tendências mundiais contemporâneas da economia política dos mídia, baseada principalmente na oligopolização das emissoras e na constituição de centros de produção transnacionais.

Confrontado também está o espírito do Tratado do Mercosul, que prevê continuada e crescente integração, inclusive cultural, entre os quatro países que o subscrevem. Tanto as tendências da economia política – que não parecem fraquejar mas sim, fortalecer-se – quanto a busca da integração poderão forçar a revisão de senão todas pelo menos algumas das normas nacionalistas constantes das regulamentações da TV. Não se trata, evidentemente, de excluir todas as determinações deste teor, mas de adequar as regulamentações de modo a que não prejudiquem ou impeçam um enriquecedor intercâmbio cultural entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Alem disso, diante das novas e radicais mudanças observadas no mundo, os países já não podem impor proteções extremamente rigorosas aos seus mercados. De acordo com as dominantes e internacionalmente acordadas e aceitas regras de livre mercado - representadas hoje pela Organização Mundial de Comércio - o país que impõe barreiras corre o risco de ser marginalizado e excluído de muitos investimentos. Tem também pouco acesso à novas tecnologias, produtos e processos, e conseqüentemente pode deixar de ser competitivo nas relações de comércio internacional.

II Os NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO

A DIALÉTICA DO NEOLIBERALISMO E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Maria Nazareth Ferreira

O Neoliberalismo modificou drasticamente os cenários mundiais nas mais diferentes esferas das sociedades. A mundialização da cultura, a economia globalizada, os espantosos efeitos das tecnologias da Comunicação no encurtamento de espaços e na criação de um novo conceito de tempo são as marcas mais sensíveis.

Entretanto, outra marca, esta dramática e invisível, é o crescimento vertiginoso da pobreza. Mesmo nos grandes centros hegemônicos, é impossível não notar o aumento de indigentes, desempregados, sub-empregados e o concomitante aumento da violência.

Mas, nem o Neoliberalismo escapa às leis da dialética. Esta situação de aumento da pobreza tem sido acompanhada por um crescimento também significativo de um tipo novo de movimento social. Estes novos movimentos têm sido originados tanto nos espaços urbanos, como rurais e os mais expressivos têm características urbano-rurais contidas neles mesmos.

Aqueles novos movimentos de caráter urbano já foram apontados por pesquisadores em outros trabalhos como Garcia Candini e Roncagliolo no livro *Cultura Transnacional e Culturas Populares*, editado pelo IPAL em Lima, no ano de 1988. São movimentos populares que além de estarem

presentes na produção como conflitos nitidamente de classe, estendem-se a outras contradições sociais; são os antagonismos antes invisíveis dentro do quadro geral da política, como antagonismos étnicos, sexuais, regionais, urbanos, que ocupam, agora, posições de destaque. Estes novos conflitos situam-se, aparentemente, fora ou não apenas na produção e são de dois tipos: lutas contra formas de poder, repressão e discriminação, preferencialmente, na vida cotidiana. São movimentos que visam a democratização integral da sociedade (desigualdades no trabalho entre homens e mulheres, entre etnias e direitos humanos). Outros tipos de novos movimentos sociais são as lutas pela apropriação de bens e serviços no campo do consumo (movimentos urbanos de defesa do consumidor, lutas por moradia, contra a inflação, por acesso à educação, melhores condições de saúde, de transporte etc.) e pela democratização da Comunicação.

Entretanto, em diferentes pontos da América Latina, é possível verificar um tipo especial de novo movimento social, embora esteja ligado às mais antigas reivindicações: a posse da terra. Neste aspecto, o mais claro exemplo situa-se no Brasil: o MST. Este movimento é hoje a mais viva expressão de organização social lutando por melhores condições de vida que, para o campo, expressa-se na posse da terra. É um movimento de caráter rural, mas que, em alguns momentos, identifica-se com outro movimento novo, de caráter urbano, os “sem teto”. Assim, no cenário neoliberal brasileiro, a união dos “sem terra” com os “sem teto” conforma-se como uma nova força capaz de abalar a segurança do projeto neoliberal. Basta examinar a rapidez com que os “culpados” dentro deste grupo são julgados e condenados pela, neste caso, ágil justiça brasileira.

Mas o exemplo deste tipo de organização social floresce em outros países do Continente. No Equador, o movimento Pachacuthic – uma organização de maioria

camponesa, aglutinando também as populações pobres dos centros urbanos num claro exemplo de unidade operário-camponês – foi capaz de articular-se e concorrer para as eleições presidenciais de 1996, obtendo o 3º lugar, perdendo a participação no 2º turno por apenas 200 mil votos. Os outros dois candidatos representavam a elite equatoriana e detinham o monopólio dos meios de comunicação; o Pachacuthic apenas contava com sistemas informais de Comunicação.

Entretanto, como a síntese histórica destes dois exemplos antes referidos, poder-se-ia citar o vitorioso Exército Zapatista de Liberación Nacional do Estado mexicano de Chiapas. Neste caso, a luta já dura 5 anos e são incontáveis as vitórias alcançadas pelos chiapanecos. Importante é salientar o caráter deste movimento novo no cenário latino-americano, que escapa, como de resto, os outros dois citados anteriormente, ao modelo tradicional de movimento social.

Segundo Manuel Castells, estes novos movimentos se caracterizam por sua supostamente nula incidência no processo produtivo e pelo baixo interesse que despertam nos partidos políticos tradicionais.

E, provavelmente e por esta razão que estes novos movimentos surgidos no consumo e na vida cotidiana são representados fora dos partidos políticos e dos sindicatos, mas geram uma relação não convencional entre cultura e política, entre valores e poder. São estes movimentos os novos indicadores do lugar onde é possível compreender a força das organizações populares: a sua cultura, construída no dia a dia, na luta pela vida, na sua cotidianidade.

O MOVIMENTO SEM TERRA E SEUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

*Cácia Cortez**

O Movimento dos Sem-Terra entende que a comunicação é um direito universal, é um patrimônio da humanidade e, como tal, deve ser utilizado. Como a gente luta pela terra, a gente luta pela comunicação, porque a relação do monopólio da terra e do monopólio da comunicação são grandes impedimentos da consolidação da democracia neste continente. Da mesma forma que a terra é um patrimônio da humanidade e deve ser usada a serviço daqueles que trabalham nela e tem uma função social, a gente entende que as relações de comunicação, os meios de comunicação, as tecnologias empregadas para o monopólio da comunicação devem estar a serviço da maioria da população e devem atender à grande diversidade cultural, histórica, deve atender à grande diversidade de relações que ocorrem nesse país, que não merece ser enganado, embalado como se fosse um produto só, quando ocorrem as diferenças. Essas diferenças, essas diversidades aparecem como mais ou menos caricatas, estereotipadas. Em cima disso, queremos dizer que a política de comunicação do movimento vem

* Em conferência ministrada no I Simpósio Comunicação, Cultura e Política, no dia 09/09/97.

sendo construída também num processo lento, com muitas dificuldades, com muitos bloqueios e com muitos impasses. Mesmo porque logo cedo a gente entendeu que não podia contar com a mídia, com os meios convencionais e também os meios regionais, porque esses são a expressão de nossos inimigos. A gente decidiu e compreendeu que se agente quisesse avanços com as nossas conquistas, com as novas organizações e com a nossa resistência, nós teríamos também que passar a assumir para nós, o nosso processo, o nosso processo de comunicação dos meios de produção, mesmo que a gente não tivesse em 83/84 jornalistas e profissionais da área. Não era por nós não termos meios e nem por não podermos tê-los do nosso lado na época. Os profissionais de comunicação não eram motivo para impedir que a gente fizesse comunicação, produzisse meios. Para nós, a comunicação não é um apêndice, uma coisa paralela, à parte. Ela faz parte das ações, tanto que no MST, o setor de comunicação é tão importante quanto o setor de produção, que e quem ajuda a pensar e organizar os assentamentos, a produção agrícola, as reivindicações para recursos; e tão importante para o setor de educação, as nossas escolas, os nossos educadores; é tão importante para o setor de formação, os militantes que trabalham com a formação e capacitação de base; é tão importante quanto à frente de massas, que é a maioria dos militantes que fazem e organizam as nossas ações, desde ocupações até caminhadas e manifestações. Essa trajetória da luta, da organização e da consolidação do MST, nos ensinou a manejar melhor as nossas relações com a mídia, também as relações de produção dos nossos meios e também a valorizar momentos de comunicação que estão inseridos no cotidiano da população do interior desse país, principalmente, a população das pequenas cidades e as populações do campo. E a gente não tem um traçado sobre o que é essa política. Ela está sendo construída, mas alguma coisa dá para afirmar, como, por

exemplo, em relação a um caráter, A gente entende que a comunicação que a gente exerce deve ser sempre informativa, porque a carência de dados, de informação, de acesso ao acúmulo de informação com respeito à própria realidade das famílias camponesas, é fundamental. E também a informação das ações, porque não somos um movimento de massa nacional, e o que ocorre no Nordeste, Norte deve ser imediatamente transmitido para todos os estados da forma que a gente consiga: se tem fax é por fax, se não telegrama, telefone do vizinho, a Internet, os meios possíveis. Ela deve ser uma comunicação no sentido de formar consciência, de construir novas interpretações, novas visões dessa realidade, de construir a revolta, o inconformismo do silêncio da informação e da deturpação dela que chegam principalmente no interior do país. A gente vê no Nordeste, mesmo no interior do Rio Grande do Sul, as famílias se conhecem, sabem a respeito de si mesmos, muitas vezes de forma deturpada, através dos meios de comunicação., ou através daqueles que detêm as informações, o meio, o poder da palavra e o poder do conhecimento, e isso acaba elitizando essas relações. É uma comunicação que deve ser também organizativa, a gente entende que os meios de comunicação e a produção de informação devem ser da forma que ajude a organizar. A gente não quer só o panfleto para chamar atenção, a gente não quer só o boletim para negociar, a gente também quer os meios para ajudar a organizar. Também deve ser uma comunicação educativa, entendendo que a educação não está dentro da sala de aula, não é só a educação formalizada, todas as nossas relações é de comunicação, a construção de meios para nós também é um processo educativo, educativo de quem faz, de quem recebe, de quem consegue dar um retorno a isso, nossa relação de construção, construir novos educadores também, da reforma agrária, novos cidadãos. E também ela tem um caráter "agitativo", que não é aquela coisa que muitos vêem

como os agitadores discutindo aquele plano que vem e toma de assalto as cidades, não só as fazendas. O “agitativo” para nós é comunicação que salienta, valoriza, enaltece os valores positivos da nossa luta, valores humanitários, valores solidários, as nossas poesias, os nossos cantos, as nossas músicas, os nossos “causos”, as nossas histórias. Essa comunicação tem que ser agitada nesse nível, como se balançasse dentro da gente uma série de valores que estão sendo construídos e outros sendo rejeitados. Então, o boletim com a música do poeta que é semi-analfabeto e pediu que o vizinho, o irmão mais velho, ao amigo para escrever para ele; isso para a gente é muito importante, valorizar, expressar, cantar essa poesia, cantar essa forma de expressão. Isso também é uma forma de trabalho de comunicação no sentido “agitativo” dela. Quanto ao instrumento, a gente tem a impressão, que é o jornal sem-terra que já tem 16 anos e a gente ouviu essa crítica, eu já ouvi (eu estou no jornal desde que ele não era jornal, era boletim) com relação ao formato, à imagem, à estética do jornal, jornal feio, não tem uma nota de redação, e é difícil dizer para o colega jornalista (que eu também era jornalista) que aquele jeito e o que os agricultores conseguem conceber naquele momento, embora o jornal seja produzido por jornalistas também. E não é jornal para massa, não é para ficar enfeitando banca, e para ajudar a educar, a massificar nossa história, nossa luta, mas também ajuda a pensar, tem muitos artigos, muita análise que é para a direção e as lideranças principalmente, mas ele é lido em grupo nos acampamentos e assentamentos. Em cada acampamento e cada assentamento a gente tem, e procura construir em alguns momentos, mais, outras menos dependendo muito do contexto, o que nós chamamos os zeladores de jornal, são aquelas pessoas que lêem o jornal e comentam a notícia. E essas pessoas são também a que nos informam das notícias e dos acontecimentos – Infelizmente não dá para por tudo e,

às vezes, a gente tem que administrar algumas frustrações porque o repórter popular que foi até lá no campo e achou importante de repente essa reunião dos educadores e na mesma semana ocorre uma ocupação massiva ou caso Rainha por exemplo, aí a gente tem que levantar alguns critérios. Mas no seu Estado a notícia é divulgada. Toma a revista, 1ª edição, trimestral, com reportagens, com caráter de revista mesmo, boletins estaduais, alguns jornais rurais no Rio Grande do Sul especialmente, panfletos, cartazes, cadernos formativos. Com relação à rádio, esse é o nosso grande desafio e a nossa grande luta que vem junto com a luta pela terra. A gente já tem umas rádios comunitárias, em São Paulo, a rádio camponesa, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, recentemente tivemos o encontro nacional dos comunicadores e poetas do MST em Brasília e a gente instalou por doze dias a rádio Calange, que ficou na rede dos funcionários do Incra, em Brasília, e a gente conseguiu fazer um belo diálogo radiofônico com as rádios camponesas em Brasília. Então tem a comissão Belardo Luz, Bajé, no Rio Grande do Sul e no Pará. Recentemente a gente acessou a Internet e tem homepage. E também como instrumento a gente trabalha e valoriza muito as atividades culturais, música, poesia, festas, comemorações, as datas de ocupações, 5, 2, 10 anos de ocupação, ou até mesmo as famílias comemoram os anos de acampamento e isso é motivo de comemoração porque é motivo de resistência. E normalmente nesses acampamentos tem o que a gente chama de “bardos”, o contador de “causo”, o adolescente que desenha, que pinta, a poesia das mulheres e dos jovens, é o repente, a música, o que tem de tocador de viola no MST é impressionante, e a gente valoriza muito, porque é através dessas expressões culturais que a gente também faz o processo de educação e busca de animação dessa identidade e o resgate histórico, porque as histórias das famílias que permanecem acampadas, o processo de exclusão que elas

sofreram até chegar no acampamento, é história. Então, tem momentos que o pessoal se reúne e naturalmente saem as histórias, saem os causos, saem os relatos de dificuldades comuns e isso muitas vezes, quase sempre, principalmente no nordeste, é motivo de unir música, e motivo de uma cantoria, é motivo de um desenho e a gente valoriza isso profundamente.

Bom, quais são nossos princípios, o que a gente está produzindo, no que a gente tem trabalhado? A gente entende que os trabalhadores tem trabalhado. A gente entende que os trabalhadores tem que ser os agentes desse processo de construção de comunicação. Eles não são, eles têm que também ser os produtores da informação e da comunicação, não são só fonte, a gente é tratado muito como a fonte e aí a gente tem discutido muito, assim, a mídia, e aí não só a mídia, mas são as autoridades oficiais, elas vão nos assentamentos e, mesmo nos acampamentos, tiram uma coisa que o pessoal não percebe que é o próprio tempo, muitas vezes nos cobram nos assentamentos, acham que a gente tem que estar sempre à disposição daquele que vem de fora, é do jornalista, é do prefeito, é do vereador, e do deputado, é do não sei quem, e aí parece que a gente tem sempre que estar estendendo um tapete vermelho para esse pessoal. Então, é como se já não tivéssemos mais nada, e aí nos tiram a capacidade da fala, nos fazem interrogatório, as entrevistas são interrogatórios e são interrogatórios com perguntas induzidas, e a gente acha que tem que mudar essa relação, e daí a gente tem que entender, compreender e lutar que, o trabalhador rural, a trabalhadora rural também é capaz de produzir a sua própria comunicação, de elaborar o seu próprio meio, pode fugir da estética e das normas firmadas e convencionadas, mas o importante é o processo com que isso é feito, o importante é a relação que se estabelece nisso e nessa relação não tem interrogatório, nessa relação não tem um silencioso e outro falante; é que nós

devemos também ocupar esses espaços da mídia formal e nós queremos ter e lutamos por autonomia desses processos, e por isso, que todos os meios e nossas relações de comunicação são relações grupais, pensadas num nível grupal e decididas num nível coletivo. E elas devem ser sempre uma comunicação solidária, aberta a outras categorias sociais. Recentemente, a gente se solidarizou e abriu nossos espaços para os metalúrgicos, para os petroleiros, sem-teto, índios; e voltada também para a solidariedade latino-americana, para as outras entidades co-irmãs, não só divulgá-las mas apoiá-las de forma mais concreta, com os petroleiros acampando com eles, com os sem-teto ajudando a pensar seu processo organizativo, não é só o discurso, não é só panfleto, mas é a ação concreta.

Com relação ao público nosso, para quem a gente faz isso? Em primeiro lugar para os nossos militantes e dirigentes, em primeiro lugar. Em segundo lugar, para nossa base social, os trabalhadores rurais, ou os militantes e dirigentes enquanto multiplicadores desse processo, e para os nossos amigos uma reforma agrária, a gente procura manter informado do que nós estamos fazendo, como nós estamos fazendo, onde nós estamos fazendo, com quem, com quanto e por quê. E a gente acha que é uma tarefa nossa manter nossos amigos, os nossos aliados da reforma agrária, urbanos e rurais, os entidades co-irmãs, organizações de trabalhadores rurais no Brasil e na América Latina especificamente, especialmente, e depois, a sociedade de um modo geral, compreendendo dentro dessa nova concepção, que a reforma agrária é uma luta de todos, mas, principalmente, nossa forma de conversar com a sociedade e fazendo ação, é fazendo manifestação, é fazendo coisas concretas, que a gente acha que é a nossa forma de nos comunicar; e aí nós levamos nossos símbolos, nossas bandeiras, as nossas cantorias, as nossas formas de fazer uma comunicação mais aberta. Agora, a gente tem alguns desafios que eu não sei se vai dar tempo

de terminar. Um dos desafios nossos é consolidar a revista, é um desafio, nós temos mantido o jornal há dezesseis anos, agora a gente lançou uma revista e o desafio é mantê-la com qualidade, diminuir sua periodicidade, fazer com que ela tenha maior penetração, e uma estratégia de vendas inclusive porque ela tem que se auto sustentar como um jornal consegue, aí em alguns momentos sim, outros não. Massificar as rádios comunitárias, a gente entende que nós vamos ganhar, ganhar não, mas provocar uma grande luta que vem por aí que é: todos os nossos acampamentos, todos os nossos assentamentos, todas as nossas cooperativas com um transmissor funcionando, e aí, como a gente aprendeu a resistir na terra a gente vai aprender a resistir no ar, e aí, nós estamos nos preparando para isso, é claro que depende de todo um arcabouço de capacitação inclusive de pessoal, mas as rádios que nós conseguimos manter o efeito, a reação que causou não só no pessoal que está sentado em casa em Promissão, Bagé, em Quiçamã no Pará, tem nos dito que nós temos de continuar. Recentemente, a polícia federal tentou em Promissão, não leva a nada, e foi chamada. Aí chegaram de surpresa e, por coincidência, o transmissor estava no conserto, mas a gente sabe há uma resistência e a gente vai avançar. Só para terminar, a gente quer fazer com que nossa presença na Internet seja cada vez maior, inclusive em todos os Estados, fazer uma rede, todas as nossas secretarias terem acesso à Internet e avançar para a gente ter espaço nas TVs comunitárias também, porque o volume de produção sobre o movimento, profissionais, tanto na mídia, como cineastas e com qualidade é muito grande. Então, só se a gente reunisse o que já tem de produção sobre o movimento daria para passar uma TV comunitária, e a gente ainda é uma coisa que está no meio embrionário, mas a gente quer caminhar paia isso. Obrigada.

DE MOVIMIENTOS SOCIAT.ES A MOVIMIENTOS POLÍTICOS

Zonia Palán Tamayo

Desde los inicios de la década de los años noventa surge en el Ecuador, el inferes de los movimientos sociales por superar el limite de aquellos principios rudicales que los excluía de toda parti el pación o interlocución con el Estado y comienzan a plantearse la posibilidad de que sus derechos esten inscritos en las instituciones y políticas públicas. Para conseguirlo, algunos de los movimientos sociales dejando atrás sus arraigadas prácticas centradas en la denuncia, reconocen a la democracia como un mecanismo válido para lograr el cambio en las relaciones de inequidad social, étnica, de género, etc.

La conversión de los movimientos sociales en movimientos políticos es un proceso que lleva consigo múltiples dificultades tanto internas como externas, pero sobre todo lleva la dificultad de insertar en el debate general y conseguir que su proyecto político exprese con identidad propia que los derechos particulares por los cuáles luchan los movimientos sociales se conviertan en derechos colectivos y sean asumidos por todos/as.

En este marco y con el liderazgo del movimiento indígena, se inscribe el aparecimiento del Movimiento de Unidad Plurinacional, Pachacuti: Nuevo País. Situación que también debe ser interpretada como una rebelión de los

movimientos sociales frente a los partidos políticos de izquierda con quienes tradicionalmente mantenían una relación de dependencia, su apareamiento removi6 temporalmente e a viejas estructuras partidistas, pero muy poco este movimiento ha podido hacer frente a ellas.

En los inicios de la d6cada de los aros noventa, diversas organizaciones sociales que habían surgido en el pa6s, cada una de ellas luchando por demandas sociales espec6ficas, sea en torno a los derechos de los pueblos ind6genas, de los campesinos, de los trabajadores, de las mujeres, de los pobladores urbanos, de los derechos humanos, as6 como organizaciones orientadas a la defensa del medio ambiente, la iglesia de los pobres, y otros, se convocaron en el Encuentro del Movimiento Popular: Desaf6os hacia el a6o 2000.

Los objetivos de evaluar las acciones particulares, reflexionar sobre la trascendencia de los cambios econ6micos y pol6ticos a concretarse durante la 6ltima d6cada del segundo milenio, y la necesidad de elaborar propuestas que permitan a los movimientos sociales participar de manera trascendente en la historia nacional, motivaron debates amplios y pluralistas que sobre todo evidenciaron la necesidad de construir un espacio en el que confluyan todas las organizaciones sociales con la finalidad de consensuar un proyecto pol6tico del conjunto que permita superar la inequidad social y la pobreza en el Ecuador. Esta necesidad surge tambi6n frente al desmoronamiento de un movimiento sindical que no hab6a sido capaz de entender e incorporar en su lucha la diversidad y multiplicidad de las demandas sociales, su representatividad fue cuestionada y su crisis fue reconocida por los propios l6deres sindicales, situaci6n compatible con lo que ocurr6a a nivel de las econom6as y sociedades mundiales.

La cercan6a de las elecciones generales de 1992 y la a6n significativa presencia de los partidos pol6ticos en los

movimientos sociales alej6 la posibilidad de concretar las propuestas de unidad del movimiento popular planteadas en el Encuentro. Cada uno de los movimientos sociales optan por apoyar a candidatos de tal o cual partido pol6tico llegando hasta enfrentamientos entre organizaciones sociales de una misma orientaci6n ideol6gica.

Pasadas las elecciones, la historia se repite, ganan los de siempre, luego los problemas siguen, la situaci6n no cambia, la desesperanza del pueblo renace, y nuevamente los movimientos sociales aparentemente se juntan, las protestas sociales invaden las calles, la repres6n del Estado aumenta, y as6 continua la vida, as6 pasa la democracia.

Sin embargo, es necesario destacar el inter6s de los movimientos sociales por superar el limite de aquellos principios radicales que los autoexclu6a de toda participaci6n o interlocuci6n con el Estado y comienzan a plantearse la posibilidad de que sus derechos esten inscritos en las instituciones y pol6ticas p6blicas, es aqu6, donde con timidez surge la discusi6n sobre la urgencia y necesidad de que los movimientos sociales se traduzcan tambi6n en movimientos pol6ticos, esto es en sujetos pol6ticos directos y no a trav6s de los partidos. Para conseguirlo, algunos de los movimientos sociales dejando atr6s su radicalidad comienzan a reconocer a la democracia como un mecanismo v6lido que posibilitar6a el cambio en las relaciones de inequidad social, 6tnica, de g6nero, etc.

La conversi6n de los movimientos sociales en movimientos pol6ticos es un proceso que lleva consigo m6ltiplo; dificultades tanto internas como externas, pero sobre todo lleva la dificultad de insertar en el debate general y conseguir que su proyecto pol6tico exprese con identidad propia que los derechos particulares por los cu6les luchan los movimientos sociales se conviertan en derechos colectivos y sea asumido por todos/as.

La urgencia de la mayor parte de organizaciones sociales ante las circunstancias históricas que caracterizan al mundo y al Ecuador en la década de los años noventa conduce a estos nuevos actores sociales a participar en los procesos políticos nacionales. Situación que también debe ser interpretada como una rebelión de los movimientos sociales frente a los partidos políticos con quienes históricamente mantenían una relación de subordinación.

Durante el segundo semestre del año 1994, ante la rapidez con que los grupos en el poder se aprestaban a reformar la constitución con la finalidad de facilitar los cambios requeridos por el proceso de globalización económica mundial en la economía y sistema político nacionales, el gobierno de Sixto Durán Ballén integro una Comisión de Notables para que prepare un proyecto de reformas políticas inmediatas y para legitimar algunos cambios claves convocó a una Consulta Popular.

Las diversas organizaciones sociales en un espacio paralelo deciden elaborar una Nueva Constitución recogiendo sus propias experiencias y concepciones del mundo y de la vida real de los/as ecuatorianos/as. Este es un nuevo intento de unidad denominado FORO DEMOCRÁTICO, este espacio aglutinó a los principales actores sociales y fuerzas democráticas e impulso un proceso de análisis, discusión sobre posibles reformas a la Constitución Política de la República del Ecuador, es decir, volvió a soñar en un NUEVO PAIS.

El proyecto de reformas propuesto por el FORO DEMOCRÁTICO abarcó todas las materias de que se ocupa la actual constitución y trata por consiguiente de los roles del Estado, de los derechos fundamentales de la persona y de sus garantías, del modelo de desarrollo económico, de los aspectos sociales, culturales, políticos, de la equidad de género, de la forma de gobierno y de la modernización de

las instituciones para enfrentar con eficiencia el nuevo milenio, etc.

Acogiéndose a un principio constitucional que posibilita la presentación de propuestas de ley en el Congreso Nacional por iniciativa ciudadana, el proyecto de Reformas Democráticas fue entregado al Congreso y a pesar de que no fueron acogidas la mayor parte de las propuestas el documento del FORO causo más de una inquietud en la mayoría parlamentaria cuyo interés estaba centrado en lograr la reducción del tamaño del Estado, desregulación y las privatizaciones, mientras el Foro Democrático estaba en desacuerdo con esta política y con el funcionamiento de un estado concentrado y excluyente, ineficiente e corrupto construido por las fuerzas oligárquicas. La propuesta de los sectores sociales se centraba en el fortalecimiento del rol social e económico del Estado capaz de atender eficientemente a las demandas de las mayorías cada vez más empobrecido.

- Luchar para que las reformas constitucionales alternativas, propuestas por el FORO DEMOCRÁTICO, sean tomadas en cuenta por el Congreso Nacional.
- Trabajar en torno a conformar un Movimiento de Usuarios de Servicios Básicos.
- Fortalecimiento de las organizaciones de base.
- Rescatar el papel de la mujer en la historia reivindicativa del pueblo.

La Coordinadora de Movimientos Sociales se consolidó entre Agosto y Septiembre de 1995. El levantamiento indígena en 1990 cuyas demandas fundamentales giraban en torno a carácter plurinacional del Estado y el derecho a la tierra, convirtió a la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador en el "nuevo actor social" de la vida nacional. El reconocimiento del liderazgo de la CONAM en esta coyuntura.

Los continuos encuentros entre los dirigentes sociales y la presencia pública de la CONAIE, y de Fetrapecc, acompañados por la Coordinadora Popular y otras organizaciones de mujeres, de campesinos, trabajadores de otros sectores, intelectuales, ONGs, organismos de Derechos Humanos, y otras, ponían en evidencia la necesidad de una instancia de Coordinación que permita acumular lo andado y fortalecer la presencia pública de las organizaciones sociales, con cabeza propia.

La cercanía de la Consulta Popular ayuda en este proceso, había que definir posiciones frente a las claras intenciones del gobierno que buscaba legitimar aspectos conflictivos sobre el proceso de privatizaciones, descentralización, privatización de la Seguridad Social, disolución del Congreso, eliminación del derecho a la huelga de los trabajadores del sector público.

El día de la Consulta, 26 de Noviembre de 1995, constituyó un día histórico para los movimientos sociales que decidieron votar NO. La campaña aportó al proceso organizativo de la coordinadora a nivel nacional y rebasó a la estructura organizativa del tradicional movimiento sindical, la campaña evidenció un claro desencuentro entre las cámaras de la producción aliadas al gobierno y las organizaciones sociales y populares (Saltos, 1996).

El triunfo del NO en las once preguntas de la consulta fue un espaldarazo al modelo económico neoliberal, concentrador y excluyente, que se pretendía instaurar de inmediato, y cuyo objetivo fundamental era privatizar los fondos de la Seguridad Social y de las arcas estratégicas de la economía.

La campaña del gobierno fue de tal magnitud que la pérdida del SI no sólo causó frustración a las cámaras y al gobierno, sino que el sistema financiero que estaba seguro de contar con los recursos de la seguridad social y que en términos reales había estado trabajando bajo ese supuesto,

dejó como saldo, la quiebra de varias instituciones financieras y la quiebra de Banco Continental uno de los bancos más importantes del país, a cuyo banco el gobierno dio un préstamo subordinado, si no pagaba el Estado se hacía cargo, por este concepto, los miembros de la Junta Monetaria enfrentan un juicio y tienen orden de prisión.

En marzo 1995, representantes de Fetrapecc, Conaie, Seguro Social Campesino, Sindicato Nacional del IESS, AEOI, FEDELEC y otras organizaciones populares acordaron reactivar el Frente de Defensa de la Soberanía Nacional, asumen la defensa de las áreas estratégicas de la economía y de la área social y también apoyan al Frente de Defensa del Laicismo,

Este Frente tuvo una vida muy corta, por sobre el discurso de la "unidad en la diversidad", los sectarismos de la izquierda tradicional. Las pugnas por liderazgos impedían los consensos sobre las formas, puesto que sobre los contenidos no había diferencias sustantivas.

En forma desarticulada también las organizaciones de mujeres habían participado en los procesos políticos vividos, pero su presencia no era reconocida ni por los propios peor aún por los extraños, de allí, que surge la necesidad de una instancia organizativa que aglutine, coordine acciones y genere consensos en torno a las demandas específicas de las mujeres y también en torno a las propuestas globales para lograr un país con equidad social. Propuestas que buscaban insertarse en primer lugar al interior de todos los movimientos sociales.

Favorecidas por la coyuntura de la IV Conferencia Mundial de la Mujer en Beijing, las mujeres en el Ecuador se movilizan en varios momentos y en el mes de junio de 1995 se constituye la Coordinadora Política de Mujeres Ecuatorianas provisional cuya principal responsabilidad es consensuar una agenda de las mujeres, misma que fue aprobada en el Primer Congreso Nacional de Mujeres,

evento en el cuál se eligió democráticamente por voto universal y directo a la dirigencia nacional de la Coordinadora por dos años. Desde entonces la CPME se convirtió en mi actor social importante en la vida nacional.

Queremos un Ecuador distinto, con equidad y sin discriminación, en donde las mujeres seamos también protagonistas de los cambios históricos.

Frente a la estrategia de globalización deshumanizante, y a las rígidas estructuras del poder tradicional, proponemos nuevas formas del quehacer político, en cuyo marco se incluya de manera permanente las formas de participación ciudadana en la toma de decisiones y para la rendición de cuentas, que tenga en cuenta la diversidad y la importancia de la participación de las mujeres que constituimos más del 50% de la población y que cuenta con una agenda política transformadora y un referente organizativo nacional.

Y en este contexto, también surge la Coordinadora de Movimientos Sociales en cuya constitución aporta de manera significativa la Coordinadora Popular de Quito que realiza su Primer Congreso en julio 1995, logra articular organizaciones sociales dispersas del área urbana, sus principales conclusiones fueron:

- Resgatar el principio de solidaridad como elemento indispensable en la lucha contra deshumanizante modelo neoliberal.

Después del Triunfo del NO

Los retos eran mayores, la Coordinadora de Movimientos Sociales se visibiliza más en el marco de los debates, las acusaciones giraban en torno al slogan que acuñó la oposición: acusándola de enemigos del cambio, sin embargo la sociedad civil y política había comenzado a reconocer la existencia y fuerza de las organizaciones sociales.

Ya no eran un puñado de dirigentes “trasnochados comunistas”, sino que, algo más del 60% de la población votante que se identificaba con su posición y sus propuestas. La participación en la Consulta Popular marcaba de manera definitiva un proceso de politización de la Coordinadora de Movimientos Sociales, no había marcha atrás, y comenzaron las definiciones en torno a la participación en las elecciones de 1996. Algunas organizaciones dudaron sobre la viabilidad y se separaron de la CMS.

Movimiento de Unidad Plurinacional Pachacutik – Nuevo País

La decisión no fue fácil, la participación electoral de los movimientos sociales legitima una democracia que a toda costa busca ser el referente necesario de la estabilidad y crecimiento económico, es claro que a la democracia le interesa incorporar políticamente a las masas como signo de seguridad para la inversión, pero también es claro que las políticas de ajuste simultáneamente las excluyen de la distribución de los beneficios que genera la economía nacional.

Entrar a disputar espacios en el marco de la política tradicional liderada por los partidos y controlados por los grupos económicos no sólo que requería de la unidad de todos los movimientos sociales sino de una identidad propia que permita marcar la diferencia con los partidos políticos y que distinga las propuestas respecto del futuro del Ecuador. En este contexto surge el Movimiento Unidad Plurinacional Pachacutik Nuevo País. (Enero, 1996).

Los principales protagonistas, los indígenas, quienes habían sido históricamente discriminados por la democracia a pesar de la importancia poblacional, 30% del total, en especial los indígenas del Oriente impulsaron la idea de

participar en las elecciones con el MOVIMIENTO PACHACUTIK, cuyo significado místico político quiere decir TRANSFORMACIÓN, RENACIMIENTO, que sintetizaba el pensamiento global del pueblo indio, se trataba de añadir el concepto político a sus conceptos profundos de Paehacamac que quiere decir Madre Tierra y al de Jahua Pacha, lo interno y lo real. (Creffa, 1996).

El principal símbolo de la presencia política es la WIPALA, bandera cuadrada con los colores del arco iris es el signo de la diversidad. No es un símbolo nuevo, los pueblos Índios habían flameado la Wipala desde hace mucho tiempo atrás, se trata de un símbolo de identidad cultural.

La participación electoral de los indios, su importancia organizativa y su decisión de llevar adelante la reforma política más importante, referida al carácter plurinacional del Estado Ecuatoriano, levantó a la oposición pero también provocó la alianza con otros sectores organizados y no organizados de la población. De la propuesta inicial de terciar en las elecciones locales se pasó a la decisión de participar en las elecciones generales, estaba claro que sin la participación en el Congreso Nacional, no se podría sustentar y sostener la tesis de la plurinacionalidad.

La imagen de un personaje conductor de uno de los más atractivos programas de la televisión ecuatoriana surge en el espacio político como una opción presidencial que asume la propuesta de los indígenas y de la Coordinadora de Movimientos Sociales, el grupo de ciudadanos independientes que apoya la candidatura de Elhers se denomina NUEVO PAÍS de cuya alianza nace el MOVIMIENTO DE UNIDAD PLURINACIONAL PACHACUTIK NUEVO PAÍS.

El programa de Gobierno se centro en una propuesta de cuatro revoluciones: Ética, Ecológica, Económica, Educativa, a pesar de que la mayoría de electores no votan por tesis. la propuesta de Elhers aglutinó a un 20% de la

población votante, quedó en el tercer lugar y no muy distante de los triunfadores que pasaron a la segunda vuelta. La pérdida no fue tan pérdida, los sectores sociales organizados no sólo habían logrado algo más de ocho cientos mil votos sino que habían ganado 8 diputados para el Congreso (10%), y 70 representaciones a nivel de Alcaldes, Concejales, Consejeros.

La final electoral Nebot y Bucaram, derecha y populismo, provocó divisiones en los movimientos sociales, unos apoyaron a Bucaram y otros anularon el voto. Algunas organizaciones indígenas negociaron la creación de un Ministerio para su sector, hecho que se concretó durante dicho gobierno.

Los dos candidatos tenían la misma propuesta económica ajustada a los requerimientos del neoliberalismo internacional y los dos desesperadamente ofrecían soluciones a la pobreza, las diferencias no eran evidentes, sin embargo, Bucaram consiguió el triunfo a través de la utilización de escenas desgarradoras de los excluidos en su propaganda electoral, ellos eran sus preferidos y para ellos el gobierno.

Instalado el nuevo gobierno, todo cambio, circo, corrupción, represión, captación de líderes populares, irrespeto a las organizaciones sindicales caracterizaron la gestión de Bucaram. El machismo, irreverente y grotesco del Ministro de Energía y Minas que llegó hasta la agresión física de lujas de las empleadas, movilizó a las mujeres en contra al gobierno. La Coordinadora Política de Mujeres Ecuatorianas el 25 de noviembre protagonizó el primer campanazo de protesta frente al Palacio de Gobierno, ningún otro sector lo había hecho hasta entonces a pesar de lo que el gobierno había hecho en contra de sus dirigentes, Revocatoria del Mandato: 5 de febrero.

Al pueblo se le acabó la paciencia. la desesperanza crecía con el circo del gobierno y el 5 de febrero lo revocó el mandato.

Aún cuesta crecer y entender lo sucedido, fecha histórica para el pueblo ecuatoriano que indignado por el continuismo del ajuste económico, el anuncio del Plan de Convertibilidad y la corrupción, salió a las calles y no retornó hasta cuando Bucaram se fue a Panamá.

Los movimientos sociales fueron los principales protagonistas de este momento, el mandato popular entregado al Presidente Alarcón el día del derrocamiento de Bucaram, buscaba cambios profundos, para ello, se exigía la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente.

Un mito se derrumbaba, la protesta no derrumbó la democracia establecida, se cambió el gobierno y la democracia sigue, la pregunta central del pueblo ahora es si con ello se logró un cambio de rumbo al desarrollo o simplemente un cambio de personas y de estilos. La decisión del Congreso de nombrar como Presidente de la República al Presidente del Congreso Nacional y no a la Vicepresidenta, fue motivo de un profundo conflicto político nacional e internacional. La legitimidad de un gobierno interino no consta en la Constitución, por tanto, el propio Bucaram desde Panamá permanentemente cuestionaba la decisión del Congreso. El rol de los militares durante el 5 de febrero ha sido analizado desde varios puntos de vista, pero la verdad es que no hubo ni un sólo muerto y la salida no fue una dictadura.

El Gobierno de Alarcón se legitimó a través de una Consulta Popular realizada el 25 de mayo.

Después del 5 de febrero, los movimientos sociales debilitaron su acción, la frustración frente al nuevo gobierno fue inmediata, las aspiraciones de algunos movimientos por acceder a puestos de poder en este gobierno no se cristalizaron, el gobierno rápidamente se acomodó a las estructuras tradicionales del poder y no cumplió con el mandato popular. Los movimientos sociales se desarticulan y no protagonizan la Consulta Popular 97, ni siquiera en aquellas preguntas

que favorecían la participación de los movimientos sociales en la Asamblea Nacional que fue definida con el único propósito de reformar la constitución y no como Asamblea Constituyente.

A puertas de un gran retroceso.

Nuevamente la fragmentación de los movimientos sociales pone en entredicho la posibilidad de estar presentes en la Asamblea Nacional, mientras el sistema de partidos a pesar de ser cuestionado socialmente por corrupto, seguirá controlando mayoritariamente también este espacio. Ante esta situación la Coordinadora Política de Mujeres Ecuatorianas lleva adelante con mucha dificultad la convocatoria a una amplia alianza de los movimientos sociales que tiene por objetivo consensuar y luchar por un conjunto de derechos económicos, sociales, políticos, culturales, ambientales, étnicos y de género que permitan lograr un Ecuador distinto.

AS ARMAS COMUNICANTES, O PAPEL DA
COMUNICAÇÃO NOS NOVOS MOVIMENTOS
REVOLUCIONÁRIOS: O COSO ZAPATISTA

*Massimo de Felice**

*UM OLHAR NO PASSADO: O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NAS
PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS DAS
DÉCADAS PASSADAS, NA AMÉRICA LATINA*

A história recente e passada das lutas sociais e utópicas no continente americano foi caracterizada sempre por um imaginário revolucionário por muitas vezes milenarista, fruto das dramáticas condições de vida, das estruturais formas de exclusão social, da crueldade dos sistemas racistas e, ao mesmo tempo, da capacidade criadora daqueles que sonharam com a construção de uma sociedade mais justa. Embora através de um olhar superficial e oportuno definir algumas características que marcaram a história de insubordinação no continente e que a diferenciou dos processos de lutas revolucionárias e pelos direitos sociais decorridos na história moderna na Europa.

* Doutor em Sociologia pela Universidade La Sapienza di Roma, Pós-graduando da Escola de Comunicações e Artes, ECA – USP.

Tal distinção justifica a peculiaridade dos movimentos políticos latino-americanos, modernos e contemporâneos e até mesmo a própria radicalização destes. De fato a diferença da história do processo de civilização européia, na qual os conflitos se deram quase exclusivamente por contradições de classe, na América, além dos estruturais e dramáticos conflitos econômicos, juntaram-se os conflitos étnicos que somavam às diferenciações econômicas, aquelas culturais. Devido a suas próprias constituições heterogêneas, as sociedades latino-americanas foram caracterizadas pelos conflitos que contrapunham visões de mundo, religiões e culturas diferentes.

Lembrar de tal peculiaridade no interior dos conflitos sociais na América Latina, nos parece fundamental para entender a mutante realidade contemporânea. De fato, a introdução das idéias iluministas que fomentaram os processos de libertação das colônias, contribuindo de modo relevante na construção das repúblicas, substituíram a metalinguagem religiosa por aquela racional-européia, abrindo o problema da exclusão de outras visões de mundo como a dos indígenas, dos afro-americanos, dos mestiços e de todos os vários setores que formavam as sociedades latino-americanas.

A introdução da linguagem e da racionalidade iluminista não permitiu a criação de uma sociedade sincrética, isto é, tipicamente latino-americana, ou seja, portadora de modelos e de sistemas sociais próprios, fruto da participação de todos.

No processo de civilização e nas estruturas sociais do continente, há a predominância histórica de uma visão e de uma linguagem estrangeira, que em lugar de se por como elemento enriquecedor ao lado das demais visões foi, por sua própria característica dogmática, considerada a única possível.

Caberia aqui, acrescentar as características implícitas da racionalidade iluminista, de acordo com a análise dos membros da escola de Frankfurt,¹⁰⁶ que a define mais do que uma ruptura, como uma translação da metalinguagem religiosa medieval para um outro espaço: aquele da razão e da euforia experimental.

De toda forma, é suficiente acrescentar como esta visão atravessou a história do pensamento latino-americano, influenciando as relações e as organizações sociais e sobretudo excluindo a possibilidade de inclusão de outras visões e de outros paradigmas.

De fato, a política moderna no continente foi, ao longo deste século, um espaço excludente caracterizado pela imitação de modelos e de paradigmas "externos", europeus e norte-americanos, que se exprimiam com uma linguagem que mal se adaptava às complexas características das sociedades latino-americanas.

Podemos ainda verificar esta exclusão, na construção das sociedades contemporâneas e sobretudo no imaginário e na linguagem política.

É nossa intenção acrescentar aqui que, ao longo da história dos conflitos sociais, as expressões de lutas utópicas e sincréticas, expressões de outras visões de mundo, nunca tiveram "cidadania" nem forma institucional; este aspecto contribuiu, não pouco, às características dos conflitos sociais recentes e contemporâneos.

Tal linguagem dogmática e excludente, encontrou lugar em todos os imaginários político-institucionais e também naqueles da esquerda, seja daquela partidária que daquela revolucionária.

106. De fato para a Escola de Frankfurt a sociedade é dominada pela racionalidade da ciência e da técnica, "toda a teoria crítica se contrapõe à filosofia e a ciência que sacrificam o individual a totalidade de um sistema mistificado...". O C. F. Mathos, *A escola de Frankfurt*, S. Paulo, 1990.

Com raras exceções, a própria perspectiva revolucionária adquiriu esta linguagem, sendo portadora, a nível cultural, de um modelo e de uma prática culturalmente excludente, filha de uma visão mecanicista, que privilegiou as categorias económicas e considerou secundária, e até mesmo improdutivo, ao fim da transformação da sociedade, o campo da cultura com suas mediações e suas construções lingüísticas e comunicativas.

A ditadura desta forma de imposição e bastante visível na análise das formas de comunicação dos movimentos revolucionários, que muitas vezes buscavam a realização de uma nova sociedade através de uma prática e de uma linguagem fortemente ideologizada e na maioria dos casos, muito longe do imaginário coletivo dos povos latino-americanos.

Estamos nos referindo, sobretudo, às experiências das décadas passadas, os anos 70 e 80, em que emergiram os processos de luta na Nicarágua, em El Salvador, na Guatemala, na Colômbia, no Peru e outros países.

É óbvio que existiam e existem profundas diferenças entre estes movimentos, no que se refere a ideologia, prática, experiências etc; diferenças estas que não cabem ser analisadas neste trabalho, nos limitando apenas a um breve exame de alguns aspectos comunicativos comuns que, apesar das diferenças, os contradistinguíram.

De fato, embora inspirados por diferentes ideologias (marxista-leninista, troskista, maoista, etc.) os vários movimentos atuavam em um clima estrutural comum e compartilhavam os mesmos objetivos, isto é, a revolução para a instauração do socialismo, buscada através do mesmo meio: a luta armada da vanguarda revolucionária.

De acordo com Mauro Wolf "*la forma di pensare il ruolo della comunicazione di massa appare cioè strettamente legato al clima sociale che contraddistingue un determinato*

periodo storico: ai mutamenti di tale clima corrispondono oscillazioni nell'atterggiamento circa l'influenza del media."¹⁰⁷.

A análise das formas de comunicação utilizadas por estes grupos guerrilheiros, seja no seu interior ou no seu exterior, exprime claramente o clima social e cultural deste período e ao mesmo tempo a forma de organização dos mesmos.

No interior do contexto da guerra fria, caracterizada pela luta da expansão dos dois modelos (o socialismo e o capitalismo), estes grupos foram portadores de uma mensagem e de um projeto de sociedade alternativo e objetivo.

Filhos da época moderna e de uma realidade fortemente dicotômica e dialética, os grupos rebeldes propunham a luta armada para a "tomada do poder" e a construção de uma "nação" socialista.

As teorias económicas preexistentes eram, neste período, ligadas ao mito do desenvolvimento cujo alcance era indiscutível e óbvio para as diferentes correntes, variando apenas na forma de conseguí-lo: o auto-desenvolvimento nacional, o desenvolvimento nacionalista, o socialismo etc.

Neste contexto a política transformou-se numa prática para o alcance de um objetivo específico, para a realização de um modelo e, portanto, para a realização de uma verdade; a linguagem e a prática política foram, assim, neste período, totalitárias e dogmáticas.

A extrema maioria dos grupos guerrilheiros desta época, era influenciado pelas técnicas dos "focos guerrilheiros" assim como descrita no texto "Guerra de Guerrilha" de E. Guevara, onde se expunha a instauração de um processo revolucionário numa área isolada e as formas

107. M. Wolf. *Teorie della comunicazione di massa*. Milano: 1985, Bompiani.

de sua expansão através da constituição de áreas libertadas até a efetivação de um exército popular revolucionário, que ampliasse, por sua vez, as áreas de atuação e tomasse o poder para a instauração da sociedade socialista.

As formas de comunicação dentro destes movimentos eram caracterizadas pela estrutura hierárquica militar e pelas condições ambientais da clandestinidade; de fato a necessidade da existência de uma estrutura de defesa restringia a um repasse de informações de forma piramidal e inidirecional. A comunicação interna era portanto uma comunicação autoritária.

Na comunicação como o “externo” a prática militar e as exigências de conscientização para a ampliação do movimento, influenciavam a prática das relações, os meios utilizados e o conteúdo das mensagens.

De fato a comunicação com o “externo” se dava através dos contatos com grupos de apoio inseridos em vários lugares (escolas, universidades, fábricas etc); através dos comunicados que eram difundidos em panfletos distribuídos nas passeatas, manifestações e reuniões. Da mesma forma a prática militar se constituía como uma prática de comunicação através de atuações de ações militares estratégicas contra o exército federal e, através do alcance de objetivos estratégicos que constituíam uma clara forma de afirmação de poder, de desafio às autoridades e de sensibilização das massas, isto é, uma forma de comunicação com a autoridade e com o povo.

Sobre o papel comunicativo e simbólico das armas, existem várias experiências na história das lutas do continente entre elas merece destaque a forma de atuação do M-19 na Colômbia, mais precisamente, a tomada do Ministério da Justiça e da Embaixada de Santo Domingo.

Nos dois casos, o caráter simbólico e comunicativo foi mais forte do que propriamente a ação militar, ainda que na maioria dos casos esta última tomava conta daquelas

situações em que não se conseguia quebrar o cerco da violência e da lutas entre frações contrapostas.

A partir dos estudos de A. Sá e do seu conceito de unidade entre “linguagem e pensamento”, – que demonstra a estreita ligação entre a comunicação e o universo simbólico de referência – resulta importante assinalar como o conceito de “vanguarda”, do modo em que foi formulado pelas teorias leninistas, orientaram politicamente a totalidade das organizações clandestinas, influenciando fortemente sua organização e as formas de comunicação. Esta última se caracterizava por uma reprodução fiel de lemas e palavra de ordem, comunicados políticos, análises sócio-econômicas e programas revolucionários divulgados, “local e nacionalmente”, através da imprensa e das ações militares.

O caráter local e nacional de tal ação política era evidente não apenas nas formas de comunicação, mas especialmente no meios utilizados nesta época para comunicar-se com o exterior. Além dos panfletos e da imprensa clandestina, neste período observamos a ampla difusão de rádios “rebeldes” que das floresta aos acampamentos transmitem notícias, músicas, informações, análises políticas e buscam instaurar contatos com as massas.

Se considerarmos como adequada a análise de A. Abruzzese, que vê uma integração entre os territórios físicos e os territórios mediáticos¹⁰⁸ é fácil entender como a visão ideológica e as estratégias políticas determinam as formas de comunicação, que poderiam enquadrar-se, por sua própria forma, dentro da teoria hipodérmica onde “*cada membro do público, da massa, é pessoalmente atacado pela mensagem*”¹⁰⁹.

108. A. Abruzzese. *Viaggi di ritorno, saggi sulla comunicazione (1981-1993)*, Bologna: Progetto Leonardo, 1995.

109. C. R. Wright. *Mass communications: A sociological Approach*. 2nd ed, Randon House, New York.

Nesta perspectiva e segundo o modelo proveniente das ciências biológicas de estímulo-resposta, a comunicação não passa de um repasse de informação unidirecional.

Sendo assim, a mídia era uma arma a mais dentro dos conflitos ideológicos, uma arma de caráter local, subordinada às estratégias militares e aos objetivos políticos e ideológicos que se inscreviam na luta pelo poder.

Em síntese, a visão ideológica da luta pelo poder, no contexto da guerra fria, determinava os objetivos, as estratégias e as formas de comunicação da maioria dos grupos clandestinos que se exprimiam através de uma comunicação instrumental e unidirecional, cuja finalidade era a "conscientização das massas".

Em tal concepção-prática, é evidente a passividade do receptor e a sua subordinação à mensagem¹¹⁰.

Da floresta à Internet: a comunicação como lugar de conflito

"E a esperança a que obriga a buscar novas formas de lutar, isto é, novas formas de ser políticos, de fazer política. Uma nova política, uma nova moral política, uma nova ética política é não só um desejo, é a única possibilidade de avançar; de brincar do outro lado"

"Você deve saber que o sistema, que você representa (...) tem prostituído a tal ponto a linguagem que hoje 'política' é símbolo de mentira, de crime, de traição. Eu digo que milhões de mexicanos querem dizer-lhe; não o acreditamos."

Marcos, carta "A. Ernesto Zedillo

110. Existe no mesmo eseritos de E. Guevara e nas suas praticas revolucionárias, uma certa problematização das relações entre guerrilha e população e uma revisão do mesmo conceito de vanguarda, mas as condições de guerra e o elima histórico da época não permitiram uma avanço qualitativo em tal direção.

Para entender as características dos novos movimentos guerrilheiros e sobretudo do importante papel desenvolvido pela comunicação no interior das lutas sociais, é preciso ter presente o novo contexto sócio-econômico internacional, ou seja, o processo de globalização com suas implicações nas identidades, no conceito de espaço, na política e no surgimento de novas formas de conflito social.

Como observado por O. Ianni "*Globaliza-se não só o intercâmbio econômico mas as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões sócio-culturais e os ideais...*"¹¹¹

De-fato, a globalização desafia todos os paradigmas políticos tradicionais e põe sérios limites a atuação de instituições históricas como os partidos e os sindicatos, filhos de uma outra época, onde prevaleciam as mudanças trazidas pelo processo de industrialização.

Entre outros elementos introduzidos pela globalização evidencia-se a supremacia do capital financeiro sobre aquele ligado ao ciclo de "produção-consumo", elemento estrutural que determina a inadequação dos principais conceitos teóricos tradicionais para a análise dos conflitos sociais, como aquele de classe, e a superação do contrato social iluminista como elemento fundante da organização social.

Assiste-se em conseqüência, a uma inadequação da linguagem e dos conceitos políticos oficiais, que recusam qualquer horizonte que ponha em discussão os seus elementos fundantes, que reduz a política à briga eleitoral e a uma atividade técnico-administrativa.

Mas se de um lado existe tal crise, por outro lado os novos horizontes encontram espaço em algumas lutas

111. O. Ianni. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

sociais, surgidas nas bases dos movimentos populares, que estando mais livres dos vínculos burocráticos e institucionais podem, por vezes, aventurarem-se em novos espaços da confrontação social, criando novas identificações e novos sentidos.

É este o caso do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), movimento não consideram o risco que transfere aos “bits” eletrônicos – o lugar de reprodução do capital financeiro – o conflito.

No dia primeiro de Janeiro de 1994 a atenção do mundo inteiro foi capturada pelas notícias que chegavam do extremo Sul do México. Homens e mulheres armados e com os rostos cobertos haviam ocupado, de madrugada, 16 municípios no Estado do Chiapas e declarado guerra ao exército mexicano.

Na cidade de San Cristobal de las Casas, onde haviam tomado o prédio da sede do governo local, anunciaram serem membros do “Exercito Zapatista de Libertação Nacional” – EZLN. A imprensa internacional e ao povo mexicano distribuíram uma declaração onde informavam o início de uma luta por “trabalho, terra, alimentação, saúde, educação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz”.

O porta-voz deste movimento, também de rosto coberto, denominava-se “sub-comandante Marcos” e declarava não ser o líder do movimento, uma vez que este era dirigido pelas próprias comunidades indígenas da área sul do México; comunidades estas que, cansadas de 500 anos de miséria e exclusão, diziam, naquele dia, “Basta!”.

Tal acontecimento coincidia com a entrada em vigor do NAFTA, o acordo econômico entre Estados Unidos, Canadá e México, que segundo o então presidente Salinas de Gortari, levaria o país latino-americano ao “primeiro mundo”.

Após doze dias de combate entre rebeldes e federais, se estabeleceu uma trégua. A possibilidade de diálogo foi promovida por diversos setores da sociedade civil, buscando evitar um derramamento de sangue. A Diocese de San Cristóbal se transformou no cenário do qual sairiam as primeiras propostas de paz e de diálogo. Dom Samuel Ruiz, bispo de San Cristóbal, foi proposto pelo EZLN como mediador, enquanto Manuel Camacho Solis foi eleito representante do governo para o diálogo.

Com o fim do conflito armado o EZLN se recolheu à Selva Lacandona, inaugurando uma original ação política, através do diálogo contínuo com a sociedade civil mexicana e internacional, com as comunidades indígenas, com a imprensa nacional e internacional e também com o governo mexicano. Esta nova estratégia, realizada em um novo contexto internacional, caracterizado pela crise histórica do modelo socialista, foi comparada, por A. Touraine – pelo seu porte e pela sua radicalidade – a uma nova “Revolução Francesa”.

Para entender as características deste movimento, bem como o seu impacto político, se faz necessário avançar na discussão com um duplo olhar, semelhante àquele das lentes bifocais, buscando enxergar nitidamente tanto o que está perto quanto o que está longe. Para isso é necessário inserir o EZLN em seu próprio contexto que e o da sociedade indígena chiapaneca e, ao mesmo tempo, o da sociedade mexicana na era do NAFTA e da globalização econômica. Esta multiplicidade de planos e de contextos constituem o campo de atuação desta nova força social, que é “indígena e cosmopolita”, e que, unindo “as aldeias locais” à “aldeia global”, gera uma nova concepção e uma nova estratégia política, que considera o poder econômico e todas as formas de poder institucional seus inimigos, fazendo da comunicação e do diálogo social suas armas principais.

A Aldeia eletrônica e as palavras andantes

*“Somos um exército de sonhadores porisso, somos invencíveis.
Como não ganhar com esta. imaginação?! (...) não podemos
perder, ou melhor dizendo, não merecemos perder”*

Carta de Marcos E, Galeano

Desde os primeiros momentos do conflito a estratégia do Exército Zapatista se diferenciou da clássica atuação dos movimentos guerrilheiros latino-americanos, baseada na criação de “focos revolucionários” e de “área libertada” que expandindo-se, deveriam levar à conquista do poder.

O comandante indígena Tacho, em uma entrevista, explicou com clareza que o objetivo do exército – que é indígena em 80 % de sua constituição – não era a tomada do poder ou a “tomada do palácio”, mas sim “a conquista do coração de cada mexicano” e a busca de uma transição pacífica para uma nova sociedade, um novo México onde imperasse “Democracia Liberdade e Justiça”.

Uma vez retirados na selva, os zapatistas deram início a um amplo diálogo com a sociedade civil mexicana e internacional, iniciando uma relação constante através dos comunicados – escritos pelo sub-comandante Marcos ou pela “Comandancia Clandestina Indígena Revolucionária” – que através do correio eletrônico chegavam aos principais jornais do país, à imprensa internacional e à qualquer pessoa que estivesse ligada à rede Internet.

A atuação dos insurgidos não se limitou a um simples diálogo. Além do reconhecimento, da adesão e do consenso ganho, dentro e fora do país, deram princípio a uma série de atividades políticas concretas que quebraram os limites geográficos de sua ação política.

Assim, em agosto de 1994, o EZLN chamou a sociedade civil mexicana para uma Convenção Nacional

Democrática, cujo objetivo era discutir a transição rumo a uma nova sociedade. Milhares de pessoas responderam ao convite e, superando as dificuldades ambientais e o bloqueio dos militares federais, em poucos dias transformaram a Selva em mu anfiteatro, em um novo lugar de atuação política.¹¹²

Contemporaneamente, os zapatistas deram continuidade ao diálogo com o governo, que, inutilmente, tentou restringir o conflito a uma questão indígena-regional, substituindo o diálogo pela pressão militar.

O exército federal chegou a circundar a selva avançando de modo ameaçador, desrespeitando os acordos de diálogo e provocando dificuldades para as comunidade indígenas, muitas das quais se viram obrigadas a deixarem os povoados e se esconderem na mata. Em poucos dias os comunicados lançados ao mundo inteiro, através do correio eletrônico, solicitando apoio, agregaram pessoas comuns e ONG's, que pressionaram os representantes do governo mexicano em seus países, a fim de que cessassem a repressão militar aos zapatistas. De imediato todas as embaixadas mexicanas da Europa foram assediadas por milhares de

112. Naquela ocasião o sub-comandante Marcos em nome do EZLN assim falou aos presentes: *“Aqui neste lugar, no coração da Selva, um punhado de índios cortou árvores, com os troncos construíram barcos e no meio da montanha estúpida construíram um estádio, um anfiteatro, onde a primeira vista as cascatas de madeira pareciam uma concha, a Chiglia de uma nave, a cobertura de lona uma vela, a tribuna, a cabina de comando, o pedestal do microfone, o timão. Nesta arca chegaram mais de seis mil pessoas, provenientes de todas as partes do país, sobreviventes ao dilúvio. Eram peregrinos em caminho para uma meca imaginária? Eram bucaneiros, ladrões, brigantes, revolucionários, militantes sociais, mexicanos em busca do sonho perdido que queriam subir em uma nave inventada na selva, que na realidade não era uma nave, mas uma metáfora, uma borboleta, um besouro, que se chama utopia”*. Discurso de Marcos em ocasião da C.N.D, acontecida em Agosto de 1994, Ia Selva Lacandona.

peessoas que fazendo "sit-in" requisitavam a retirada do exército federal da Selva. Ao mesmo tempo, grupos de intelectuais, artistas e políticos assinavam cartas de protesto dirigidas ao presidente mexicano, solicitando o respeito aos direitos das comunidades indígenas chiapanecas. A somatória destas várias ações da sociedade civil internacional levou o governo mexicano a abandonar a ação militar, evitando assim um preço político contraproducente.

Naquela ocasião, Garcia de Leon, historiador mexicano, observou que a tentativa do exército federal de cercar os insurgidos para capturá-los era algo parecido à tentativa de pegar o arco-íris.

Vale a pena acrescentar como o recurso à sociedade civil nacional e internacional não é, na visão dos zapatistas, uma ação estratégica finalizada simplesmente a exercer pressão contra o governo, mas constitui parte integrante da sua própria ação política, que longe de ser uma vanguarda revolucionária com um projeto político claro, parece se caracterizar mais como um braço armado, interlocutor da sociedade civil nacional e internacional junto às quais busca uma nova sociedade.

Tal aspecto foi bem explicitado na consulta nacional e internacional, lançada pelos zapatistas em 1995, para indagar a forma política que o movimento deveria assumir, ou seja, se este deveria tornar-se uma força político-partidária ou se deveria continuar como exército. Em vários lugares do mundo e no México, milhões de pessoas, participaram da consulta, demonstrando o profundo laço que une a sociedade civil ao movimento.

A partir da Convenção Nacional Democrática surgiu a Frente Zapatista de Liberação Nacional, uma organização paralela, não armada, presente no interior da sociedade civil, buscando atuar através de comitês e de várias atividades, em prol de uma transição pacífica a caminho de uma nova sociedade.

Com a organização do Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, acontecido na selva em agosto de 1996, e do qual participaram delegações de cada um dos continentes, o Exército Zapatista quebrou o cerco novamente, demonstrando, mais uma vez, a incircunscritibilidade de sua luta e de suas reivindicações, originando, assim, uma nova forma de pressão política e de conflito absolutamente difícil de ser controlada, pelo fato de não se dar mais em um lugar geográfico específico, mas sim em um espaço comunicativo sem limites.

No dia primeiro de maio, durante uma manifestação na Praça do Zocalo, lugar tradicional de encontros políticos e coração da grande Cidade do México, se ouviu a voz do sub-comandante Marcos, que utilizando-se de um telefone celular, dava as boas vindas aos participantes, em nome do Exército Zapatista.

A voz chegava da Selva Lacandona, floresta pluvial no extremo sul do México, lugar onde vivem os povos indígenas insurgentes.

Quebrando o muro e a distância que mantinham separados e incomunicantes o mundo indígena e o mundo dos brancos, o mundo da floresta e o mundo da cidade, naquele dia a tecnologia permitia o que por mais de cinco séculos fora proibido.

A floresta invadiu a metrópole e as comunidades indígenas, através da voz do sub-comandante Marcos, falou aos habitantes da cidade, concretizando o sonho de Zapata de "unir as mãos calosas do campo às mãos da cidade".

Daquele dia em diante, outras "mãos se juntaram" recolhendo o convite "eletrônico" que na Espanha, na Alemanha, na França, na Grécia, na Áustria e na Itália se transformou em atividade de solidariedade, "sit-in", encontros e debates.

Neste último país, no dia 12 de outubro de 1996 mais de 10 mil pessoas manifestaram, pelas ruas de Roma, a solidariedade ao exército zapatista, pedindo ao governo mexicano o respeito aos acordos de paz assinados.

Na maioria dos países europeus se ia criando, aos poucos, grupos de apoio que, em muitos casos chegaram a constituir coordenações nacionais em contato direto com a Selva Lacandona.

Os escritos do sub-comandante em pouco tempo deram a volta ao mundo, alcançando sucesso em numerosas publicações.

No entanto, o ato mais significativo foi aquele ocorrido em 31 de janeiro de 1997 quando “em *solidariedade com o EZLN centenas de ativistas se apresentaram diante de mais de trinta consulados mexicanos em igual número de cidades estadunidenses, para protestar contra, aquele que se classificou como um eminente estado de guerra e requerer uma solução pacífica com respeito a Chiapas.*

De Portland e Maine a El Pasos, Texas, passando por Chicago e Los Angeles; como em Detroit, Austin, New York, Tucson e Denver, imigrantes mexicanos, indígenas, estudantes, pastores, ativistas pela paz, realizaram um dia de ação de solidariedade a nível nacional, convocado pela Comissão Nacional pela Democracia no México”¹¹³.

A referência à cultura, ou seja, às visões de mundo excluídas do processo de construção das nações latino-americanas e das atuais “democracias”, é, diferentemente das comuns linguagens de esquerda, um elemento constante.

“Tenho a honra de ter como meus superiores os melhores homens e as melhores mulheres das etnias tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal, mam e zoque. Com eles vivi mais de dez anos e estou orgulhoso de por a serviço deles as minhas anas e a minha

113. De “1.a Jornada” de 1 de Fevereiro de 1997.

alma. Me ensinaram mais que aquilo que estão ensinando agora ao país e ao mundo inteiro. São os meus comandantes e os seguirei pelas estradas que escolherão. São eles a direção coletiva e democrática do EZLN. (...)

*Se devemos escolher entre diversos caminhos, sempre escolheremos aquele da dignidade. Se acharmos uma paz digna, seguiremos o caminho da paz digna. Se acharmos uma guerra digna, empunharemos as nossas armas e iremos ao seu encontro. Se acharmos uma vida digna continuaremos a viver. Se, ao contrário, a dignidade significa morte, então iremos ao seu encontro sem hesitações.”*¹¹⁴

Caracterizando-se como um conflito essencialmente comunicativo, este parece ser um conflito de sentidos, que supera as categorias políticas tradicionais, abrangendo o nível cultural e a concepção da sociedade de forma geral.

Um exemplo evidente pode ser encontrado na contraposição do significado atribuído à terra e ao seu uso, pelos grandes proprietários rurais, pelo governo, e pelas comunidades indígenas. Para estas últimas a terra é o lugar onde estão os antepassados e, portanto, parte integrante do espaço que dá identidade à comunidade, o lugar onde se vive e onde se procura o sustento e não um simples lugar de trabalho e de produção; entretanto para os grandes grupos estrangeiros e os grandes proprietários esta e o instrumento através do qual faze-se negócios e incrementa a própria riqueza. Para os descendentes dos Maya a terra e parte integrante da tríplice repartição do universo, o lugar onde se juntam os mortos e as sementes, o passado e o futuro. A luta pela sua conquista ou pela sua defesa assume, portanto, significados completamente divergentes para os atores do conflito. Para o governo, como demonstra a modificação

114. Comunicado do Sub-comandante Marecos de 20 de Fevereiro de 1994.

do Art.27 da Constituição, a terra é uma simples mercadoria que pode ser vendida e comprada; para os índios, ao contrário, perder a terra, propriedade coletiva da etnia, significaria perder a própria história coletiva, a própria identidade, enfim, o próprio significado que orienta as relações sociais do indivíduo dentro do grupo, e da comunidade em relação às demais e em relação ao próprio mundo simbólico.

As causas da falência das negociações, entre o governo e o EZLN, talvez devam ser procuradas, também, na contraposição cultural das duas partes, e nos distintos imaginários político-simbólicos nos quais eles agem.

Para o governo mexicano o EZLN foi um desagradável e imprevisível acidente na porta de ingresso ao Tratado de Livre Comércio, uma vergonha a ser escondida dos mercados e dos “partners” comerciais.

Um conflito regional e étnico que, dentro do imaginário político tradicional, seria afrontado politicamente, evitando escândalos e, ao mesmo tempo, demonstrando firmeza e segurança.

Foi no interior desta visão que o governo usou a mediação política, ou seja, a arte da contratação e do compromisso, que tem como objetivo obter do adversário o máximo possível através do jogo da alternância de pressões e de concessões. O governo alternou as mesas de diálogo e os discursos de paz, com a arma da pressão militar, na tentativa de isolar e de neutralizar o EZLN, orientado pelas exigências dos mercados e dos acordos internacionais.

Por outro lado, o movimento zapatista – nascido nas aldeias dos descendentes dos Mayas, no interior da floresta – sempre recusou, seja nas mesas de diálogo, seja nos comunicados e na própria atuação política, a circunscrição do conflito. O que se reivindicava não era apenas os direitos da população indígena, mas os direitos de todo o povo mexicano, através da luta contra a proposta neoliberal do

Tratado de Livre Comércio e da busca de “*Democracia, de Liberdade e de Justiça*”.

Dentro das comunidades indígenas, onde surgiu o Exército, as relações primárias, “face to face”, regulam as relações sociais e, portanto, as mediações nas decisões internas do grupo, são praticamente inexistentes. De fato nos povoados vigora uma forma de democracia direta onde cada indivíduo, inclusive as crianças, podem exprimir o próprio pensamento e, através das assembleias, manifestar-se votando. Tal forma de organização assume um significado ainda mais profundo se interpretada dentro das categorias da cultura maya, por mais de 500 anos excluída do processo de construção da sociedade mexicana.

Neste outro imaginário, portanto, a política mais que a arte do compromisso se caracteriza como arte do diálogo entre sujeitos, orientados por princípios provenientes da própria identidade cultural¹¹⁵; na definição dos próprios indígenas, seriam “*hombres y mujeres verdaderos*” que com dignidade procuram um diálogo, não só com seu rival político, o governo, mas com toda a sociedade, pleiteando uma transição pacífica rumo a uma nova sociedade.

Neste sentido, a atuação política do EZLN parece ser radical e alternativa, na medida em que não propõe um modelo de sociedade, mas chama a sociedade, isto é as

115. Se faz aqui referência ao conceito antropológico de cultura. Segundo ü. Sapir é preciso entender, com este termo, o que procura descrever aquelas condições de vida, aquelas específicas manifestações de civilidade que dá a cada povo a própria especificidade no mundo, pondo o acento não tanto sobre o que é feito ou sobre o que é acreditado, mas sim sobre como vem feito e acreditado um determinado aspecto por parte de uma particular população. Um outros termos, e é esse o sentido atribuído ao termo aqui, o mesmo gesto poderia assumir diferentes significados de acordo com os sujeitos, os grupos ou populações que o cumpre.

ONG's, os movimentos populares e – sobretudo com o uso da tecnologia moderna de comunicação – cada indivíduo, para construí-lo junto aos vários grupos étnicos que constituem a sociedade mexicana.

“Há entre nós, como em Nossa Grande Nação Mexicana, sangue indígena e sangue mestiço. Estamos orgulhosos dos dois e aspiramos ser parte de todos os sangues que são dignos.

*O país que queremos, queremos para todos os mexicanos e não só para os indígenas. A Democracia, a Liberdade e a Justiça-que queremos, queremos para todos os mexicanos e não só para os indígenas. Não queremos separar-nos da Nação Mexicana, queremos ser parte dela, queremos que nos aceitem como iguais, como seres dignos, como seres humanos...*¹¹⁶

Desta forma, o EZLN parece superar a lógica política tradicional, adotada também pelos partidos e pelas organizações de esquerda, recusando os seus instrumentos clássicos: a política e as eleições. A política como arte do compromisso e as eleições e as estruturas hierárquicas dos partidos com seu objetivo prioritário, ou seja, a luta pelo poder.

Sincretismo e palavras como armas

*“Posso lutar com as minhas palavras,
dá-las aos mares, às montanhas, aos povos,
para que eles as multipliquem: porem os bárbaros!”¹¹⁷*

No interior da simbologia mística dos descendentes tios mayas a palavra pode assumir um valor profético, revelador de novos acontecimentos, criando uma nova perspectiva, uma nova visão da realidade e das coisas.

116. Comunicado de 17 Novembro de 1995 do Comitê Clandestino no Revolucionário Indígena

117. Huehuetán del Soconusco, Chiapas (sacerdote Maya).

A própria constituição do movimento se dá em uma realidade sincretica¹¹⁸; a componente branca, embora minoritária, desenvolve, sobretudo a nível político, um papel importante no seu interior. O sincretismo do movimento se exprime também em seus objetivos: a busca de uma sociedade multicultural e não a criação de ilhas étnicas ou de reservas de preservação. Tal elemento assume um significado político importante especialmente no contexto das sociedades latino-americanas, historicamente constituídas a partir de um projeto político que preferiu ignorar as heterogeneidades culturais excluindo, através de um preconceito desenvolvimentista e evolucionista, uma de suas principais riquezas.

A perspectiva das hibridações culturais, portanto, vira, dentro desta visão, uma realidade que, em seguida ao desaparecimento do “centro” e das “periferias” econômicas e culturais, permite a rediscussão dos modelos de sociedade, construídos a partir de uma concepção etnocêntrica com uma base “curo-iluminística”, criadora de sistemas sociais monolíticos, todos eles caracterizados pela presença de formas de segregação e de “apartheid”.

O movimento busca a “contaminação”, e faz dela uma de suas armas principais cuja expressão mais eficaz é a palavra.

118. Se dá aqui ao termo “sincretismo” não um significado de síntese, e portanto estático, mas, ao contrário um sentido dinâmico, que pode assumir, em situações de contatos entre grupos étnicos diferentes, também o significado de resistência cultural. Segundo M. Canevacci, “O sucesso das perspectivas sincreticas deve-se à irrupção das temáticas antropológicas nos principais solos da contemporaneidade, graças às modificações introduzidas ao que é o seu adjetivo qualificativo disciplinar: a cultura. Essa já não é vista como algo unitário, que compacta e liga entre si indivíduos, sexos, grupos, classes, etnias; mas sim é algo de bem mais plural, descentrado, fragmentario, conflitual”. M. Canevacci. *Sincretismos*. São Paulo: Ed. StudioNobel, 1996.

Os comunicados foram de fato a arma que mais infligiu perdas ao inimigo e que, ao mesmo tempo, dentro do contexto da sociedade mexicana e da esquerda de forma geral, a que mais abriu novos horizontes. Os principais jornais e a Internet que os publicaram constituíram o meio de conjugação entre dois mundos que sempre estiveram separados e incomunicantes.

A ponte que uniu os dois universos, aquele indígena, mítico e ao mesmo tempo contemporâneo, e o metropolitano da sociedade de consumo e de massa, foi a linguagem sincrética dos escritos do sub-comandante Marcos.

Nestes se juntam diferentes estilos literários, mas sobretudo linguagens heterogêneas, que une a simbologia mítica dos descendentes dos Maya aos estilos literários latino-americanos e europeus. Shakespeare, Pavese, G. Garcia Marquez, Pablo Neruda, F. Garcia Lorca, J. L. Borges, se misturam com os contos do *"viejo Antônio"*, um velho indígena que conta mitos da cosmogonia maya, e com a narração do cotidiano das comunidades, do estilo de vida e dos valores que orientam os zapatistas.

Alem do estilo literário, um outro aspecto dos escritos que desperta interesse, é a própria configuração, constituída de várias formas lingüísticas das quais Marcos se serve para se comunicar com seus vários interlocutores.

Nos comunicados, o porta-voz do EZLN usa uma espécie de relativismo lingüístico que o leva, consoante o seu interlocutor, a mudar o seu estilo e a adaptar a sua linguagem afim de se comunicar da melhor forma, podendo ser compreendido de modo claro, pelos vários grupos étnicos e pelos vários setores que constituem a sociedade mexicana.

Neste sentido, a forma dos escritos já se configura, em si mesma, mini conteúdo, na medida em que quebra a divisão entre emissor e receptor, colocando-se ao nível lingüístico-cultural do interlocutor.

Nas cartas às crianças por exemplo, Marcos usa períodos breves, simples, interrompidos por contos que por sua vez se interrompem, usando expressões e palavras semelhantes às das mancas chiapanecas.

Do mesmo modo, quando se dirige às comunidades indígenas a linguagem se enche de referências ligadas à cosmogonia e à cultura Maya. É o caso de Votan Zapata, o verdadeiro inspirador e símbolo do movimento :

"...Votan Zapata, luz que chegou de longe... nome que muda, homem sem rosto, luz que nos protege... Votan Zapata, olhou com os olhos de Miguel..."

Um dos possíveis caminhos de interpretação deste novo fenômeno político, que A. Touraine definiu como uma verdadeira "nova revolução francesa", dado à inovação e radicalidade de sua atuação, é a análise de suas formas de comunicação e de seus comunicados.

Dê fato, os comunicados do EZLN, tornaram-se a principal arma e instrumento de luta do movimento, ao mesmo tempo que criavam novos sentidos e significados, sendo difundidos por todo o mundo através da rede da Internet.

Diferenciando-se dos tradicionais focos guerrilheiros, ao invés de tiros com armas de fogo, este novo movimento começou a disparar "palavras eletrônicas andantes", isto é, comunicados, cartas e contos endereçados à imprensa e à comunidade civil nacional e internacional e a qualquer pessoa coligada à Internet.

Da ética para a estética, da exclusão para a inclusão

Decorridos quatro anos desta forma de atuação, é possível afirmar que tal prática provocou muito mais perdas e derrotas ao governo mexicano, do que qualquer tipo de ataque ou de insurreição tradicionais.

Para melhor compreender a dimensão inovadora e as características desta nova atuação transnacional, é necessário libertar-se da concepção que vê o domínio da ação sobre a palavra e considera a primeira uma criação da segunda.

É preciso lembrar a importância das palavras, seja nas culturas indígenas no sul do México - nas quais as “palavras verdadeiras” são aquelas dos “homens e mulheres de milho”, os “homens e mulheres verdadeiros” – seja na tradição filosófica ocidental na qual, em acordo com Wittgenstein, “as palavras constituem a representação lógica do mundo” e onde, segundo J. P. Sartre, “falar significa agir”.

Por mais de 500 anos a América Latina importou linguagens, ou seja, importou visões de mundo estrangeiras.

A nível religioso, político e econômico, as linguagens estrangeiras foram linguagens dogmáticas que se impunham como verdadeiras e inquestionáveis, excluindo as demais representações.

No que diz respeito à esfera política, a importação, na maioria dos casos, a crítica das linguagens e das representações europeias, caracterizou a história de todos os países do continente, atingindo igualmente tanto as organizações de direita quanto as de esquerda.

O imaginário político e a teoria política latino-americana, a partir do fim das economias coloniais, foram filhas das elaborações iluministas e se desenvolveram no decorrer dos séculos, sempre como imitação e importação de modelos e conceitos ocidentais.

Das teorias liberais ao socialismo, as linguagens políticas além de serem “estrangeiras”, eram “monoglóssicas” e dogmáticas, filhas da “ditadura do um”, isto é, da representação filosófica cristã-iluminista, caracterizada pela unicidade dogmática e pela distinção marcada entre os conceitos.

Segundo tal visão, existiria uma única verdade possível, um único deus, uma única ideologia verdadeira

em contraposição às outras falsas, uma identidade única enquanto construção coerente, um único partido e uma única classe transformadora e “motor da história”, uma única democracia possível.

A linguagem política herdada pela América Latina, foi e é, acima de tudo, uma linguagem excludente e violenta, que proíbe a existência e a manifestação de outras linguagens provenientes de diferentes visões de mundo, como aquela indígena, aquela afro-americana, aquelas mestiças etc.

Desde a sua origem até hoje, a linguagem política e uma linguagem dogmática, que simplesmente elimina as diferenças, impossibilitando o surgimento de outras visões capazes de criar outros sentidos.

Propiciar mudanças neste universo, significa também mudar o universo lingüístico, isto é, portanto, fazer uma revolução no conteúdo, na representação e na visão de mundo.

O EZLN e os escritos do sub-comandante Marcos, atuam esta revolução; não apenas no conteúdo, mas sobretudo, na forma, construindo uma linguagem política e sincretica, que inclui outras representações e visões de mundo (como a dos indígenas), contrapondo a estética à ética, isto é, contrapondo a poesia, a mitologia e a pluralidade dos sentidos ao dogmatismo e às consignas dogmáticas.

Os comunicados realizam uma revolução na linguagem política latino-americana e internacional, na visão e na prática política, criando uma linguagem tipicamente latino-americana; uma linguagem “contaminada”, onde cabem “todos os mundos”, uma linguagem “poliglóssica” e, portanto, antidogmática.

Uma linguagem que inclui a tradição filosófica e política europeia e a cosmovisão dos descendentes dos antigos mayas; inclui a literatura latino-americana e também aquela europeia; inclui a visão de mundo dos camponeses, das crianças e das mulheres do sul do México.

Uma linguagem “pós-babélica”, que junta linguagens e visões de mundo diferentes, e que faz da recusa da identidade fixa e harmoniosa, e da assunção da contaminação desordenada e sincrética, sua característica principal.

A escolha do secretismo lingüístico e cultural, não significa o repúdio da própria cultura, mas, sim, a recusa em considerá-la como única e absoluta, abrindo-se para a “contaminação” criadora.

O conto bíblico da Torre de Babel, nos reporta a imagem da multiplicação da linguagem e dos idiomas como um castigo divino, em conseqüência da ousadia humana. Para quem acredita numa única verdade, a pluralidade de linguagens e de sentidos se constitui numa ameaça, uma confusão perturbadora da ordem estabelecida, ou da sua própria ordem.

A linguagem pós-babélica zapatista, une as diferenças; e saindo do coração geográfico e cultural do continente amarra as grandes metrópoles mexicanas e do mundo inteiro, às florestas indígenas.

Neste sentido a obra literária e a comunicação sincrética e eletrônica, viram um tipo particular de ação, mais eficaz do que a militar e a política.

Esta pluralidade de linguagens e de sentidos não pode ser confundida com a prática da democracia formal burguesa, na qual a pluralidade significa a convivência separada dos diversos; nem tão pouco ser confundida com as reivindicações étnicas locais e particulares. O sincretismo zapatista, seja lingüístico que cultural, busca a contaminação. Substitui a verdade pura e limpa dos iguais, pelas dúvidas sujas dos diversos.

A contaminação e o sincretismo, possibilitam a criação de novos sentidos e de novos significados, não mais meta-históricos e objetivos, mas híbridos e indefiníveis; sempre novos e imprevisíveis.

EL NEOZAPATISMO Y SU SISTEMA DE COMUNICACIÓN

Cristobal Muñoz

“El Mééxico profundo está formado por una gran diversidad de pueblos, comunidades y sectores sociales que constituyen la mayoría de la población del país. Lo que los une y los distingue del resto de la sociedad mexicana es que son grupos portadores de maneras de entender el mundo y organizar la vida que tienen su origen en la civilización mesoamericana, forjada aquí a lo largo de un dilatado y complicado proceso histórico. Las expresiones actuales de esa civilización son muy diversas; desde las culturas que algunos pueblos indios han sabido conservar con mayor grado de cohesión interna, hasta la gran cantidad de rasgos aislados que se distribuyen de manera diferente en los sectores urbanos. La civilización mesoamericana es una civilización negada, cuya presencia es imprescindible reconocer.”¹¹⁹

Fin de la Revolución Mexicana

El inicio de la década de los años ochentas en México se caracterizará por el cambio radical en la vida política y económica del país. En 1982 México, después de Brasil, ocupa el segundo puesto como el país con la mayor deuda económica externa con los organismos financieros

119. G.Bonfil Batalla. *México Profundo*. México: Grijalbo, 1994.

internacionales que conforman el Fondo Monetario Internacional (FMI) lo que significa la subordinación económica absoluta a los proyectos de expansión económica en la región centroamericana de parte del capital transnacional y en particular modo de los Estados Unidos que ven en los yacimientos de petróleo crudo mexicano la posibilidad de aumentar, en primera instancia, sus reservas petrolíferas pagándola a bajo costo, pero fundamentalmente con el propósito de apoderarse del control absoluto del petróleo y sus derivados, es decir la industria petroquímica. El sistema político mexicano a partir de los años treinta, después de la revolución, dió origen a la creación del Partido Revolucionario Institucional (PRI) que ha sido el instrumento de control económico, social y político y que a nombre de la "revolución" han gobernado durante más de 60 años el destino de varias generaciones de mexicanos. El presidente de la república, los gobernadores, los senadores, los diputados serán electos e impuestos por el partido. Será el partido quien definirá en el futuro el desarrollo del modelo económico y social del país. La "continuidad de la revolución" debe garantizarse. La corrupción estatal, la imposición, la violencia contra cualquier tipo de oposición que cuestione el sistema "democrático" del partido de estado viene aniquilada. Las relaciones con el vecino país del norte son sagradas, los gringos no se tocan son los nuevos dioses a los cuales el estado les ha puesto un altar para honorarlos. Las leyes del mercado tienen sus tiempos y ritmos propios, México se convierte en el país estratégico para el nuevo desarrollo de expansión económica en la región centroamericana por lo que el sistema político mexicano se debe modificar, debe cambiar, debe iniciar a insertarse en la modernidad, salir de su atraso "histórico" y económico, se debe "civilizar". Será el neo presidente Miguel de la Madrid que en el 1982 inicia un desmantelamiento del estado social a través de un programa de reconvergencia económica y la

venta de empresas paraestatales, modificando contratos colectivos en los sindicatos y una reestructuración de los sectores estratégicos de la producción. Se inician los primeros ejércitos de desocupados quienes a través de una economía informal (vendedores ambulantes) resistirán una fuerte crisis económica.

Los muchachos de Harvard

En 1988 concluyó el periodo de gobierno presidencial de De la Madrid. Se inicia el periodo del presidente Carlos Salinas de Gortari quien a través de un escandaloso fraude "vence" las elecciones presidenciales. Salinas rompe con la tradición del partido y organiza un gabinete político con destacados egresados de Universidades americanas que ven en el modelo neoliberal la fórmula que hará de México un país moderno pronto para entrar al primer mundo.

Salinas consolida las privatizaciones iniciadas por su antecesor, crea las condiciones arancelarias para impulsar intercambios comerciales, inicia las relaciones internacionales formales con los Estados Unidos y Canadá el para establecer Tratado de Libre Comercio (TLC). Una cascada de privatizaciones se suceden, se modifican artículos constitucionales considerados como patrimonio nacional, se dan todas las condiciones al mercado transnacional de explotar los recursos naturales del territorio nacional. Ejerce un control político absoluto del parlamento en la cámara de senadores y diputados. Controla los poderes legislativo, judicial y ejecutivo. El mundo empresarial americano los señalan como el político más importante de América Latina y capaz de presidir la Organización Mundial de Comercio.

México, la dictadura perfecta

Una de las expresiones de consolidación del proyecto neoliberal del salinismo fue el aspecto cultural a través de

los medios de comunicación de masas, en este caso la televisión. En 1991 el premio nobel de literatura Octavio Paz organiza un encuentro internacional con escritores e intelectuales para discutir y analizar los cambios sociales en el mundo después de la caída del Muro de Berlín y el llamado fin del socialismo real. Esta reunión no solo respondía a los intereses del premio nobel en su lucha contra el comunismo soviético o contra la dictadura de Fidel Castro en Cuba era también de mostrar que México podía ya ser un escenario de discusión política y cultura a nivel internacional y que el país se estaba modernizando, se trataba entre otras cosas de reforzar la confianza de los posibles socios del TLC por ello era imprescindible contar con un medio de comunicación televisivo en grado de vender esta imagen. El monopolio televisivo "Televisa" puso a disposición todas sus redes televisivas a nivel internacional y el evento fue transmitido vía satélite y con el sistema de pago por evento especial en todo el país en América Latina, Estados Unidos y una parte de Europa. En adelante Televisa no sólo se vería favorecida con las concesiones satelitares del gobierno salinista sino que entraría de forma estratégica a la difusión y promoción del TLC. Los intelectuales presentes al encuentro lamentaron no haber escuchado la exposición del excandidato a presidente y peruano escritor Mario Vargas Llosa quien maravillado de esta armonía entre poder público y privado expreso, un día antes de su comparecencia, la famosa frase "México es el país de la dictadura perfecta". Obviamente el día siguiente se comunicó a los presentes al encuentro que el escritor peruano Vargas Llosa se había retirado del encuentro por "inconvenientes" de última hora.

Las primeras respuestas

Son los inicios del 92, el escritor mexicano Carlos Fuentes junto con otros intelectuales organizaran un

encuentro para también discutir los escenarios políticos y culturales después de la caída del Muro de Berlín y del Bloque Socialista. La prensa será ausente, el evento contrasta con el organizado por Octavio Paz, la Universidad Autónoma de México será el escenario del encuentro y al cual tendrán acceso estuiliantes y maestros universitarios y el público en general. Duras críticas se hacen al neoliberalismo y a sus sostenidores a nivel mundial. Octavio Paz se lamenta de no haber sido invitado, se hacen evidentes las posiciones políticas de dos de los escritores más prestigiados de la literatura contemporanea mexicana. En ese mismo año se organiza la campaña Continental Indígena Negra y Popular como respuesta a la celebración oficial del V Centenario de la Conquista de América, los gobiernos latinoamericanos interpretan esta fecha como el "encuentro" de dos culturas. En Europa y eu particular España e Italia se organizan dos mega exposiciones que en la práctica se convierten en dos grandes supermercados donde se comercia la historia de los vencedores reduciendo a las culturas indígenas y negras a folklore exótico. En algún lugar al interno de la selva lacandona de Chiapas México, algunos indígenas dicen de haber vistos hombres sin rostros y que caminan por la noche. Alguien en voz baja dice que el general Zapata está vivo.

El México Imaginario

Era el año de 1993 se hacían grandes preparativos para la gran fiesta, el gobierno de Salinas había aprobado el examen del parlamento americano, se realizaría el Tratado de Libre Comercio. Todo bajo control; la economía, se había sostenido la inflación; el control parlamentario había hecho un buen papel, el partido de estado siempre en mayoría nunca permitió un solo triunfo de la oposición, el partido de derecha coogestionando con el partido oficial para no perder privilegios; los empresarios contentos, la secretaria

del trabajo había ejercido un fuerte control sobre los trabajadores, las huelgas eran descalificadas, los líderes sindicales habían sido corrompidos; la situación en el campo se había resuelto liberando los predios y dándole todas las garantías a la inversión extranjera para su explotación; el ejército le era fiel al gobierno y poco o nada decía de la presencia de agentes americanos que impunemente arrestaban mexicanos y los deportaban hacia los Estados Unidos. El politólogo mexicano Jorge Castaneda publicaba su libro la "Utopía Desarmada" donde se decía que las Luchas armadas en América Latina se habían terminado. En el mes de mayo del mismo 93 algunos diarios mexicanos publicaban una noticia escueta de un enfrentamiento armado entre presuntos guerrilleros y fuerzas del ejército mexicano en un poblado de Ocosingo en la selva lacandona Chiapas. Un vocero del ejército mexicano desmintió la noticia explicando que no se trataban de guerrilleros pues en México la guerrilla no existe, que eran narcotraficantes y que el ejército tenía bajo control todas esas zonas.

El México Profundo

A la primera hora de 1994 entraba en función en TLC justo en ese momento hicieron su irupción miles de indígenas que se autodenominaban Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), en diversos municipios del estado sureño de Chiapas, México.

En la ciudad de San Cristobal las Casas ocuparon el palacio municipal y uno de los combatientes leyó un comunicado donde declaraban la guerra al gobierno mexicano y reivindicaban demandas sociales y de justicia y libertad.

La poca prensa que pudo registrar el acontecimiento se concentró en uno de los insurgentes que era nato por su aspecto no indígena que portaba un pasamontañas y dijo

ser miembro del EZLN y llaniarse Marcos y tener el grado de subcomandante.

La opinión pública mexicana no lograba comprender de donde surgían estos indígenas armados y disciplinados militar. El estado mexicano mostro su racismo institucional descalificando el movimiento argumentando que el movimiento seguramente era organizado por algún o algunos grupos extranjeros e inmediatamente dió órdenes para la intervención del ejército mexicano y liquidar a los insurrectos. Televisa desato una terrible campana de desprestigio y de racismo contra los indígenas y acusando a una conjura de tipo cubana en contra México, pero sobre todo enfatizaba el atentado de estos indios ignorantes contra la modernidad, contra el progreso, la imagen que tanto trabajo les había costado crear se veía amenazada.

La opinión pública nacional e internacional lograron una tregua durante los doce días de combate militar. La Diocesis de San Cristobal através de su Obispo Monseñor Samuel Ruiz jugará un papel determinante en el primer encuentro entre los insurgentes zapatistas, encuentro que no conclúran en ningún acuerdo concreto.

La irrupción del EZLN en México cambio de manera radical la vida política y económica del país, quedaba en discusión la democracia del país, el México profundo se presentaba al mundo. La miseria y las condiciones de vida de los indígenas y campesinos se mostraban al mundo, las condiciones salariales de los trabajadores del campo y la ciudad se hacían evidentes. Las estadísticas señalaban condiciones de extrema pobreza de indígenas con altos índices de mortalidad infantil por desnutrición y diarrea. En Chiapas se moría de hambre y de diarrea.

El EZLN se repliega al interno de la selva lacandona circundado de miles de soldados del ejército mexicano le es imposible moverse. Televisa será el instrumento del estado mexicano para deslegitimar el movimiento zapatista, el

monopolio que no sólo controla la televisión sino que también cuenta con estaciones de radio, periódicos y revistas a nivel nacional e internacional instrumentará la defensa del gobierno salinista.

El EZLN encontrará en Marcos su vocero oficial e interprete de sus demandas y de sus ideas.

Marcos cambia el fusil por la pluma; escribe ensayos, cartas, artículos, cuentos, poesías. La rabia ancestral de las culturas indígenas se expresa en las cartas llenas de ironía que hace al presidente y al sistema político mexicano. Su ensayo político sobre las condiciones de los indígenas y el grado de explotación de que son objeto las comunidades Chiapanecas exhiben el discurso retórico y oficial del estado mexicano.

Marcos polemiza sobre el papel de los medios informativos y comunica que ha recibido ordenes de la comandancia general del EZLN de no conceder ninguna entrevista al monopolio TELEVISA. De esta manera ningún medio de comunicación que tenga nexos o relaciones con el monopolio Televisa podrá recoger ninguna opinión de cualquier combatiente del EZLN.

El apoyo popular al EZLN crece día a día, se reactivan formas de solidaridad la lucha del movimiento democrático se refunda a partir de como decía Franz Fanon de los olvidados de la tierra.

El Neozapatismo

El fenomeno del llamado neozapatismo tiene efectos contrários en los planes del gobierno; como si hubiese caído una maldición el año de 1994 concluye con una fuerte devaluación de la moneda mexicana. El interno de la familia revolucionaria del PRI se asesinan unos a otros, el partido empieza la mayor crisis de su historia. El capital financiero escapa y pone como

condición regresar siempre y cuando se exterminen a los zapatistas.

El neozapatismo quiere verificar su presencia fuera de la selva y convoca a un gran encuentro con la sociedad civil. Más de tres mil mexicanos acuden a la selva lacandoana para encontrarse con este ejército de soñadores y para dar vida a una nueva utopía. Los zapatistas verifican la simpatía de que son objeto de la sociedad civil mexicana y buscan conquistar a la opinión pública internacional.

Encuentros, conferencias, congresos serán los espacios propuestos por el EZLN para debatir políticamente, la palabra y la comunicación son dos elementos en esta nueva conflictualidad propuesta por los zapatistas y que igualmente inspiran una nueva propuesta plástica y cultural de reafirmar valores perdidos con símbolos de liberación.

A casi cuatro años de la irrupción zapatista en el sureste mexicano el país se ha modificado, la sociedad mexicana ha cambiado y este es el gran valor del movimiento zapatista que de manera directa o indirecta ha replanteado contradicciones sociales aparentemente resueltas.

Viaje al centro de la Internet

Si el neozapatismo replanteó el problema de la democracia mexicana y los efectos del proyecto neoliberal en México también tuvo efectos de carácter internacional sobre todo en los Estados Unidos y Europa, lo que no sucedió en algunos países latinoamericanos donde poco o nada se conoce de la lucha del EZLN y del movimiento democrático mexicano.

Sería difícil enumerar la cantidad de grupos de solidaridad europeos con la lucha zapatista, de igual modo la producción literaria, videografica y de diversos artículos que testimonian la lucha zapatista y que en un principio

eran sostenidos por la llamada izquierda radical o antagonista.

El asociacionismo europeo también se ha sumado a este movimiento internacional de solidaridad, la internacional de la esperanza como la llamo Marcos en el Primer Encuentro contra el Neoliberalismo y por la Humanidad realizado en La Realidad Chiapas el año de 1996.

Un nudo impresionante de redes telemáticas a nivel mundial son el apoyo logístico de la solidaridad zapatista.

Cadenas de televisión, periódicos y revistas europeos prestigiosos así como intelectuales, artistas de fama mundial han sido invitados a zonas zapatistas y que han servido para reforzar la solidaridad internacional y frenar una posible acción militar del gobierno.

Recientemente en España se ha realizado el segundo Encuentro Intercontinental de la Esperanza que recoge el espíritu zapatista de comunicar y de refundar un nuevo pensamiento político.

Por su parte al monopolio Televisa no se le permite todavía entrar a ninguna zona zapatista, esta guerra la perdió.

Finalmente quiero concluir señalando que al movimiento zapatista le siguen otros movimientos con diversas características políticas e ideológicas, pero que en este momento de reestructuración del país no son las armas el instrumento principal para el cambio social que se está gestando en México, es la palabra, la comunicación es mostrar que ante la quiebra de la ilusión es necesario volver la vista hacia nosotros mismos y encontrar cuales son nuestras fuerzas, cuales son nuestros recursos y capacidades, para formular un proyecto nacional auténtico y por auténtico viable: los planos y los materiales para construir nuestro hogar común.

La de proponer construir una nación plural, en la que la civilización mesoamericana, encarnada en una gran

diversidad de culturas, tenga el lugar que le corresponda y nos permita ver a occidente desde México, es decir, entenderlo y aprovechar sus logros desde una perspectiva civilizatoria que nos es propia porque ha sido forjada en este suelo, paso a paso, desde la más remota antigüedad; y porque esa civilización no está muerta sino que alienta en las entrañas del México profundo.

La adopción de un proyecto pluralista, que reconozca la vigencia del proceso civilizatorio mesoamericano, nos hará querer ser lo que realmente somos y podemos ser; un país que persigue sus propios objetivos, que tiene sus metas propias derivadas de su historia profunda. Al afirmar nuestra diferencia, hacia el interior y hacia el exterior, estaremos negando radicalmente la pretendida hegemonía de occidente que descansa en el supuesto de que diferencia equivale a desigualdad y lo diferente es, por definición, inferior.

Muchas Gracias.

ZAPATISTAS NO CIBERESPAÇO

Pedro H. Ortiz

Introdução

O Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN tem se mostrado ao mundo desde sua surpreendente aparição pública em janeiro de 1994, no estado mexicano de Chiapas, como um movimento armado *sui generis*, que não se encaixa em classificações ou rótulos normalmente atribuídos aos grupos guerrilheiros ou organizações políticas e movimentos sociais.

Na prática política zapatista convergem elementos como a cosmovisão e o histórico de resistência das comunidades indígenas de origem maya que são suas bases de apoio civis; a organização e as formas de luta dos camponeses mexicanos; o pensamento teórico de uma esquerda não dogmática e a participação cidadã da chamada sociedade civil que luta por transformações radicais pela via pacífica.

Os zapatistas são ao mesmo tempo um grupo armado com amplas bases sociais e um movimento popular que contesta as concepções tradicionais da política. Não pretendem a tomada do poder, mas sim um diálogo permanente com a sociedade civil que possibilite um movimento maior pelas transformações sociais e do próprio exercício do poder.

A prática política do EZLN está sustentada também numa concepção de democracia que parte da experiência das comunidades indígenas e camponesas e projeta-se em nível nacional, fazendo severas críticas às limitações do atual modelo partidário-eleitoral mexicano e propondo novas formas de luta política que combatam radicalmente a exclusão social. Os zapatistas não querem ter respostas para todos os problemas, cultivam uma visão não dogmática e mutável das suas concepções, não se auto-definem como vanguarda política nem defendem a luta armada como único caminho possível. São originais em seus métodos e objetivos, e insistem na participação da sociedade civil num projeto maior de mudanças, onde eles seriam apenas mais um dos atores, não os únicos protagonistas.

Entre os aparentes “paradoxos” do movimento zapatista, o subcomandante Marcos – porta-voz e chefe militar do EZLN – afirmou em seu discurso à Convenção Nacional Democrática (CND), em agosto de 1994, para mais de 6 mil representantes da sociedade civil reunidos no “Aguascalientes” construído em plena selva Lacandona, que as armas do EZLN aspiravam a ser inúteis algum dia: “...no es nuestro tiempo, no es la hora de las armas, nos liaremos a un lado, pero no nos vamos. Esperaremos hasta que se abra el horizonte o ya no seamos necesarios (...) Luchen. Luchen sin descanso. Luchen y derrotai ai gobierno. Luchen y derrótennos. Nunca será tan dulce la derrota como si el transito pacífico a la democracia, la dignidad y la justicia resulta vencedor”¹²⁰.

120. Trecho do discurso do subcomandante Marcos na abertura da CND, em 08/08/94, “Discurso del subcomandante Marcos ante la CND”, em *EZLN, documentos y comunicados* – lo. de enero/8 de agosto de 1994. México: Ediciones Era, D.F., 1994, pp. 305-312.

A prática política original dos zapatistas, sua criatividade nas ações, o discurso não excludente nem dogmático, a justeza de suas reivindicações, têm possibilitado uma ampla articulação do zapatismo armado com sua cara-metade civil. Iniciativas políticas como a Frente Zapatista (FZLN), os fóruns nacionais e encontros intercontinentais, abriram canais de diálogo com a sociedade civil dentro e fora do México que têm sido propulsores da continuidade do movimento, da sua resistência em condições tão adversas e seu crescimento para fora dos limites geográficos de Chiapas.

Talvez, sem essa combinação da resistência das comunidades e das bases camponesas e indígenas do EZLN com a articulação de uma ampla rede de relações políticas e de solidariedade nacional e internacional, o movimento zapatista poderia ter sido mortalmente golpeado pelo governo e o exército mexicanos, pois não faltaram tentativas. A verdadeira força dos zapatistas nunca esteve nem estará nas armas ou na guerra de guerrilhas, e provavelmente por isso mesmo a lógica militar que o governo mexicano adotou para tentar vencer o EZLN tem se mostrado incapaz de derrotá-lo. No campo da luta política o zapatismo é vitorioso até aqui, porque conseguiu sobreviver e se expandir, mesmo enfrentando todo o peso da guerra de baixa intensidade e as conseqüências para suas bases de apoio civis.

O EZLN também vem ganhando a “batalha pela comunicação”, com presença na mídia nunca antes alcançada por nenhum outro movimento armado latino-americano neste últimos tempos. As estratégias de comunicação zapatistas combinadas às ações de solidariedade da sociedade civil possibilitaram o surgimento de uma rede de apoio que, valendo-se dos recursos tecnológicos deste final de século, cumpre um papel fundamental na “guerra contra a desinformação” e articula agora muitos outros movimentos sociais ao redor do mundo numa tentativa de criação de

unia “Rede Intercontinental de Comunicação Alternativa” que conecta, através da Internet, cidadãos e organizações que também estão dizendo o seu “Ya Basta!”

O futuro do zapatismo, sua conversão ou não à luta política pacífica e sua sobrevivência são incógnitas que irão se resolvendo com o tempo. O conflito em Chiapas mostra-se cada vez mais uma guerra de baixa intensidade de longa duração – com todos os outros conflitos paralelos que ocorrem no estado – e de difícil solução, pelo menos dentro da lógica militar que o governo mexicano vem adotando. Pode ser que o EZLN desapareça como grupo armado, por decisão sua ou por uma opção militar radical do governo federal mexicano e das forças armadas. Pode ser que cresça ainda mais como força política articulada com outros movimentos sociais. Há muitos horizontes possíveis.

Em quase seis anos de existência pública, o EZLN já deixou marcas profundamente positivas na sociedade mexicana e contribuiu para a rearticulação dos movimentos sociais, para o crescimento da oposição ao sistema de partido-estado (que mantém o PRI – Partido Revolucionário Institucional no poder há quase 70 anos) e para que o México mestiço se reconhecesse no México indígena, historicamente marginalizado, que das profundezas milenares e com generosa utopia mostra seu rosto oculto e defende o sonho de “un mundo donde quepan todos los mundos”.

O zapatismo reacendeu esperanças que pareciam perdidas e mostrou que ainda é possível lutar contra o esquecimento, a exclusão, o racismo, pela dignidade humana, por democracia, liberdade e justiça. “Para todos todo, nada para nosotros”.

Da selva ao ciberespaço

Ao mesmo tempo em que a guerra de Chiapas ganhava espaço na mídia, já nos primeiros dias de janeiro

de 94, os comunicados zapatistas do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – CCRI, instância máxima do EZLN, ou aqueles firmados pessoalmente pelo subcomandante Marcos, começaram a circular pelo mundo não só nas páginas de jornais, revistas e algumas publicações independentes. Ganharam lugar também no chamado ciberespaço, “navegando” pela Internet.

A operação não parecia, à primeira vista, tão complexa. A comandância zapatista divulgava nos comunicados informações sobre a situação das comunidades indígenas na zona de conflito, apresentava suas propostas e Marcos começava a mostrar seus dotes literários e, como homem de comunicação do EZLN, “traduzia” a visão de mundo e o universo ancestral indígena chiapaneco para o mundo não indígena.

Jornais como “La Jornada” – o primeiro a reproduzir a “Declaración de la Selva Lacandona” – e os simpatizantes mexicanos do movimento zapatista se encarregavam de colocar os textos do EZLN nos endereços eletrônicos que foram surgindo com informações de Chiapas. No México, grupos de discussão e conferências sobre Chiapas surgiram em “Laneta”, a conexão mexicana via Internet com a “teia” de redes eletrônicas alternativas onde estão conectados muitos movimentos de direitos humanos, ONGs e ativistas em vários países, a partir de San Francisco, Califórnia (EUA), sede da APC – Association for Progressive Communications (Associação para as Comunicações Progressistas).¹²¹

Dos diretórios sobre Chiapas em “Laneta” e nos demais “sites” que formam a rede da APC, as informações sobre Chiapas passaram a circular pelos computadores

121. A página Web da APC-Association For Progressive Communications é encontrada em: <http://www.apc.org> e a “Laneta” mexicana está em: <http://www.laneta.apc.org>

conectados à Internet. E foram se multiplicando os endereços com notícias do conflito, análises, ações de solidariedade, ensaios. Assim, um jornalista francês podia conhecer as reivindicações do EZLN sem ter de sair da redação do seu jornal e um estudante australiano que estivesse “surfando” na “net” podia ter acesso à mesma informação, bem como um militante brasileiro cuja organização estivesse conectada à “AlterNex” ou outro provedor de acesso à Internet.

Além dos textos jornalísticos da cobertura dos meios de comunicação e dos comunicados zapatistas, apareceram nos endereços sobre Chiapas na Internet relatórios das organizações humanitárias presentes na zona de conflito, informando sobre os ataques das tropas federais à população civil, sobre os números de mortos e feridos no conflito e violações aos direitos humanos. Também ONGs ao redor do mundo começaram a colocar na rede manifestações de solidariedade aos zapatistas e uma primeira ação conjunta via Internet surgiu a partir de denúncias sobre bombardeios da aviação mexicana sobre as comunidades indígenas, fato desmentido pelo governo. De todos os continentes eram enviadas mensagens de repúdio e pedidos para que o governo mexicano aceitasse um cessar-fogo e negociasse com o EZLN.

Essa “rede eletrônica de solidariedade” entrou em ação muitas outras vezes. Antes de confirmar-se a primeira tentativa de negociações entre EZLN e governo, tendo como mediador o bispo Samuel Ruiz na catedral de San Cristóbal da Las Casas em fevereiro de 1994, e-mails de todo o mundo chegaram aos endereços eletrônicos sobre Chiapas solidarizando-se com os defensores de uma saída negociada para o conflito. Os numeras de fax e o e-mail da presidência da República do México receberam uma avalanche de mensagens pedindo o fim da guerra e abertura das negociações.

Em fevereiro de 1995, quando o governo mexicano ordenou a captura da comandância zapatista e as tropas do exército federal invadiram as comunidades indígenas, novamente essa rede informal de solidariedade foi ativada com força total. Mensagens de repúdio à ofensiva militar do governo eram enviadas todos os dias à presidência do México, congestionando suas linhas de fax e “bombardeando” o endereço de correio eletrônico.

Mais uma vez, o uso da Internet foi uma arma de comunicação a favor dos zapatistas contra a supremacia militar do exército mexicano. Cercados nas montanhas da selva Lacandona, com as comunidades indígenas que são suas bases de apoio tomadas pelas tropas federais e a constante ameaça física à sua população, a “solidariedade eletrônica” foi um dos canais para que os comunicados do EZLN e denúncias das ONGs saíssem da zona de conflito, rompendo o cerco militar, e fossem conhecidos em todo o mundo.

O bloqueio do exército federal não permitiu, durante duas semanas, que jornalistas e ativistas de direitos humanos entrassem em território zapatista para conhecer o estrago feito pela invasão militar. Quando levavam jornalistas em seus helicópteros até a zona de conflito, os militares mostravam comunidades onde a população havia fugido, e portanto, “tudo estava tranquilo”, mas deserto.

Combinando formas tradicionais de comunicação das comunidades indígenas com a tecnologia de telecomunicações deste fim de século, os zapatistas souberam furar o bloqueio informativo e sua voz foi ouvida em todo o planeta. Mensageiros do EZLN cruzam montanhas, florestas e vales com os comunicados escritos por Marcos e pelo CCRI. Profundos conhecedores da região, sabem “driblar” os postos de controle do exército e as suas patrulhas, caminhando pelos meandros da selva como faziam seus antepassados, à noite, protegidos pela neblina e, segundo

os mais velhos, também pelos espíritos da montanha, como “balam”, o deus-jaguar ou “tzotz”, o morcego.

Chegando a San Cristóbal da Las Casas – antiga capital colonial de Chiapas e hoje centro político do conflito – os comunicados zapatistas são distribuídos para os correspondentes dos principais jornais mexicanos, estrangeiros e agências de notícias. Grupos de apoio encarregam-se de colocá-los rapidamente nos endereços eletrônicos com informações sobre Chiapas na Internet. Daí, começam a ser reproduzidos e a circular pela rede.¹²² Assim, está feita a conexão entre dois mundos. Uma prática ancestral, as dos “correios humanos” – como os “chasquis” incaicos –, salta a barreira real imposta pelo cerco militar do exército federal e, no espaço virtual da Internet, as informações sobre o que ocorre na zona de conflito dão a “volta aos mundos” – o real e o virtual.

A agilidade e a criatividade comunicacional dos zapatistas gerou também uma série de mitos sobre sua presença na mídia e nas redes eletrônicas. Não faltaram vozes enaltecendo a maravilha tecnológica da Internet, que possibilitava a um grupo guerrilheiro cercado pelo exército mexicano comunicar-se com o resto do mundo usando a rede, o que vinha “comprovar” o papel fundamental da Internet na democratização das comunicações.

Também criou-se a ilusão de que eram os próprios guerrilheiros zapatistas que navegavam pela Internet, colocando seus comunicados na rede. Dizia-se que o

122. Os comunicados do EZLN, desde janeiro de 94, são endereçados primeiro “al periódico nacional La Jornada; al semanário nacional Proccso; al periódico nacional El Financiero; al periódico local de San Cristóbal Tiempo”, “a la prensa nacional e internacional”. Assim, cópias desses comunicados são distribuídas aos correspondentes dos respectivos meios de comunicação em Chiapas e depois, graças ao trabalho de grupos de apoio e ONGs, são colocados na Internet.

subcomandante Marcos tinha um computador portátil, um “laptop” em plena selva, alimentado por uma bateria de caminhão e plugado através de um “modem” a um telefone via satélite que o conectava diretamente à rede¹²³.

Marcos chegou a escrever seus comunicados em um computador portátil e até tinha uma pequena impressora para imprimí-los. Isso até a invasão do exército federal em fevereiro de 95. Nos dias que se seguiram à ofensiva militar, tendo que abandonar rapidamente as comunidades zapatistas, Marcos deixou de escrever seus comunicados em computador e voltou às tradicionais máquinas de escrever por um bom período.¹²⁴

Tecnicamente não seria impossível para os zapatistas utilizar essa tecnologia para conectar-se à Internet. Mas numa situação de cerco militar, emitir sinais por um telefone

123. Entre as muitas matérias veiculadas na imprensa que ajudaram a criar o mito de que Marcos era pessoalmente um “navegador” da Internet, está a de um correspondente da Agência Reuters no México, Martin Langfield, publicada em vários jornais como “Página/12”, de Buenos Aires. Ele chega a afirmar categoricamente que a página Web “Ya Basta!” de Justin Paulson, nos EUA, é a página do EZLN na Internet e que Marcos se comunica para fora da selva Lacandona usando um “telefone satelital”. Martin Langfield. “Los zapatistas ganan la guerra del ciberespacio”, em *Diário*, p. 12, 15/12/95.

124. O comunicado do EZLN de 9 de fevereiro de 1995, que chegou a San Cristóbal no dia 12 e foi distribuído para toda a imprensa, foi escrito por Marcos antes da chegada dos militares a Guadalupe Tepeyac (no dia 10/02/95) e está impresso com tipologia de computador. Outro comunicado que chegou a San Cristóbal junto com o do dia 9, mas com data de 10 de fevereiro, já foi escrito numa máquina de escrever manual, e as das semanas seguintes também. Só mais de um mês depois eles voltariam a aparecer impressos com caracteres de computador. Por um desses acasos da profissão – ou sorte – estes dois comunicados, os primeiros do EZLN após a invasão do exército federal, chegaram primeiro às mãos dos enviados da Agência ACOPI a Chiapas, entre os quais estava este jornalista, e então foram entregues ao seu destino em San Cristóbal.

satelital seria dar “de bandeja” ao inimigo as coordenadas da localização de sua comandância. A rede de comunicação do EZLN funcionava – e funciona ainda – combinando o trabalho dos mensageiros que levam os comunicados até os grupos de apoio, que então os divulgam, seja através de cópias para os jornalistas como também colocando-os na Internet.

Por exemplo, quando os zapatistas e o governo estavam em processo de negociação – interrompido em setembro de 96 – e o cerco militar sobre as comunidades onde estão as bases do EZLN chegou a ser mais disfarçado, Marcos voltou a escrever os comunicados em computador. Em algumas comunidades zapatistas há pequenos geradores de eletricidade que podem alimentá-lo, como em La Realidad, comunidade indígena tojolabal na selva Lacandona que desde 95 é uma espécie de “quartel-general” do movimento.

A versão de que Marcos era também um “internauta” ganhou força a partir de março de 94, depois de frustrada a primeira tentativa de negociação entre o EZLN e o governo federal. Os zapatistas voltaram às suas posições nas montanhas e nas comunidades indígenas, a tensão na região de conflito aumentou. A guerra esteve a ponto de recomeçar diversas vezes. Foi então que aumentou o número de comunicados zapatistas e que a vertente literária de Marcos ficou conhecida em todo o mundo, pela poesia de seus textos, suas citações, sua “tradução” do mundo indígena com seus mitos e sua cultura ancestral. Mais e mais jornalistas puderam entrar no território controlado pelo EZLN, apareceram as primeiras entrevistas com o “sub” e a comandância indígena, a vida nas comunidades da selva foi “descoberta” e “revelada” para os do lado de fora.

Nos EUA já estava crescendo como novidade a utilização gráfica e multimídia da Internet, com a popularização da “World Wide Web”, que ficou conhecida

como “Web”, possibilitando que não só texto, mas também imagens e sons fossem transmitidos pela rede. Apareceram as “home pages”, páginas gráficas interativas e o desenvolvimento da linguagem “html” – para hipertexto – abriu novas e ricas possibilidades de comunicação na Internet.

Um ativista e na época estudante de literatura da Universidade da Pennsylvania (EUA), Justin Paulson, criou a primeira página na Web com informações de Chiapas e a batizou com o sugestivo nome de “¡Ya Basta!”, o grito de guerra zapatista. Nela, começou a colocar toda a informação que encontrava sobre o EZLN, os comunicados de Marcos e notícias de Chiapas tiradas dos jornais mexicanos. Sua página tornou-se o “site” de referência para aqueles que buscavam informações sobre os zapatistas e a situação do conflito.

Como muitas vezes a mídia ajuda a fabricar versões que se tornam realidade, jornais do mundo todo começaram a noticiar que a página Web de Paulson, o “site” Ya Basta! (<http://www.peak.org/~justin/ezln/czhi.html>) era a home page “oficial” do EZLN na Internet. Daí para a versão de que o próprio Marcos navegava pela rede, foi um pulo.¹²⁵

Alguns analistas, jornalistas e políticos começaram a dizer que o conflito de Chiapas era apenas uma guerra de palavras que se travava nas páginas dos jornais, nas TVs, na

125. A página Web “Ya Basta!” não é e nunca foi a “página oficial” do EZLN na Internet. Ela foi unia tias primeiras na Web com informações de Chiapas e dos zapatistas, e continua a ser uma referencia importante para quem busca notícias sobre o conflito. Mas o seu criador, o estadunidense Justin Paulson, que esteve em Chiapas e é simpatizante do EZLN, desmente as versões que a imprensa ajudou a criar sobre o “site” oficial zapatista na rede, na entrevista ao jornalista Pablo Espinosa, publicada como “Mi página en Web no es la voz oficial del EZLN: Justin Paulson”, *Um La Jornada*, 10/08/96.

Internet. Era portanto uma “guerra mediática”. O então chanceler mexicano, José Angel Gurría, chegou a afirmar em uma conferência para empresários e investidores estrangeiros que “o movimento zapatista não passava de uma guerra de papel e de Internet”.¹²⁶

Não são os guerrilheiros zapatistas em pessoa que colocam os comunicados do EZLN na Internet nem navegam pela Web. Uma rede de solidariedade bastante ampla, dentro e fora do México e que nos momentos críticos se mobiliza para defender a integridade física e a sobrevivência da população indígena na zona de conflito, também atua como rede de comunicação.

São simpatizantes, grupos de apoio civis – agora engrossados pela Frente Zapatista –, comitês de solidariedade e alguns meios de comunicação os responsáveis por abastecer os endereços eletrônicos com as mais variadas informações sobre o que acontece em Chiapas. É uma maneira de fazer com que circulem, para um público cada vez maior, notícias vindas diretamente do “front”, nessa guerra bastante peculiar. Esta utilização que os zapatistas vem fazendo das tecnologias de comunicação, criando com poucos recursos uma ágil rede de comunicação e também contra-informação, em resposta à ofensiva informativa do governo mexicano nos grandes meios de comunicação, pode ser analisada dentro do que estudiosos da chamada “sociedade da informação” têm definido como o “efeito Internet”.

Cada vez é maior a quantidade de informações que circulam pela rede, cada vez é maior o número de usuários conectados, vão se concretizando outros fluxos informativos,

126. Na mesma matéria, o jornalista Pablo Espinosa comenta as declarações do secretário de relações exteriores mexicano, “El año pasado el secretario de Relaciones Exteriores de México, Jose Angel Gurría, declaro ante inversionistas en el World Trade Center: el movimiento zapatista es una guerra de papel e Internet”. *La Jornada*, 10/08/96.

mais ramificados, não só de Norte a Sul, mas de Sul a Norte e também Sid a Sul. Mas até que ponto esse crescimento quantitativo pode ser chamado de democratização das comunicações graças à Internet? Sem dúvida, hoje a rede cresce por ser um dos meios mais baratos e rápidos de telecomunicação, dando acesso a enormes quantidades de informação, mudando inclusive o modo como os meios de comunicação operam em escala global. Potencialmente, a Internet pode diminuir a defasagem informativa que existe entre muitos países do hemisfério Norte e a maioria dos países do Sul, e as disparidades informativas regionais e sociais dentro dos países. Mas isso também depende da disponibilidade de meios tecnológicos, que são menos acessíveis e mais caros no Sul ou nas periferias que no chamado mundo industrializado.¹²⁷

O fenômeno zapatista, visto pelo lado da sua estratégia de utilização da Internet como espaço informativo e canal de comunicação com o mundo – em uma situação de guerra de baixa intensidade – e um fato inédito nesta era das comunicações em rede. Um caso instigante para ser analisado e que pode contribuir para uma reflexão profunda sobre a “Era da Informação” e seus dilemas.

“Guerra de redes”

Ao contrário do que possam pensar muitos ativistas sociais, sentindo-se impotentes diante de uma suposta “vitória” conservadora em todo o mundo – uma “revolução para a direita”, como classificam alguns analistas –, o advento da “Era da Informação” possibilita também um fortalecimento e crescimento das organizações sociais, desde

127. “Temores y esperanzas del futuro electrónico”, Panos Instituto, Em “La trampa de Internet”, Revista. *El Viejo Topo*. Barcelona: junic-julio de 1996. pp. 38-47.

que as novas tecnologias de telecomunicações estejam ao seu alcance e sejam utilizadas com criatividade e eficiência.

Através das redes de comunicação via computadores, principalmente a Internet, muitos movimentos sociais tem desenvolvido campanhas de alcance nacional e internacional, além de articulações importantes com outras organizações ao redor do mundo, troca de informações e ações conjuntas que resgatam a importância da solidariedade internacional. E um dado importante: os governos estão preocupados com isso, principalmente o estadunidense.

O aparato de segurança e inteligência dos Estados Unidos – militar e civil – tem investigado o fenômeno. Seus conselheiros e analistas estudam a fundo a proliferação dos canais de comunicação no “ciberespaço” cada vez mais usados pelos movimentos sociais, a utilização da Internet, outras redes e suas conseqüências. Dois pesquisadores da RAND Corporation, David Ronfeldt e John Arquilla, cuñharam há alguns anos os termos “cyberwar” e “netwar” para definir a atuação de grupos autônomos e movimentos sociais que usam as redes eletrônicas de comunicação para coordenar ações que influenciem mudanças ou enfrentem políticas governamentais. E também sugeriram estratégias de contra-ataque dos governos para responder a estas “ameaças”.

Desde sua criação em 1948, a RAND Corporation tem atuado principalmente como um apêndice civil do complexo militar e de inteligência dos Estados Unidos. Para o analista Paul Dickson, ela é o primeiro “think tank” militar e sem dúvida a mais poderosa organização de pesquisas e análises associada ao setor militar norte-americano. Os famosos “Pentagon Papers”, que “vazaram” no início dos anos 70 e revelaram em detalhes os métodos nada humanitários que “deveriam” ser empregados na intervenção norte-americana no Vietnã, foram produto das cabeças-pensantes da RAND.

O pesquisador David Ronfeldt, especialista em segurança nacional, em América Latina e no impacto das novas tecnologias de informação também colaborou diretamente com as forças armadas norte-americanas na arca de “comunicação militar” e assessorou a CIA – Central Inteligency Agency em questões de inteligência. Seu trabalho deve ser valioso para o governo norte-americano, para os setores militar e de inteligência no diagnóstico e análise sobre o uso da Internet pelos grupos opositores.¹²⁸

No início de 95, Ronfeldt escreveu um artigo analisando a influencia das “netwars” na situação política mexicana pós-Chiapas. De acordo com Joel Simon, correspondente da Pacific News Service – agência alternativa de San Francisco que faz parte da rede coordenada a partir do IGC e APC – Ronfeldt “alerta” que o trabalho dos ativistas sociais na Internet tem sido de grande importância para ajudar a coordenar as manifestações de solidariedade aos zapatistas - no México e no exterior – e veicular com rapidez os comunicados do EZLN em todo o mundo através das redes via computador. Segundo o analista da RAND, “estas ações permitiram que os movimentos opositores ao PRI tivessem respaldo internacional e respostas de solidariedade muitas vezes em questão de horas a partir das medidas do presidente Zedillo”, como aconteceu em 9 de fevereiro de 95. Essa resposta mundial coordenada via Internet “forçou o governo mexicano a manter uma fachada de negociações com o EZLN, e em muitas ocasiões inclusive ajudou a ficar o exército, evitando que avançasse sobre Chiapas e massacrasse os zapatistas”, conclui Ronfeldt.¹²⁹

128. Jason Wehling. “Netwars and activists power on the Internet”, abril de 1995, na página Web do “CPSR – Cyber Rights working group”, em: <http://www.cpsr.org/cpsr/nii/cyber-rights>.

129. Jason Wehling. “Netwars and activists power on the Internet”, *op. Cit.*

Em estudo de 1993 preparado para a RAND Corporation e intitulado "Cyberwar is coming!", Ronfeldt e Arquilla fazem uma análise detalhada da "revolução da informação", das modalidades emergentes de conflitos que utilizam também o "ciberespaço" como campo de batalha e definem os conceitos de "cyberwar" e "netwar". O objetivo dos pesquisadores é analisar "como as novas tecnologias em telecomunicações estão alterando a natureza dos conflitos e recomendar estruturas militares, doutrinas e estratégias que serão necessárias" para enfrentar as novas "ameaças".¹³⁰

Os conceitos de "cyberwar" e "netwar", conforme definidos por Ronfeldt e Arquilla, se fundamentam no campo da informação, inteligência e comunicação e num nível mais profundo seriam formas de "guerra sobre o conhecimento", sobre quem sabe o que, onde, quando, porque e sobre quão segura uma sociedade ou uma instituição militar pode ser a partir do conhecimento que tem de si mesma e dos seus adversários. Segundo os analistas norte-americanos, as estratégias de "guerras de redes" podem envolver medidas diplomáticas, propaganda e campanhas psicológicas, "subversão" política e cultural, fraudes ou interferência em sistemas de comunicação, infiltração em redes de computadores e bancos de dados e também esforços para promover movimentos de oposição ou dissidentes através das redes eletrônicas como a Internet.

Outro estudo que mostra a preocupação do governo norte-americano e do seu setor militar em relação ao crescimento das redes de movimentos sociais que exploram

130. David Ronfeldt e John Arquilla. "Cyberwar is coming!", artigo preparado pelos pesquisadores do "International Policy Department" da RAND, originalmente publicado em 1993 pelo periódico "Comparative Strategy", volume 12, n.2, pp. 141-165, com versão eletrônica disponível na seção "Military" do servidor gopher WFXL, em: <http://gopher.well.sf.ca.us:70/0/Military/cyberwar>.

os recursos da Internet e o artigo "Strategic Assessment: The Internet", preparado por Charles Swett em abril de 95. Swett, um assessor do Pentágono que trabalhou com o secretário-adjunto de Defesa para "Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade" afirma que "o desenvolvimento das tecnologias de comunicações ampliou em grande medida a capacidade da sociedade civil global para construir suas coalizões e redes, possibilitando que emergissem novas e poderosas forças como os movimentos ambientalistas, de direitos humanos, anti-armamentistas, agências de notícias alternativas e as redes planetárias de computadores".¹³¹

Redes eletrônicas e lutas sociais

A circulação de informações sobre o conflito chiapaneco e a presença dos comunicados zapatistas nas redes eletrônicas como a Internet são um dos exemplos recentes mais bem sucedidos do uso das comunicações via computador por movimentos sociais. Impulsionando as redes de apoio e solidariedade ao movimento – dentro e fora do México – essa estratégia possibilitou uma discussão em nível mundial sobre a realidade das comunidades indígenas e camponesas, sobre os efeitos das políticas neoliberais no campo social, sobre as implicações da revolta zapatista e muitas outras questões atuais de grande importância.

Certamente não foram os zapatistas os únicos responsáveis pelo crescimento da utilização do "ciberespaço"

131. Charles Swett. "Strategic Assessment: The Internet", Office of the Assistant Secretary of Defense for Special Operations and Low-Intensity Conflicts – Policy Planning, U.S. Department of Defense, 17/04/95, versão eletrônica na página Web da "Federation of American Scientists", em: <http://www.fas.org/pulVgcn/fas/sgp>.

pelos movimentos populares e organismos não governamentais. As redes alternativas floresceram no final dos anos 80 e começaram a se articular entre si, constituindo novas e maiores redes no início desta década. São exemplos bem sucedidos redes como GreenNet, PeaceNet, a APC e suas “redes irmãs” ou associadas, tanto em países do chamado primeiro mundo como do terceiro mundo. E as preocupações dos governos, sobretudo o norte-americano, com relação à expansão destas redes e a “ameaça” que representam para eles e seus interesses também datam de antes da aparição do EZLN em janeiro de 94. Os documentos de analistas da RAND Corporation e outros “think tanks” ligados ao aparato militar e de inteligência estadunidense aqui citados, mostram isso claramente.

A originalidade e eficácia da estratégia zapatista e dos seus simpatizantes em todo o mundo foi construir uma rede de conexões e articulações políticas que, somada à resistência das comunidades e bases de apoio indígenas, garantisse sua sobrevivência. Para enfrentar a “guerra de baixa intensidade” imposta pelo exército federal e os grupos paramilitares, o EZLN desencadeou uma guerra de palavras, imagens, de organização e mobilização, com muita criatividade e o apoio de uma rede de solidariedade bem articulada. Nesse terreno, desde 1994 até hoje as armas do exército federal mexicano e dos grupos para militares não conseguiram calar as vozes zapatistas.

Como elemento vital para essa estratégia de sobrevivência zapatista está o uso das redes de comunicação via computadores, ao lado de iniciativas políticas bem organizadas e criativas: uma rede de solidariedade ampla, nacional e internacional e articulações crescentes com outros movimentos sociais, visando a construção de uma “rede de rebeldia”, a “Internacional da Esperança”, como propôs o EZLN no “I Encontro Intercontinental” em julho/agosto

de 96 em Chiapas e que foi um dos temas centrais do “II Encontro”, realizado no final de julho de 97, na Espanha.

O movimento zapatista e seus simpatizantes têm feito uma inteligente combinação do uso das redes eletrônicas com táticas mais convencionais das lutas sociais e das ações de solidariedade, com discussões, encontros, debates, artigos nos meios de comunicação alternativos, mobilizações-relâmpago, passeatas, manifestações e ocupações de representações diplomáticas mexicanas no exterior, caravanas de solidariedade e observadores internacionais, denúncias de violações aos direitos humanos e tantas outras iniciativas bem sucedidas.

No plano das estratégias de comunicação, além do uso das redes eletrônicas como a Internet, o EZLN e o movimento de solidariedade aos zapatistas também têm mostrado agilidade e criatividade para produzir e fazer circular vídeos, compilações dos comunicados, fitas de áudio com entrevistas da comandância, músicas, CDs, CD-ROMs, emissões de rádio – legais e clandestinas – e de TVs comunitárias, ampliando o alcance das informações sobre Chiapas para os que não têm acesso ao “ciberespaço”.

A contra-ofensiva do governo mexicano e dos estrategistas preocupados com o crescimento destas novas formas de luta social também já começou, com respostas no ambiente “ciberespacial” e fora dele. Mesmo quando o governo de Ernesto Zedillo optou por uma contra-ofensiva militar em fevereiro de 95 para tentar “decapitar” a comandância rebelde e esmagar qualquer possibilidade de resposta armada do EZLN, a resposta dos zapatistas foi original. Ainda que tenham se refugiado nas montanhas com milhares de camponeses indígenas das comunidades que são sua base de apoio, isso não significa que não tenham lutado. Mas lutaram com as mesmas armas que melhor têm usado desde o levantamento de janeiro de 94: as palavras.

Para o analista Darrin Wood, de “NAP – Nuevo Amanecer Press”, uma agência alternativa de informações sobre direitos humanos, “os zapatistas têm sido capazes de usar a palavra com muito mais eficiência que a maioria dos exércitos usa seus tanques ou artilharia”. Os comunicados de Marcos – “el sup”, como é popularmente chamado – mais parecem ter sido escritos por um professor de literatura que por um líder revolucionário. “Não há longas referências a Marx, Lenin ou Mao, em vez disso, citações de Cervantes, Garcia Lorca, Antônio Machado e até Shakespeare no original”. Para Wood, o EZLN mostrou que não é um movimento guerrilheiro comum, eles não fizeram execuções, não assassinaram líderes políticos nem os ‘caciques’ locais, lutaram com armas convencionais só 12 dias e depois chamaram a sociedade civil mexicana – e mundial – para somar-se e continuar a luta pelos caminhos políticos”.¹³²

A batalha informativa

O primeiro documento da rebelião zapatista foi a “Declaración de la Selva Lacandona”, lida pelos guerrilheiros durante a ocupação da prefeitura de San Cristóbal de Las Casas no primeiro dia de janeiro de 94 e também nas outras cidades tomadas pelo EZLN. A partir de Ocosingo foi transmitida por rádio, quando os zapatistas ocuparam a emissora local. É a declaração de guerra ao governo e ao exército mexicanos. Expõe as causas que levaram os camponeses indígenas a levantar-se em armas e as suas demandas básicas, os onze pontos iniciais: “tierra, pan,

132. Darrin Wood. “Net wars. Chiapas: the revolution will not be televised (but it will be on-line)”, *Index on Censorship*, março de 1995, versão eletrônica na página Web http://vw.v.oncwi.rld.org/intlex_oc/wood.html.

trabajo, educación, vivienda, salud, dignidad, libertad, democracia, justicia y paz”.

Mesmo com a ampla cobertura dos meios de comunicação mexicanos e internacionais sobre os acontecimentos de Chiapas desde os primeiros dias de janeiro, entre a grande imprensa o diário “La Jornada” foi um dos poucos a publicar na íntegra a declaração de guerra zapatista¹³³. Nela o EZLN diz que sua ofensiva militar é uma “medida última mas justa ... único caminho para não morrer de fome diante da ambição de uma ditadura de mais de 70 anos” e para exigir que se restaurem “a legalidade e a estabilidade da nação”. Explica que é “produto de 500 anos de lutas ... as mesmas causas pelas quais lutaram Zapata e Villa”.

Na maioria dos meios de comunicação que cobriram a guerra em Chiapas nos seus primeiros dias – jornais, revistas, rádios e TVs do mundo todo – apareceram imagens impactantes e relatos detalhados dos seus correspondentes, mas pouco ou nenhum espaço para a palavra dos protagonistas. “Mesmo com o cessar-fogo de 12 de janeiro, quando a ênfase da ofensiva zapatista passou das armas às palavras, os grandes meios de comunicação não reproduziram os comunicados emitidos pelo EZLN”, lembra Harry Cleaver, professor de Economia na Universidade do Texas em Austin (EUA) e estudioso das questões relativas a Chiapas, o EZLN e o uso da Internet por movimentos sociais.¹³⁴

133. “Declaración de guerra del Ejército Zapatista en Chiapas”, em Diário “La Jornada”, México: D.F., 02/01/94.

134. Harry Cleaver. “The Zapatistas and the electronic Fabric of struggle”, Austin, Texas, novembro de 1995. Texto que faz parte do livro editado por John Holloway e um coletivo de analistas e estudiosos mexicanos e norte-americanos sobre Chiapas, intitulado “The Chiapas uprising and the future of revolution in the twenty-first century”, e também é um capítulo do livro eletrônico “Zapatistas! Documents of the new mexican revolution”, compilado via Internet. Está em: <http://www.eco.utexas.edu:80/Homepages/Faculty/Cleaver/uidex.html>.

Grupos ou pessoas preocupados com a situação da população indígena chiapaneca e simpatizantes da causa zapatista rapidamente partiram para a ação, fazendo crescer um movimento de solidariedade dentro e fora do México. Caravanas com ajuda humanitária foram enviadas a Chiapas, também foram para lá delegações de observadores mexicanos e estrangeiros. Protestos contra a ofensiva do exército federal e por uma saída negociada para o conflito aconteceram nas principais cidades mexicanas e em outros países. A maior concentração popular no México desde as eleições de 1988 lotou o “zócalo” (praça central) da capital no dia 12 de janeiro, com mais de 150 mil manifestantes.

A parcela da sociedade civil mexicana que se sensibilizou com as demandas zapatistas e defendeu desde o início uma saída pacífica para o conflito, exigindo o cessar-fogo por parte do exército federal e negociações entre o EZLN e o governo mexicano, também foi a primeira que vislumbrou a importância da circulação de informações vindas diretamente de Chiapas e de amplificar a voz dos zapatistas. Como o alcance de “La Jornada” era limitado, principalmente fora da Cidade do México, e a “mídia” internacional não publicava os comunicados do EZLN, no início do conflito muita gente não tinha como conhecer na íntegra a palavra zapatista.

Nessa primeira batalha pela comunicação foi de grande utilidade a existência das redes eletrônicas. “O que os grupos e cidadãos simpatizantes fizeram foi muito simples: eles passaram a digitar ou ‘escanear’ os comunicados e cartas do EZLN em formato ‘e-text’ e a colocá-los na Internet”, comenta Cleaver. Esses textos passaram a circular em escala mundial nos “newsgroups” de UseNet, nas conferências de PeaceNet, nas listas de discussão sobre o México na Internet e assim por diante.

Muitas vezes os textos eram reproduções integrais dos comunicados zapatistas, ou então reproduções do noticiário

de “La Jornada”, com a maior cobertura sobre Chiapas entre os jornais diários. Esta utilização espontânea e diária do material publicado em “La Jornada”, reproduzido desde então em diversos “sites” com informações sobre Chiapas, cresceu ainda mais a partir de março de 95, quando o jornal inaugurou a sua própria página Web, “La Jornada en Internet”. “Este Web site continua sendo uma fonte vital e diária de informações sobre o conflito em Chiapas e o México em geral. Seu conteúdo é reproduzido em muitos outros endereços, como Chiapas-L, México94 e Chiapas95, todos os dias”.¹³⁵

O noticiário de “La Jornada” sobre Chiapas colocado nas redes, em listas ou grupos de discussão, somado aos comunicados zapatistas e relatórios das ONGs de direitos humanos e demais grupos presentes na zona de conflito se multiplicaram rapidamente em escala “eletrônica”. Alcançaram várias listas de discussão na Internet com participantes interessados na vida política e social mexicana, universidades, organismos de direitos humanos, redes das organizações indígenas, dos movimentos feminista, estudantil e sindical. Mais e mais, os receptores destas informações passaram a reproduzi-las espontaneamente em outros endereços eletrônicos e a traduzir os comunicados do EZLN para diversos idiomas. “Desta forma, a palavra dos zapatistas e as mensagens das comunidades na zona de conflito passaram a circular a partir de alguns poucos endereços para grande parte do ciberespaço”.¹³⁶

Com a presença crescente de jornalistas, ativistas de direitos humanos, observadores indígenas e religiosos em Chiapas, aumentou o fluxo de informações sobre o que

135. Harry Cleaver. “Tlic Zapatistas and the eletronic fabric of struggle”, *op. Cit.*

136. Harry Cleaver. “The Zapatistas anel the eletronic fabric of struggle”, *op. Cit.*

acontecia na zona de conflito, na maioria dos casos confirmando as denúncias dos comunicados zapatistas e responsabilizando o governo mexicano. Esses relatos também entraram nas redes eletrônicas, abastecendo continuamente a rede de solidariedade com Chiapas e pautando suas ações no México e no exterior.

Na primeira tentativa de negociação entre o EZLN e o governo mexicano, de 20 de fevereiro a 3 de março de 1994 na catedral de San Cristóbal, a rede funcionou bastante bem como provedora de contra-informação. Enquanto o governo mexicano divulgava seus informes oficiais sobre o andamento das negociações e boa parte da mídia mexicana os reproduzia – sobretudo a poderosa rede de televisão Televisa –, os comunicados zapatistas “navegavam” no ciberespaço com incrível rapidez.

Outra ocasião em que foi importante a existência de uma bem articulada rede de solidariedade e seus canais eletrônicos foi durante a realização da Convenção Nacional Democrática convocada pelos zapatistas, em agosto de 94 no primeiro “Aguascalientes” de Guadalupe Tepeyac, com mais de 6 mil participantes. Antes, a rede foi fundamental para divulgar a convocatória e os objetivos da CND. Depois, serviu para fazer circular em escala internacional os documentos, conclusões e relatos sobre a convenção.

“Com o crescimento do número de pessoas e organizações envolvidas no processo de receber as informações, traduzi-las, colocá-las em formato eletrônico e enviá-las pelas redes, também cresceu a auto-organização da rede de solidariedade com Chiapas e os zapatistas. O que começou como uma série de ações interconectadas espontaneamente, passou a ser um trabalho mais organizado e coordenado”.¹³⁷

137. Harry Cleaver. “The Zapatistas and the elétronic fabric of struggle”, *op. Cit.*

Em algumas das listas temáticas sobre o conflito chiapaneco houve uma divisão cooperativa do trabalho, com grupos de ativistas repartindo tarefas, como a busca de informações dispersas no ciberespaço e sua reprodução em “sites” específicos, para facilitar o acesso e a consulta. Assim, a união dos recursos de muitos indivíduos separados criou conexões para agilizar a busca de informações por aqueles usuários que a necessitam mas não dispõem de tempo para procurá-la. Um bom exemplo é a página Web Chiapas95, administrada por ‘Acción Zapatista’ de Austin, Texas, recentemente rebatizada como “Zapatistas Online”.

Como resultado dessa cooperação, o trabalho de procura das informações na rede foi drasticamente reduzido, facilitando sua utilização pelos movimentos de solidariedade. “Essa cooperação possibilitou a consolidação de um fluxo contínuo de informações de grande utilidade e também a criação de novos ‘produtos eletrônicos’ híbridos”, enfatiza Harry Cleaver, um dos organizadores de Chiapas95, a partir da Universidade do Texas em Austin. Um desses “produtos” é o livro “Zapatistas! Documents of the New Mexican Revolution”, que foi compilado através do e-mail e reúne artigos de analistas mexicanos e estadunidenses sobre Chiapas, além da reprodução de comunicados zapatistas que “navegam” pela rede. Embora o livro eletrônico tenha sido publicado posteriormente como um livro convencional, em papel, sua versão eletrônica foi a primeira e ainda está disponível na íntegra na Internet.¹³⁸

Outra iniciativa semelhante é a produção de uma versão eletrônica em inglês do livro da jornalista mexicana Rosa Rojas, “Chiapas, y las mujeres...que?”, uma excelente

138. “Zapatistas! Documents of the New Mexican Revolution”, a versão eletrônica integral do livro está em: gopher://lanic.utexas.ec.lu:70/11/1a/Mexico/Zapatistas.

compilação de artigos e entrevistas que reúne o pensamento e as ações das mulheres indígenas em Chiapas desde o levantamento do EZLN em 94¹³⁹. Também outro projeto coletivo via Internet é a produção de um CD-ROM sobre os Zapatistas com comunicados do EZLN e imagens que circulam na Internet, combinadas a vídeos e músicas sobre Chiapas. É uma iniciativa do “Advanced Communication Technologies Laboratory – ACTLab”, da Universidade do Texas em Austin, em cujo “Webmaster” estão alojadas as páginas de “Acción Zapatista”, “The ZapNet” e “Zapatistas Online”.¹⁴⁰

A circulação dos comunicados e outros documentos do EZLN pelas redes, somada aos relatos de observadores e ativistas de direitos humanos sobre a situação em Chiapas, passou a ser acompanhada por uma crescente e sistemática presença na Internet de matérias e análises reproduzidas da “mídia” tradicional, sobretudo jornais e revistas. “Enquanto a mídia comercial ignorava quase completamente a Internet também como uma fonte de informações e interpretações sobre o que estava acontecendo em Chiapas, o inverso não era verdadeiro”, lembra Harry Cleaver.

Ao contrário, os grupos e cidadãos que faziam circular informação sobre o conflito chiapaneco pelas redes adotaram informalmente a prática de colocar nos endereços eletrônicos

139. Rosa Rojas (org.). “*Chiapas. ¿Y las mujeres que?*”. México: Ediciones la Corra Feminista, D.E, 1994.

140. O CD-ROM interativo sobre os zapatistas está sendo produzido por uma equipe de pesquisadores e artistas gráficos eletrônicos do ACTLab, coordenados por Tamara Ford. O laboratório é ligado ao Departamento de Rádio, TV e Cinema da Escola de Comunicações da Universidade do Texas em Anstin, EUA, que em seu provedor Internet aloja a página Web “Acción Zapatista”, administrada pelos estudantes. No “Webmaster” do ACTLab também está a página da “The Zapatista Net of Autonomy & Liberation – The ZapNef. O endereço é: <http://www.aetlab.utexas.edu>.

absolutamente quase tudo disponível. “Consequentemente, os que puderam buscar na rede informações sobre a luta zapatista e o movimento pela democracia no México ficaram melhor informados e com mais elementos para analisar o conflito que aqueles consumidores exclusivos dos ‘mass-media’ e seus noticiários”, analisa Cleaver.¹⁴¹

Com razão, a quantidade e a variedade da informação sobre Chiapas disponível nos endereços eletrônicos na Internet é muito superior ao noticiário dos grandes meios de comunicação. E a rede ainda oferece algumas vantagens. Além de relatos independentes de organizações de direitos humanos locais, como o Centro Fray Bartolomé de San Cristóbal, ou os grupos de observadores e ativistas mexicanos, também estão disponíveis os informes e denúncias das organizações internacionais como Human Rights Watch ou Anistia Internacional. Estão também as reportagens de jornalistas independentes, as análises e interpretações de estudiosos das questões indígenas e camponesas, dos movimentos guerrilheiros, da história e política mexicanas.

E além dessas informações que normalmente não aparecem na mídia convencional, também estão nos endereços sobre Chiapas na Internet muitos artigos e reportagens da grande imprensa, reproduzidos como textos eletrônicos. Sem contar as próprias versões eletrônicas dos jornais e revistas, como as páginas Web de “La Jornada”, “Proceso” e outros tantos jornais e revistas mexicanos ou estrangeiros que fazem uma cobertura sistemática de Chiapas.

Outra vantagem das redes eletrônicas em relação à mídia convencional – neste caso específico do conflito

141. Harry Cleaver. “The Zapatistas and the eletronic fabric of struggle”, *op. Cit.*

chiapaneco – e que os administradores das páginas Web e listas de discussão sobre o México, Chiapas e o EZLN tem se preocupado com a permanência deste material. Normalmente, há muita informação que circula na rede por um determinado período, depois desaparece, muitas páginas são atualizadas constantemente e há um grande volume de coisas que se “perdem”. É a “fugacidade digital”. Há inclusive pesquisadores trabalhando no desenvolvimento de poderosos “softwares” capazes de “salvar” os milhões de milhões de bytes de informação que circulam diariamente pela Internet, o que por enquanto é impossível. Seria algo como um gigantesco “arquivo” ou “biblioteca” virtual capaz de preservar os documentos eletrônicos. Na maioria das páginas Web ou listas Gopher sobre Chiapas, todo o material colocado desde 1994 continua lá, arquivado para rápidas consultas dos usuários, referência ou estudos mais detalhados. Uma importante biblioteca/hemeroteca virtual.

Essa grande quantidade de informação sobre Chiapas disponível nas redes eletrônicas – com fácil localização, consulta, arquivamento e reprodução – e a sua rápida circulação, possibilitaram o surgimento de fóruns de discussão e análise sobre as origens do conflito e o seu significado. Também propiciaram um intenso debate sobre os zapatistas, sobre as guerras de baixa intensidade e as guerras telemáticas – “guerras de redes” ou “netwars” neste final de século. E no plano das ações de solidariedade ou denúncias sobre violações dos direitos humanos na zona de conflito, uma rapidez de resposta antes impensável.

Foi assim durante e depois da contra-ofensiva militar do governo mexicano sobre o EZLN e suas comunidades-bases de apoio, em fevereiro de 1995. Na mesma noite de 9 de fevereiro, quando o presidente mexicano Ernesto Zedillo anunciou as prisões de supostos dirigentes e apreensão de “arsenais subversivos”, deu ordens de prisão contra a comandância zapatista e autorizou a polícia e o exército

federais a avançar sobre as posições do EZLN em Chiapas, a resposta da rede de solidariedade com os zapatistas foi rápida e eficiente.

Antes mesmo que os jornais do dia seguinte dessem a notícia, e com maior cobertura que as rádios e TVs – que naquela noite se limitaram a reproduzir os comunicados e pronunciamentos oficiais do governo mexicano – os endereços eletrônicos com as listas de discussão sobre Chiapas já traziam notícias de San Cristóbal, sobre a movimentação de tropas do exército, sobre as ordens de prisão contra supostos “dirigentes” zapatistas e as ameaças aos simpatizantes do EZLN e ativistas de direitos humanos que atuavam na região.

Das listas sobre Chiapas na rede mexicana “Laneta” estas informações passaram automaticamente para PeaceNet e as outras redes-irmãs que formam a APC. Daí foram reproduzidas nos endereços eletrônicos das universidades, centros de pesquisa, meios de comunicação, grupos de solidariedade com Chiapas e multiplicaram-se rapidamente. Na mesma noite de 9 de fevereiro já circulavam na Internet as respostas de solidariedade e convocatórias para ações.

No dia seguinte encontravam-se nas redes informes sobre as manifestações que os comitês de solidariedade estavam realizando ou programando em diversas cidades do mundo contra a ofensiva militar do governo mexicano, como os protestos em frente a embaixadas e consulados do México nas principais cidades dos Estados Unidos, Canadá, capitais européias e latino-americanas. Observadores internacionais começaram a chegar a Chiapas um dia depois e atrás deles centenas de jornalistas.

Na Cidade do México uma gigantesca marcha culminou numa manifestação de mais de 100 mil pessoas no “zócalo” no dia 11 de fevereiro, exigindo o fim da ofensiva militar do exército federal. Caravanas de solidariedade começaram a partir de vários pontos do país rumo a Chiapas,

levando simpatizantes e ativistas de direitos humanos com roupas, remédios e comida para as comunidades zapatistas atacadas pelo exército mexicano.

O endereço de correio eletrônico e o fax da presidência do México receberam milhares de mensagens de solidariedade às comunidades indígenas chiapanecas e protestos pela ação militar do exército federal, pedindo ao governo mexicano o fim da ofensiva. Esse trabalho de “bombardeio” com mensagens foi coordenado a partir da rede eletrônica de solidariedade e após alguns dias o fax da presidência mexicana deve ter sido desligado, devido à quantidade de mensagens críticas ao governo que foram enviadas de diversas partes do mundo. O endereço de e-mail do presidente Ernesto Zedillo também ficou fora do ar por alguns dias, devido ao “mailbombing” massivo.

Nas semanas seguintes à ofensiva de 9 de fevereiro, quando o cerco militar do exército federal às comunidades zapatistas pôde ser atravessado pelas caravanas de solidariedade e jornalistas, os relatos sobre a situação da população na zona de conflito rapidamente começaram a circular na Internet, com as denúncias sobre os abusos cometidos pelos militares, as perseguições e violências contra os camponeses indígenas que são as bases do EZLN. Estas informações ajudaram a mobilizar mais e mais pessoas ou grupos no México e outros países. Novas caravanas de solidariedade chegaram a Chiapas, inclusive várias que saíram dos Estados Unidos e Canadá, como a dos “Pastores por la Paz”, organização de religiosos e leigos que também tem prestado importante solidariedade efetiva na América Central e em Cuba.

As informações sobre Chiapas colocadas nas redes eletrônicas eram recebidas pelos comitês e grupos de solidariedade em vários países, reproduzidas em boletins, panfletos, jornais alternativos, rádios e TVs comunitárias, publicações universitárias, sindicais e até livros denunciando

as violações aos direitos humanos cometidas pelo exército federal, pelas forças policiais estatais, as “guardias blancas” e demais grupos paramilitares atuando a mando dos fazendeiros e “caciques” priistas de Chiapas.

Durante os meses de fevereiro e março de 95 Chiapas voltou a ser o “centro” político do México, o foco das atenções para a maioria dos meios de comunicação e o destino dos observadores internacionais e ativistas que foram para constituir os “Acampamentos de Paz”. Esses acampamentos, ainda existentes, são postos de observação dentro das comunidades indígenas na zona de conflito, onde voluntários mexicanos e estrangeiros passam períodos apoiando a população local nas suas tarefas diárias e observando os movimentos do exército federal. Fazem relatórios sobre os deslocamentos das tropas federais, as pressões e perseguições à população indígena ou a atuação dos grupos paramilitares. Os acampamentos são coordenados pelo “Centro Fray Bartolomé de Derechos Humanos”, “Enlace Civil” e outras organizações da sociedade civil. Todas as denúncias chegam rapidamente a San Cristóbal e daí passam para a mídia e os endereços eletrônicos na Internet.

A exemplo do que já havia acontecido em janeiro de 94, a atuação dessa ampla rede de solidariedade efetiva, com presença na zona de conflito e com alcance mundial através da Internet, foi o combustível para o movimento de solidariedade no México e em vários países, que organizou marchas, manifestações, ocupação de embaixadas e consulados mexicanos, campanhas de pressão ao governo -via cartas, faxes, e-mails - e outras tantas formas de protesto. As repercussões dessas ações também foram veiculadas nas redes eletrônicas e os seus autores puderam ver os resultados de seus esforços.

“Visto em seu conjunto, este explosivo movimento de solidariedade certamente contribuiu para que o governo

mexicano não levasse adiante sua investida militar sobre as comunidades zapatistas e fosse obrigado a descartar uma vez mais a 'solução militar' em Chiapas e assumir a negociação com os zapatistas", analisa Harry Cleaver. "Isso aconteceu em janeiro e fevereiro de 94 e repetiu-se em fevereiro e março de 95".¹⁴²

Em um comunicado escrito em 17 de março de 1995, o subcomandante Marcos reconheceu a importância dessa rede de solidariedade e suas ações em apoio às comunidades indígenas e bases de apoio do EZLN. No meio da selva Lacandona, cercados pelas tropas federais, os zapatistas agradeceram a todos os povos que expressaram sua solidariedade e ajudaram a frear a ofensiva militar do governo mexicano.

"... Y ahora que me acuerdo, esto lo estoy escribiendo el día 17 de marzo que es el día de San Patricio, y en aquél México que pelcó el siglo pasado, contra el império de las barras y las turbias estrellas, hubo un grupo de soldados de diferentes nacionalidades que peleó del lado de los mexicanos y ese grupo se llamó 'Batallón San Patricio' y por eso los compañeros me dijeron: "Orale, aprovecha para escribirles a los hermanos de otros países y dáles las gradas porque detuvieron la guerra"... y entrances yo les escribo anombre de mis compañeros y compañeras, porque así como en el 'Batallón San Patricio' nosotros ya vimos claro que hay extranjeros que quieren más a México que algunos nacionales que hoy están en el gobierno... y nosotros supimos que hubo marchas y mítines y cartas y poemas y canciones y películas y otras cosas para que no hubiera guerra en Chiapas, que es la parte de México donde a nosotros nos toco vivir y morir. Y supimos que así pasó y que NO A LA GUERRA'

142. Harry Cleaver. "Te Zapatistas and the eletronic fabric of struggle", *op. Cif.*

dijeron en España y en Francia y en Itália y en Alemania y en Rusia y en Inglaterra y en Japon y en Corca y en Canadá y en Estados Unidos y en Argentina y en Uruguay y en Cliile y en Venezuela y en Brasil y en otras partes no lo dijeron pero lo pensaron. Y entonces nosotros vimos que hay gente buena em muchas partes del miuido y que esa gente vive más cerca de México que los que viveu en 'Los Pinos', que así se Uama la casa donde vive el gobierno de este país".¹⁴³

Como observa o analista das redes eletrônicas Jason Wehling, "Marcos demonstra que os zapatistas ficaram sinceramente tocados e agradecidos pelo fato de que tanta gente tenha trabalhado em tantas partes do mundo pela causa do EZLN"¹⁴⁴. E ele encerra seu comunicado com um poético e emocionado agradecimento: "... Y nosotros quisiéranios decirles a ustedes, a todos, que gracias! Y que si tuviéramos una flor, pues se la regalábamos, y como no tenemos flores bastantes para cada uno o para cada una, pues una basta para que se la repartan y guarden un pedacito cada uno y cuando ya sean viejitos o viejitas entonces les platiquen a los niños y a los jóvenes de su país que To luche por México en los finales del siglo XX, y desde acá estaba yo con ellos y sólo sé que querían lo que quieren todos los seres humanos que no se han olvidado que son seres humanos, que es democracia, libeidad y justicia. Y no conocí su rostro pero si su corazón y era igual al nuestro\ Y cuando

143. Trecho do comunicado do subcomandante Marcos - EZLN, de 17/03/95, em que ele agradece a solidariedade internacional. A versão eletrônica pode ser encontrada na página Web sobre o EZLN, em: <http://www.ezln-org> ou também em "Chiapas95", em <http://www.eco.utexas.edu:80/Homepages/Faculty/Cleaver/chiapas95.html>.

144. Jason Wehling. "Netwars and activists power on the Internet", versão eletrônica do artigo encontrada em: <http://www.cpsr.org/cpsr/nii/cyber-riglits> e também em: <http://vwv.teleport.coin/~jwehling/netwars.html>.

México sea libre (que no quiere decir sea feliz o perfecto, sino sólo libre, o sea, que pueda elegir libremente su camino y sus errores y sus aciertos), entonces un pedacito de ustedes, ése que está a la altura del pecho y que, a pesar de las implicaciones políticas o precisamente por ellas, está un poco cargado a la izquierda, será también México... y es as seis letras querrán decir dignidad y entonces la flor será para todos o no será. Y ahora se me ocurre que, con esta carta, pueden hacer una flor de papel y colocaria en el ojal o en el cabello, según el caso, y salir a bailar con encantador adorno. Y yo ya me voy porque ahí viene otra vez el avión de los desvchos y tengo que apagar la vela, pero no la esperanza. Esa...ni muerto. Vale! Salud y la flor prometida: tallo verde, blanca flor, hojas rojas, y no se preocupen por la serpiente, eso que aletea es un águila que se encargará de ella...verá usted...".¹⁴⁵

Contra-ofensiva na "guerra de redes"

A inteligência e a habilidade política dos zapatistas e dos seus simpatizantes – grupos de apoio e de solidariedade que desde 94 trabalham na consolidação de uma rede de comunicação, na divulgação de informações sobre o conflito em Chiapas e no apoio ao EZLN – são reconhecidas mesmo por seus críticos ou adversários. Em momentos delicados do conflito a existência dessa rede de apoio internacional e a utilização das redes eletrônicas de comunicação foram capazes de construir importantes elos de ligação com os zapatistas para disseminar seus comunicados e romper os cercos impostos: por um lado o cerco militar pela presença do exército federal e grupos paramilitares na região e, por

145. Trecho do comunicado do subcomandante Marcos – EZLN, de 17/03/05, *op. Cit.*

outro, o cerco informativo por grande parte da mídia convencional, sobretudo no México.

Mesmo antes do surgimento público do EZLN e sua hábil utilização da Internet como "campo" da batalha pela comunicação – dentro de uma guerra que cada vez mais ganha contornos de um "conflito de baixa intensidade" – muitos analistas já começavam a prestar atenção ao uso das comunicações eletrônicas por movimentos sociais. Principalmente os assessores e pesquisadores ligados a alguns "think tanks" da esfera militar e de inteligência, sobretudo dos Estados Unidos, como vimos anteriormente.

Além da preocupação demonstrada pelos setores militar e de inteligência de vários países em relação à expansão das redes eletrônicas e seu uso pelos movimentos sociais, a indústria de informática e o mercado também tomam suas medidas, com esforços para comercializar rapidamente o ciberespaço, com ataques à "pirataria" e violações de direitos autorais, o desenvolvimento de programas de "segurança eletrônica" e combate aos hackers".

Aparentemente a Internet parece um espaço "público", mas não é. O acesso é pago, ainda que existam instituições que propiciem acesso gratuito ou a baixo custo para seus usuários, como universidades, centros de pesquisas, ONGs e coalizões de redes alternativas como a APC. Mesmo que os usuários dessas conexões tenham acesso gratuito ou barato, seus provedores pagam por ele ou investem grandes somas de dinheiro para propiciá-lo. E o público, em geral, que se conecta através de provedores comerciais, ainda paga caro pelo serviço. Principalmente nos países do chamado terceiro mundo, onde é difícil conseguir linhas telefônicas de qualidade e onde os equipamentos e "softwares" necessários são mais caros.

A infraestrutura de acesso à Internet é cada vez mais disputada por grandes empresas do setor de telefonia e

telecomunicações., que há muito tempo já perceberam seu potencial comercial. Há disputas acirradas nos Estados Unidos na corrida para transmissão de sinais de TV via Internet e também para a conexão à rede via TV com programas como o da “WebTV””, empresa recém-comprada pela gigante Microsoft. O registro dos “domínios” para a Internet ainda é centralizado nos EUA, mas outros países estão propondo sua descentralização e novas hierarquias¹⁴⁶. Universidades norte-americanas estão impulsionando a criação de uma nova rede (Internet2) que retome a idéia da Internet como espaço público, porque prevêem que em pouco tempo a rede atual estará totalmente dominada pelos interesses comerciais.

Outro setor que se mostra “preocupado” com o crescimento do ativismo político e a “subversão” através dos canais abertos com as redes eletrônicas e o dos grandes conglomerados do mercado financeiro. Quando estourou a “Crise do Peso” no México, no início do governo de Ernesto Zedillo em dezembro de 94, analistas econômicos mexicanos e estrangeiros logo vieram a público dizendo que grande parte da culpa era dos zaratistas, porque sua simples existência deixava o mercado “nervoso e instável”.

Uma das “pérolas” dessa investida contra o EZLN veio de um memorando interno elaborado por um consultor para o Chase Manhattan Bank, um dos maiores bancos privados do mundo e com muitos “interesses” no México, sobretudo em investimentos especulativos e associações duvidosas em mega-projetos com empresários locais.

146. Maria Ercilia. “Reunião em Genebra decide futuro da Internet”, in jornal folha de São Paulo, 30/04/97, Ilustrada, pp.4-10. Os “domínios” para a Internet são os sufixos que acompanham cada endereço eletrônico, de e-mail ou Web. Os mais comuns usados atualmente são .com, .edu, .org e os sufixos que indicam a nacionalidade do endereço. No Brasil, os registros de domínios são administrados pelo Comitê Gestor da Internet e pela Fapesp.

Em janeiro de 95, o relatório interno do “Chase Manhattans Emerging Markets Group” elaborado por Riordan Roett “vazou” e foi revelado pelo jornalista Alexander Cockburn em um artigo publicado pela newsletter “Counterpuielv”. Por ser uma publicação de circulação restrita, a história foi completamente ignorada, até que foi colocada em “sites” da Internet com informações sobre Chiapas e passou a circular em escala global. Imediatamente uma avalanche de respostas começou a trafegar pela rede, gerando um intenso debate, seguido de protestos contra o conteúdo do relatório do Chase, principalmente suas nefastas “recomendações” ao governo mexicano para “resolver” o problema de Chiapas.

Riordan Roett – também diretor do Departamento de America Latina da “Johns Hopkins School of Advanced International Studies” – faz em seu relatório uma análise da crise monetária mexicana de dezembro de 94 e aponta as dificuldades que Zedillo teria para estabilizar a moeda e recuperar a credibilidade do mercado financeiro. Dedicou um capítulo especial a Chiapas, onde comenta que, “...enquanto o governo mexicano está comprometido com uma solução diplomática e política para o conflito, é difícil imaginar que o ambiente vá gerar uma solução pacífica...”. Mais adiante, especula que “...Marcos e seus apoiadores podem decidir prejudicar o governo com um aumento da violência local e forçar Zedillo a ceder às demandas zapatistas e a aceitar uma derrota política”.

Como conclusão, o consultor do Chase Manhattan recomenda: “...a alternativa é uma ofensiva militar para derrotar a insurgência, o que geraria protestos internacionais pelo uso da violência e supressão dos direitos indígenas. Mas, se na nossa opinião, Chiapas não representa uma ameaça fundamental à estabilidade política mexicana, não é assim que pensa a maioria dos investidores internacionais. Portanto, o governo terá que eliminar os zapatistas (sic)

para demonstrar seu efetivo controle do território nacional e da política de segurança interna”.¹⁴⁷

Coincidentemente ou não, um mês depois o governo de Ernesto Zedillo optou por uma ofensiva militar para tentar destruir os zapatistas e logo em seguida recebeu do governo dos Estados Unidos, dos banqueiros norte-americanos e da banca internacional um megapréstimo de US\$ 50 bilhões para “salvar” a economia mexicana.

Repercussões na mídia

Além dos governos e dos grandes grupos econômicos, também a mídia se mostra preocupada com o poder da Internet nas mãos de ativistas sociais, movimentos e grupos “anti-establishment”. Principalmente a partir de 1995, quando o trabalho das redes de solidariedade frente à ofensiva militar do governo em Chiapas foi bem sucedido, com grande presença do assunto na Internet e demais redes. Então, alguns dos principais veículos de comunicação passaram a prestar mais atenção a essa nova modalidade de guerra que usa como um dos campos de batalha também o ciberespaço.

Alguns exemplos vem de coberturas, artigos e reportagens especiais feitos por alguns dos maiores meios de comunicação do mundo, como o jornal “The Washington Post”, o semanário “Newsweek”, a rede a cabo CNN e até a brasileira TV Globo, que dedicaram em seus noticiários espaços de reportagem para a importância da Internet e da organização das redes de comunicação eletrônica com relação

147. Trechos do documento interno do “Chase Manhattan’ Emerging Markets Group”, Riordan Roett, 13/01/95, com versão eletrônica disponível em: <http://www.eco.utexas.edu:80/1/Homepage/Faculty/Cleaver/chiapas95.html>

ao fenômeno zapatista, principalmente após o fatídico 9 de fevereiro de 1995.

É importante notarmos que esses gigantes da mídia não demonstraram uma visão sobre os ativistas sociais e suas conexões para constituir uma rede mundial de apoio ao EZLN muito diferente daquela apresentada por governos, setores de inteligência militar e grandes corporações financeiras.

Em 20 de fevereiro de 95 o jornal “The Washington Post” publicou artigo de seu enviado especial a Chiapas, Tod Robberson, intitulado “Mexican Rebels Using a High-Tech Weapon: Internet Helps Rally Support”. Ele inicia a matéria dizendo que “...eles combateram com rifles de madeira e armas da Segunda Guerra, mas na guerra da propaganda internacional os rebeldes do EZLN invadiram o ciberespaço...”. Robberson afirma que com o apoio de ativistas pela paz e grupos rebeldes no sudeste mexicano a mensagem zapatista está se espalhando pelo mundo, “literalmente na velocidade de um raio, graças às conexões telefônicas à Internet” e concorda que Chiapas tornou-se um dos tópicos informativos mais quentes na rede.

Mas como fariam outros jornalistas e meios de comunicação, ele fantasia um pouco ao descrever como os zapatistas têm acesso à Internet, afirmando que a utilização de computadores conectados à rede, “permite que o líder zapatista, o subcomandante Marcos, faça circular seus comunicados em todo o mundo, com um simples apertar de botões, através de endereços eletrônicos como PeaceNet, Chiapas-List, Mexpaz e México94. Embora admita depois que ainda é tema de especulações se Marcos ou outros líderes zapatistas estão conectados diretamente à Internet.”¹⁴⁸

148. Tod Robberson. “Mexican Rebels Using a High-Tech Weapon: Internet Helps Rally Support” Em “The Washington Post”, 20/02/95, disponível em: gopher://mundo.eco.utexas.edu:70/11/mailling/chiapas95.archive, na pasta de fevereiro de 95.

A TV Globo brasileira também foi um dos grandes meios de comunicação a produzir uma reportagem especial sobre a utilização da Internet pelos zapatistas. Antes, só haviam estado em Chiapas em abril de 94 para uma entrevista ao subcomandante Marcos, veiculada pelo "Fantástico". Em 26 de fevereiro de 95, foi ao ar uma matéria especial produzida pela sucursal de Nova York. Um dos especialistas em Chiapas e Internet consultado pela produção da Globo foi Harry Cleaver, que descreveu assim o episódio: "Os produtores da TV Globo brasileira em Nova York me telefonaram por causa de uma matéria que estavam fazendo sobre o uso do ciberespaço pelos zapatistas e as pessoas que apoiam a luta pela democracia no México. Eles queriam saber se os últimos comunicados zapatistas já estavam disponíveis 'on-line'. Eu enviei os comunicados por e-mail e eles filmaram os textos nas telas dos seus computadores no estúdio da TV. A matéria que foi ao ar combinava imagens de Chiapas com som ambiente, imagens dos zapatistas, imagens de telas de computador mostrando os comunicados e imagens dos ataques dos 'coletos' (moradores e grupos anti-indígenas) à Catedral de San Cristóbal. Como texto para as imagens, uma narração falando como o ciberespaço estava sendo usado para espalhar informações sobre o que acontecia em Chiapas e mobilizar apoio para a oposição à ofensiva militar do exército mexicano".

Ainda sobre a matéria da TV Globo, Cleaver lembra que o texto em "off" do repórter fazia referência à "enxurrada" de faxes de protesto enviados ao presidente mexicano após a ofensiva militar e dizia que como resultado, "ele ordenou uma retirada", o que exagera o caso drasticamente. Eles mostraram como entrar nos arquivos da "Lanic" via "Gopher", com as informações de Chiapas e falaram do uso da Internet pelos grupos de direitos humanos. A matéria terminou com o repórter indagando: "eu me pergunto o que teria acontecido se Karl Marx ou Che

Guevara tivessem acesso à Internet?" A matéria interessou tanto a rede CNN que eles a reproduziram em seu "World Report."¹⁴⁹

A revista "Newsweek" também publicou matéria especial sobre Chiapas e o uso da Internet pelos zapatistas em sua edição de 27 de fevereiro de 95, intitulada "When Words are the Best Weapon". O autor, Russell Watson, começa seu relato assim: "Esta é a maneira como se faz uma revolução na 'Era da Informação'. Há duas semanas as tropas do governo mexicano invadiram as florestas úmidas de Chiapas perseguindo os rebeldes zapatistas. Quando os soldados federais alcançaram o reduto insurgente de Guadalupe Tepeyac, os guerrilheiros desapareceram dentro da selva, deixando para trás alguns caminhões mas levando com eles seu mais valioso equipamento: máquinas de fax e computadores laptop. Em retirada, os zapatistas enviaram por fax um comunicado reclamando que o exército estava matando crianças, violentando mulheres...e bombardeando".

Mais adiante, o jornalista de "Newsweek" diz que o governo mexicano sofreu nova derrota no campo das relações públicas. "Ele parou a ofensiva e permitiu a entrada de jornalistas na área. Eles não encontraram sinais de atrocidades ou bombardeios, mas o ataque do governo tinha sido frustrado e os rebeldes estavam livres para seguir lutando, tendo as palavras como suas melhores armas"¹⁵⁰.

149. Harry Cleaver. "Media Recognition: Opportunities and Dangers", artigo de 05/03/05 colocado na lista Chiapas95, comentando a matéria da TV Globo reproduzida pela CNN, em 26/02/95. Versão eletrônica em: gopher://mundo.eco.utexas.edu:70/11/ mailing/chiapas95.archive, na pasta de março/95.

150. Russell Watson. "When Words are the Best Weapon. Revolution: Information can undermine dictatorships, and the faster it flows, the more trouble they're in. How rebels use the Internet and satellite TV", in Revista "Newsweek", 27/02/95, pp. 36-40, em: gopher://mundo.eco.utexas.edu:70/11/ mailing/chiapas95.archive, na pasta de fev/95.

A matéria de Russell Watson exagera quando fala do uso da Internet pelos zapatistas. Mesmo antes da invasão militar de fevereiro de 95, eles nunca tiveram máquinas de fax dentro da selva, nos acampamentos insurgentes, e os comunicados escritos após a ofensiva do exército federal não foram “enviados por fax”, mas saíram da selva e chegaram a San Cristóbal pelas mãos de “mensageiros” e então foram distribuídos aos meios de comunicação e colocados na Internet. Também distorce um pouco as coisas ao dizer que o governo mexicano “parou a ofensiva e permitiu a entrada de jornalistas na área. Eles não encontraram sinais de atrocidades ou bombardeios...” Só depois de uma semana da sua ofensiva o exército federal permitiu a entrada de jornalistas nas comunidades zapatistas e, mesmo assim, inicialmente só a Guadalupe Tepeyac, que havia se transformado em “pueblo fantasma”, porque toda a população zapatista fugiu para as montanhas e outras comunidades mais distantes. Mas em Guadalupe ou outras comunidades da selva e dos Altos de Chiapas eram visíveis as marcas da invasão militar: comunidades abandonadas, casas vazias e saqueadas, muitas queimadas, objetos dos moradores destruídos ou roubados, animais mortos, plantações destruídas. E os moradores de algumas dessas comunidades só puderam retornar a suas casas 20, 30 ou até 40 dias após a invasão, graças aos acampamentos de paz dos observadores e ativistas de direitos humanos mexicanos e estrangeiros, instalados para garantir seu retorno sem serem novamente atacados pelas tropas federais.

Muitos jornalistas dos grandes meios de comunicação não viram ou não quiseram mostrar essa situação, como fez a poderosa Televisa, que enviou uma repórter a Guadalupe Tepeyac em helicóptero do exército para mostrar como a situação era “tranquila e normal”, nas palavras do comandante da operação militar. Ao fluído, apareciam as casas abandonadas, semi-destruídas ... e a comunidade deserta.

Essa idéia de que em Chiapas tudo estava tranquilo, que a ação militar havia sido somente contra os guerrilheiros zapatistas e que a população civil não havia sido afetada, foi a versão que o governo mexicano tentou passar para a sociedade nacional e internacional. E que alguns meios de comunicação reproduziram, mas felizmente não todos. E graças à agilidade do EZLN e à rápida resposta da rede de solidariedade, notícias sobre os desdobramentos da guerra de baixa intensidade em Chiapas circularam pelo ciberespaço e dessa forma puderam chegar a diversas partes do mundo, abastecendo de informações os ativistas e grupos que coordenaram as campanhas por uma solução negociada ao conflito, e não militar.

Mesmo assim, em abril de 95 funcionários do governo mexicano ainda insistiam na versão sobre a “calmaria” em Chiapas. Diante de mais de 150 empresários de 37 países reunidos no “World Trade Center” da Cidade do México, o então chanceler mexicano José Angel Gurría sentenciou: “Chiapas, por favor tomen nota, es un lugar en donde no ha habido un disparo en los últimos 15 meses. Los disparos duraron 10 días y desde entonces la guerra de Chiapas ha sido una guerra de tintas, de palabra escrita, una guerra en el Internet, además”.¹⁵¹

Certamente o chanceler não deve ter ido a Chiapas conferir” pessoalmente a situação na zona de conflito. A de Chiapas também é uma guerra de informação que se trava no ciberespaço, com a palavra, sem dúvida. Mas é sobretudo um conflito de baixa intensidade onde, ainda que não haja combates abertos entre exércitos, há mortos, há vidas ameaçadas, comunidades invadidas, cerco militar ou

151. Rodolfo Montes. “Chiapas es guerra de tinta e Internet”, in diário “Reforma”, 26/04/96, versão eletrônica da matéria em: <http://www.infosel.com.mx/reforma>.

paramilitar sobre populações civis e todas as demais consequências nefastas nesse tipo de guerra de longo prazo.

A “rede zapatista”

“Haga ‘click (aquí) y entre a la revolución. Atravesando el éter electrónico del ciberespacio, a una velocidad de millones de fragmentos de información por seguído, un conocido enmascarado, fimiando su inseparable pipa, comienza a perfilarse en la pantalla de la computadora. El subcomandante Marcos está en su casa. Bienvenido a ‘Ya Basta!’, como se llama la página que tiene en Internet el EZLN, movimiento indígena que se alzó en armas el primer día de 1994 en el stircio estado mexicano de Chiapas. Esta página – entre o trás que apareceu en el World Wide Web, la red mundial de interconexión entre computadoras, en apoyo a las demandas zapatistas de democracia, justicia y libertad – está cambiando la naturaleza de la acción guerrillera y de las protestas cívicas...”¹⁵²

Entre as muitas matérias veiculadas na imprensa que ajudaram a criar o mito de que Marcos era também um “navegador” da Internet, está a de um correspondente da Agência Reuters no México, Martin Langfield, publicada em vários jornais como “Página/12”, de Buenos Aires, que começa com o texto reproduzido acima. Ele chega a afirmar categoricamente que a página Web “Ya Basta!”, criada e administrada por Justin Paulson, nos EUA, e a página oficial do EZLN na Internet e que Marcos chegou a se comunicar para fora da selva Lacandona com os participantes de uma reunião em um auditório na capital mexicana, usando um “telefono satelital.

152. Martin Langfield. “Los zapatistas ganan la guerra del ciberespacio”, in diário *Página/12*, 15/12/95.

No decorrer da matéria, o jornalista relativiza um pouco suas afirmações fantasiosas do início do texto, dizendo que “atualmente” Marcos não tem um endereço de correio eletrônico e que “...se cree que no se conecta directamente a Internet, lo que seria teoricamente posible con un modem y un telefono celular o satelital. Por el contrario, se supone que hay militantes encargados de sacar sus comunicados de la selva Lacandona, donde se encuentran atrincherados sus combatientes, y de entregados a los que los inyectan en la red”¹⁵³

A página “Ya Basta!”, à qual o jornalista da Reuters se refere como página do EZLN na Internet, na realidade é a página administrada pelo ativista Justin Paulson, que em julho de 96 esteve em Chiapas participando do “I Encontro Intercontinental” e em entrevista ao jornal mexicano “La Jornada” esclareceu os mitos em torno a sua página Web sobre Chiapas. “Desde el primero de enero de 1994 me interesé en el movimiento zapatista. Durante los siguientes meses trataba infructuosamente de hallar informacion y no encontraba mucho en periódicos, revistas, ni en la red. En marzo de 1994 entre a la Web y pense: si estoy buscando informacion al respeto y encuentro tan poço material, por qué no compartir con el mundo todo aquello, aunque poço, de lo que hallo?, de manera que empecé un archivo en la red, con noticias, comunicados y todo lo relacionado con el EZLN. Eso fue a fines de marzo y principios de abril de 1994...”¹⁵⁴

153. Martin Langfield. “Los zapatistas ganan la guerra del ciberespacio”, in diário *Página/12*, 15/12/95.

154. Pablo Espinosa. “Mi página en Web no es la voz oficial del EZLN: Justin Paulson”, in diário “La Jornada”, 10/08/96. A página “Ya Basta” apareceu no ciberpaço no final de março de 1994 no endereço: <http://www.peak.org/~justin/ezln/> Desde o final de 96, seu novo endereço é <http://www.ezln.org>.

Durante o ano de 1994, a página de Panlson sobre o EZLN em uma das poucas na Web com informações sobre Chiapas. Havia mais endereços eletrônicos sobre o assunto em listas de e-mail, grupos de discussão e grupos de notícias, como os encontrados em "Gopher". Com a popularização da Web e da linguagem "HTML" (hipertexto ou hipertext media language), a partir de 1995 começaram a surgir muitos "sites" multimídia, que continuam em expansão.

A rede de solidariedade aos zapatistas começou a formar-se espontaneamente e desorganizada, amparada nas experiências anteriores de articulações em rede de movimentos sociais como o "anti-NAFTA", cumpriu um papel muito importante nos momentos críticos do conflito em Chiapas, servindo como fonte de informação sobre o que ocorria na zona de guerra, sobre as violações aos direitos humanos da população indígena e camponesa e como canal para veiculação da palavra zapatista, principalmente através dos comunicados da comandância do EZLN.

A estrutura horizontal das redes, sua conformação "caótica" – na visão de alguns analistas –, mostraram ser características importantes para o seu crescimento descentralizado. Essa espontaneidade somada ao compromisso militante dos que criaram e passaram a administrar os novos "sites", propiciaram múltiplas conexões e interações entre os "nodos" e os usuários das redes. Além de grande rapidez e agilidade para fazer circular na maior quantidade possível de endereços no ciberespaço as notícias, informações, convocatórias para ações e alertas que deram impulso ao trabalho da solidariedade internacional com Chiapas e o EZLN.

Dentro do México um dos "nodos" mais importantes da "rede zapatista" está na rede "Laneta", a conexão mexicana com PeaceNet e as demais redes-irmãs que conformam a rede mundial da "APC – Association for Progressive Communications". Aí, desde janeiro de 94 foram abertas

listas de e-mail, grupos de discussão e "newsgroups" específicos sobre Chiapas. Hoje, na Web há vários "sites" mexicanos sobre o EZLN, ou pelo menos os que tem informações constantes sobre Chiapas e "links" para outras páginas zapatistas. São páginas de universidades, sindicatos, movimentos estudantis e de mulheres, organizações de base, publicações alternativas, organismos de direitos humanos.

A primeira lista de discussão sobre Chiapas na Internet foi "Chiapas-L", que começou a funcionar logo nos primeiros dias de janeiro de 94 e foi muito importante para fazer circular rapidamente informações sobre o que acontecia na zona de conflito. É um endereço "Gopher" mantido pelo Centro de Tecnologia em Informática da UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México, e continua funcionando. Outra lista de discussão, esta mais recente, também está num servidor da UNAM. É a "FZLN-info", com informações sobre a Frente Zapatista, notícias, discussões e artigos de análise.

Há também listas como "Mexico200" T e "MEXPAZ", esta última uma lista de discussão e boletim eletrônico com notícias e análises sobre o México em geral, direitos humanos, solidariedade e um capítulo especial sobre Chiapas. É administrada por várias organizações não governamentais, como CONPAZ, CONAI, CENCOS – Centro de Comunicación Social, Equipo Pueblo e outras.

A partir de 1996, os "sites" mexicanos com informações sobre Chiapas e o EZLN se multiplicaram. Por ocasião do "Encontro Preparatório Americano" – prévia do "Intercontinental" – em abril daquele ano, foi criada a página Web da "FZLN – Frente Zapatista de Libertação Nacional", que pode ser considerada o "zapatismo civil". Esta página tem documentos políticos da Frente, arquivo de comunicados do EZLN, resumo de notícias sobre Chiapas e "links" para o movimento de solidariedade no México e no exterior.

Também surgiu em 96 a página Web do “Congresso Nacional Indígena – CNT”, que coordena as ações de solidariedade com Chiapas do movimento indígena mexicano e é uma das principais organizações que integram a FZLN. Outro “site” e “Chiapas para el Mundo”, mantido por um grupo de ativistas da sociedade civil. Entre os meios de comunicação, os que mantêm em suas edições eletrônicas maior volume de informações sobre Chiapas são o diário “La Jornada” e a revista “Proceso”.

Em UseNet, a rede de “newsgroups” (os grupos de discussão e de notícias), desde 94 circulam informações sobre Chiapas nos grupos e listas em “soc.culture.mexican” e “soc.culture.latin-american”. A exemplo de “Laneta”, a rede “PeaceNet”, de San Francisco - sede da APC e do “IGC-Institute for Global Communications”, foi uma das primeiras a distribuir informações e notícias sobre Chiapas, a partir do início do conflito em janeiro de 94, na conferência “reg.mexico”. Outra das mais completas listas que distribui notícias e análises sobre o conflito chiapaneco e o EZLN é “Chiapas95”, que faz uma compilação de artigos de outras listas, de conferências em PeaceNet e de outros “sites” no ciberespaço. Ela é mantida por “Acción Zapatista” de Austin, Texas, desde dezembro de 94.

Além das listas de discussão “Chiapas95” e “Chiapas95-Hte”, o “site” de “Chiapas95” na Web é um dos mais completos do ciberespaço, com textos em inglês, espanhol e outros idiomas, notícias de Chiapas e arquivo de documentos do EZLN desde 94. Também tem reportagens especiais, entrevistas, análises e ensaios sobre os zapatistas, relatórios dos organismos de direitos humanos, noticiário sobre ações de solidariedade em todo o mundo, além de notícias e análises sobre vários aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais do México. Apresenta “links” para dezenas de outros “sites” relativos a Chiapas na Web.

Acción Zapatista” (atualmente “Zapatistas Online”), que mantém e administra “Chiapas95” tem uma página própria na Web com muitos “links” para os principais “sites” ao redor do mundo que conformam a rede eletrônica de solidariedade aos zapatistas. É uma página que está no provedor da Universidade do Texas em Austin e é administrada pelo comitê de solidariedade a Chiapas, integrado por estudantes e professores da universidade.

Também no servidor da Universidade do Texas em Austin está a página “ZapNet – The Zapatista Net of Autonomy & Liberation”, mantida pelo “Advanced Communication Technologies Laboratory – ACTLab”. E no mesmo servidor está o “site” “Zapatistas in Cyberspace”. Ambos propiciam “links” para a rede de solidariedade com Chiapas e são os embriões de uma “rede eletrônica zapatista”, conectando páginas de movimentos sociais, comitês de solidariedade e ativistas pró-EZLN no ciberespaço.

Além dos “sites” alojados nas redes alternativas como as que conformam a APC e nos servidores de universidades, em todo o mundo surgiram muitas páginas dos comitês de solidariedade com Chiapas, que vão ampliando as conexões da rede pró-zapatista. No Canadá uma das páginas é a da “Canadian Solidarity Net”. Na Itália o “Coordinamento Zapatista per l’Italia” mantém a página “EZLN-it” e outro comitê, baseado no “Tactical Media Crew”, administra a página Web “Zapatista!”. O comitê australiano “Melbourne Chiapas Group” coordena o “site” “Zap” e a partir do Japão é administrada a página “EZLN: Tierra y Libertad”.

Na Alemanha, a partir do “Encontro Continental Europeu” realizado em Berlim e preparatório para o “I Intercontinental”, passou a funcionar a página “IAN - Initiatives Against Neoliberalism”. Nos Estados Unidos, a representante do EZLN coordena a página da “National Commission for Democracy in México – NCDM”. O comitê francês “Viva Zapata!” mantém um “site” na Web, e na

Holanda o “Zapata-Mexico Solidarity Committee of Amsterdam” também tem sua página.

Outros “sites” que dão acesso a muitas informações sobre Chiapas são o do “Sipaz - International Service for Peace”, com destaque para os direitos humanos e o “Chiapas Menu – Indigenous Peoples of México”, com ênfase na cultura indígena. Uma página também alojada na Universidade do Texas é uma verdadeira galeria virtual de arte zapatista: “Softbomb – Zapatista Mail/Web Art”. Há muitos outros endereços eletrônicos com informações sobre Chiapas e o EZLN. E assim a “rede zapatista” cresce.

Os resultados desse trabalho de articulação entre os grupos e ativistas que conformam a rede de solidariedade e a sua interconexão via redes eletrônicas já foram sentidos em diversas ocasiões, como vimos anteriormente. No início da guerra em Chiapas, em janeiro de 94, foi muito importante para fazer circular notícias sobre o que ocorria na zona de conflito, divulgar os documentos zapatistas e coordenar as ações de solidariedade e pressões ao governo mexicano.

Durante e após as primeiras negociações de paz, em fevereiro/março de 94, a rede também foi rápida e eficiente para propagar informações sobre os resultados das negociações, desmentindo a versão oficial do governo de que havia acordos firmados. No mesmo ano, foi de grande utilidade para a divulgação – antes, durante e depois – da Convenção Nacional Democrática realizada em agosto, no “Aguascalientes” de Guadalupe Tepeyac, com a participação de 6 mil delegados da sociedade civil,

A partir de 95 a rede passou a crescer rapidamente, com as páginas na Web somando-se aos endereços eletrônicos de e-mail, listas de discussão e grupos de notícias sobre Chiapas já existentes. Em fevereiro, logo após a contra-ofensiva militar do governo mexicano sobre os zapatistas, com extrema agilidade e eficiência, as informações veiculadas

pelas redes eletrônicas contribuíram muito para impulsionar uma rápida e coordenada resposta de solidariedade ao EZLN dentro e fora do México. E para a consulta nacional e internacional sobre o futuro do EZLN também, realizada de julho a setembro de 95.

E esse trabalho continua. Cada vez que há incidentes na zona de conflito, violações aos direitos humanos da população indígena, novos capítulos na guerra de baixa intensidade contra os zapatistas, rapidamente a rede de comunicação e solidariedade faz o seu trabalho. Foi assim durante os altos e baixos, marchas e contra-marchas nos longos 17 meses das negociações no “Diálogo de Paz de San Andrés”, de abril de 95 a setembro de 96, quando foram interrompidas. E antes, durante e depois dos “Encontros Continentais” de abril e do “I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo”, em julho/agosto de 96.

Também funcionou a rede durante a campanha para arrecadação de contribuições para a operação da comandante Ramona, que foi bem sucedida. E para apoiar a realização do “I Congresso Nacional Indígena” na Cidade do México, em outubro de 96, onde Ramona foi a representante do EZLN na capital do país. Outro momento em que foi muito importante a atuação da rede de solidariedade e comunicação foi nas manifestações contra o massacre de indígenas em Acteal, por grupos paramilitares, em dezembro de 97.

Desde dezembro de 96 a rede de solidariedade tem impulsionado uma campanha constante para pressionar o governo mexicano a aceitar a proposta de reformas constitucionais formulada pelos senadores e deputados federais da COCO PA (Comissão de Concórdia e Pacificação) com base nos primeiros acordos de San Andrés sobre “Direitos e Cultura Indígenas”, firmados pelo EZLN e pela delegação governamental em fevereiro de 96 e não cumpridos pelo governo porque tratam da autonomia das

comunidades indígenas, entre outras coisas. E continua sendo um canal fundamental para divulgar informações sobre a preocupante situação em Chiapas após a suspensão das negociações, com aumento da militarização e atuação dos grupos paramilitares.

A exemplo do que aconteceu em 96, foi através da Internet que se fez grande parte dos contatos, preparação e circulação de informações para a realização do “II Encontro Intercontinental, realizado no final de julho de 97 em cinco “Aguascalientes” construídos em diversas regiões da Espanha.

O que podemos chamar de “rede eletrônica de comunicação e solidariedade”, nascida informalmente, pela vontade e empenho de ativistas sociais, organizações independentes e usuários da Internet preocupados com o conflito chiapaneco, gerou dentro do próprio movimento de solidariedade uma discussão sobre a importância de se manter e ampliar estas articulações em nível mundial, tendo Chiapas como referência inicial, mas não única.

Durante o “I Encontro Intercontinental” em Chiapas, entre as várias reuniões temáticas dos grupos de trabalho, a discussão sobre o papel da comunicação na articulação das lutas sociais e interação entre os movimentos com objetivos comuns esteve presente. Na “Seguinda Declaración de la Selva Lacandona”, lida pelo subcomandante Marcos no encerramento do “Intercontinental”, em 3 de agosto de 96, os zapatistas lançaram uma proposta neste sentido. Depois de fazer um chamado a favor da construção de uma rede mundial das lutas contra o neoliberalismo, o EZLN propôs também a criação de uma rede de comunicação: “Declaramos ... que liaremos una red de comunicación entre todas nuestras lucilas y resistências. Una red intercontinental de comunicación alternativa contra el neoliberalismo, una red intercontinental de comunicación alternativa por la humanidad. Esta red intercontinental de comunicación

alternativa buscará tejer los canales para que la palabra camine todos los caminos que resisten. Esta red intercontinental de comunicación alternativa será el médio para que se comuniquen entre si las distintas resistências. Esta red intercontinental de comunicación alternativa no es una estructura organizativa, no tiene centro rector ni decisorio, no tiene mando central ni jerarquias. La red somos los todos que nos hablamos y escuchamos...”¹⁵⁵

Esta proposta zapatista está totalmente afinada com a concepção e o funcionamento das redes eletrônicas, onde não há hierarquia nem um centro, mas uma organização horizontal interconectada, daí a metáfora da “teia mundial”. Logo após o “Intercontinental”, um grupo de trabalho reunido em San Cristóbal de Las Casas discutiu as possíveis maneiras para se colocar em prática a proposta do EZLN aprovada pelos participantes do encontro, para a criação de uma rede de comunicação horizontal, visando à conexão de movimentos sociais, suas lutas comuns e troca de experiências, propostas, informações e ações conjuntas, gerando um intercâmbio global.

A proposta caminhou naturalmente para a conformação de um espaço dentro da Internet, que incluía uma ampla variedade de redes locais e globais. Partiu-se de uma análise da experiência já existente com a rede informal de comunicação e solidariedade aos zaparistas, que contém um grande número de listas, conferências, grupos de discussão e de notícias, arquivos de “Gopher” e “sites” na Web, principalmente na América do Norte e Europa, e que tem sido muito importante desde janeiro de 94.

Os participantes do grupo de trabalho reconheceram os méritos da rede informal, mas também assinalaram suas limitações. “La situación presente es impresionante, pero

155. “Segunda Declaración de La Realidad”, EZLN, agosto de 1996.

muestra la carência de enlaces que podrían dar una mayor efectividad a esos esfuerzos. Por ejemplo, en norteamérica existen listas como Chiapas-L, Mexico2000 y Chiapas95 que parcialmente se sobreponen tanto en contenido como en suscriptores. En Europa hay una lista que se genera en Brescia, Itália y otra en Barcelona, España, pero con una reducida interacción entre ellas y con una conexión muy escasa con las de norteamérica. De manera similar, existe una abundancia de espacios en la red (Web) tales como los de Chiapas, del EZLN, del Encuentro Continental Americano, del Encuentro en Berlin, del Encuentro Intercontinental, etc. Hay una gran riqueza en material y posibilidades de intercambio, pero existe también una considerable desconexión”.¹⁵⁶

O crescimento espontâneo da rede de solidariedade foi sem dúvida muito importante. Desde 94 as informações veiculadas e as ações coordenadas a partir dessas iniciativas de grupos ou ativistas deram bons resultados, sobretudo nos momentos críticos em que foram necessárias respostas rápidas. Mas tanto no caso específico de Chiapas, onde o conflito de baixa intensidade tende a prolongar-se no tempo, como nas demais lutas dos movimentos sociais em todo o mundo que se identificam com a proposta lançada pelos zapatistas – “contra el neoliberalismo y por la humanidad” –, é necessária uma melhor coordenação entre os participantes da rede informal se o objetivo é constituir uma rede permanente.

Além de Chiapas e do México, que nos últimos dois anos ganharam grande parte da atenção dos ativistas, grupos ou movimentos sociais em nível mundial, e consequentemente um grande número de listas ou “sites”

156. “Llamamiento para la discusión sobre RICA”, em: <http://www.utexas.edu/ftp/students/nave>.

na Internet dedicados aos temas correspondentes, há uma ampla variedade de listas, grupos de notícias, conferências e páginas na Web sobre muitas outras lutas sociais, de vários tipos e em todo o mundo.

Há redes alternativas e muitos “sites” dedicados aos movimentos de mulheres, de trabalhadores, de estudantes, de camponeses, de povos indígenas, de homossexuais, por direitos humanos, pelo meio ambiente, pela paz, que atuam localmente, regionalmente, nacionalmente e globalmente. Porém, “mesmo com algumas conexões temporárias entre estes movimentos, nunca foi realizado um esforço sistemático para construir uma rede de relações entre todos eles”, analisa o documento derivado do “Intercontinental”.

Para colocar em prática a proposta final do “I Encuentro Intercontinental”, ficou definida a criação de uma “Red Intercontinental de Comunicación Alternativa -RICA”, conformada pelas listas, conferências, grupos de notícias e de discussão, “sites” em “gopher” e na Web já existentes e que aceitem participar da nova rede. Também propõe-se a criação de duas listas específicas, seguindo o exemplo das redes-irmãs que conformam a APC (PeaceNet, GreenNet, Laneta, Alternex etc), que têm uma lista para “notícias e informação” e outra para “discussão e organização”, às quais poderão inscrever-se indivíduos, grupos ou moderadores/administradores de outras listas.

De acordo com a proposta do grupo de trabalho, “ambas listas deberán ser altamente democráticas y virtualmente sin moderación; todos los mensajes irían a todos los suscriptores (todas las listas tienen ‘moderadores’ que deben ocuparse de los aspectos técnicos de la lista y que deben tener la facultad de remover o solucionar los problemas que se presenten, ya sea de manera accidental o deliberada, el principio rector es la mínima intervención). Ambas listas serán plurilingües, con tópicos establecidos

para indicar el idioma del mensaje ... su tema y procedencia".¹⁵⁷

A proposta também sugere que não haverá idioma oficial e todos os participantes serão recomendados a apresentar sua informação em tantos idiomas quanto seja possível, de acordo com seus recursos e tempo. O propósito das duas listas da RICA será oferecer um acervo de informações disponíveis para qualquer pessoa ou grupo que as necessite, "como um ponto de partida em termos de informação, perspectivas de luta e possibilidades de construção de uma rede global de rebeldia".

Em associação com estas duas listas, será criada uma página Web da RICA, que começará com informações sobre a luta contra o neoliberalismo, a "Segunda Declaración de La Realidad" e conexões para materiais relacionados aos encontros Continental e Intercontinental. Em sua fase inicial de elaboração, a RICA está sendo impulsionada a partir dos "sites" de "Acción Zapatista" e "Chiapas95" e funciona desde o "II Encontro Intercontinental em julho de 97, na Espanha. E a lista "Zapatismo", provisoriamente no servidor de "Acción Zapatista", está funcionando experimentalmente como um ensaio para as listas de discussão e notícias que poderão conformar a RICA.¹⁵⁸

157. "Llamamiento para la discusión sobre RICA", *op. cit.*

158. A página Web do "II Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo" está em: <http://www.pangea.org/encuentro>. As informações sobre a formação da "RICA" estão no mesmo endereço na página Web de "Acción Zapatista", em: <http://www.utexas.edu/ftp/students/nave/RICA.html>, e a lista "Zapatismo" pode ser contactada através dos seguintes endereços de e-mail: zapatismo@mcfeelcy.cc.utexas.edu ou nave@iuts.cc.utexas.edu.

ETNICITÀ E COMUNICAZIONE

Fiamma Montezemolo

Premessa

Un profondo cambiamento sta sconvolgendo i tradizionali paradigmi che legano le sensibilità interpretative con le nuove possibilità di trasformazione: l'emergere della comunicazione come elemento determinante che penetra non sólo i nuovi panorami produttivi postindustriali (inserendosi come forza trainante dell'economia contemporanea), ma anche i conflitti. Anziché annullarsi in una fraintesa forza omologante di Internet o persino smaterializzante del virtuale, si può constatare che le nuove tecnologie comunicative permettono la sperimentazione di strategie linguistiche e una ridefinizione del politico.

Le tensioni tra le condizioni legate alio specifico locale e quelle legate al globale possono essere sperimentate proprio dalle nuove forme comunicative. In tal modo, la globalizzazione non è sólo né tanto omologazione, come ancora si reputa resuscitando vecchie formule legate al passato, quanto sfida comunicativa e semiótica che può esaltare le differenze più specifiche e lontane.

Una sperimentale antropologia della comunicazione implica, in tal modo, una attenta sensibilità alle nuove sfide etniche: una etnicità non più rinchiusa o circoscritta nei

recinti delle proprie riserve coatte, bensì mutante e aperta alle nuove tecnologie.

Questo saggio cerca di sondare le modalità attraverso cui le miscele vissute da alcune comunità maya nel Chiapas si sono incontrate in modo ricco e innovativo con queste nuove forme comunicative modificando le modalità tradizionali della politica. Quel complesso fattore politico-comunicativo che ha dato il via alla rivolta zapatista non avrebbe avuto tanta risonanza mondiale senza il Fuso costante di informazioni passate attraverso internet. In questo senso, il Fuso di Internet non è solo legato a informazioni nate in loco, ma anche e nello stesso tempo a sollecitazioni, appelli, dichiarazioni, contro-informazioni messe in rete potenzialmente da ogni parte del mondo. Anche dall'Italia o dal Brasile.

Questo saggio se ha come centro di riflessione il rapporto comunicazione-etnicità nel Chiapas, – per praticare la comparazione come classico metodo dell'antropologia culturale – svilupperà anche un *excursus* sugli xavantes e il loro modo di rapportarsi alle nuove tecnologie. Infatti, anche una nazione indigena come quella xavante del Mato Grosso del Brasile esplicita l'esigenza di un utilizzo di mezzi di comunicazione audiovisivi ancora non posseduti. Dunque la comunicazione risulti essere determinante per chi già la pratica come per chi vorrebbe accedervi, ma ancora non ha i mezzi materiali per farlo: ad esempio l'elettricità o la linea telefonica, una telecamera, un computer e così via.

Questo saggio, infine, tenta di mostrare come le nuove forme di autorappresentazione – rese possibili proprio da tutti questi mezzi di comunicazione, che vanno dalla carta stampata a internet – mettano in discussione l'autorità etnografica arrivando a decentrarla, a moltiplicarla. Oggi un nativo del Chiapas come del Mato Grosso non solo è in grado di criticare la rappresentazione che altri – gli antropologi – danno di lui, ma è anche, e sempre più di

frequente, intenzionato a dare egli stesso un'interpretazione di sé, raccontando in prima persona la sua vita, filmando da se stesso quelle scene rituali o quotidiane che lo riguardano nella sua soggettiva etnicità.

L'intreccio tra etnicità e soggettività, comunicazione globale e locale configura uno degli scenari più innovativi nel quale le nuove forme della "politica della differenza" verrà ad essere praticata qui ed ora.

Confritti e simboli

Lo zapatismo e il movimento etno-politico, nato all'inizio del '94 nello stato del Chiapas in Messico, che ha subito sfidato le forme etnocentriche della politica occidentale, che si focalizzano nel solo conflitto di classe. Al contrario, il modello zapatista costringe a privilegiare categorie analitiche interpretative diverse, legate alle innovazioni antropologiche più che a quelle tradizionali di tipo sociologico; all'intreccio tra etnicità, genere, ecologia, comunicazione, piuttosto che a partiti, sindacati, media tradizionali.

In questo senso anche i simboli esprimono un livello comunicativo di tipo conflittuale che si è facilmente diffuso non solo al suo interno, ma anche nei panorami comunicativi mondializzati. Così, il volto coperto dai passamontagna, per meglio occultare le varie identità, è quello di un movimento multietnico, in maggioranza maya (*tojolabal, chol, man, zoque tzeltal e tzotzil*), prevalentemente contadino, formato da uomini e donne. Il passamontagna costruisce un'identità, l'identità zapatista, che è multipla, culturale, sociale e politica. Un'identità che il volto scoperto non garantisce: riconosciamo gli indigeni e le loro condizioni di vita da quando hanno scelto, in modo conflittualmente simbolico, di indossare la maschera-passamontagna. Un indigeno che vuole mantenere l'anonimato toglie il

passionista; un indigeno che vuole affermare la sua volontà di cambiamento arrivando alla lotta armata indossa il passamontagna.

Questo è uso creativo della comunicazione simbolica. Nello stesso tempo, qui si pratica consapevolmente il travolgimento delle identità.

L'identità multipla zapatista

Il fatto che l'esercito zapatista abbia i suoi due fulcri nella zona della Selva Lacandona e degli Altos de Chiapas si lega alla storia di questi due luoghi, che sono i principali scenari del mutamento culturale in atto tra le diverse etnie maya. Specie a partire dal principio del '900 le migrazioni dagli Altos alla Selva, causate dalla ricerca della terra e da conflitti in cerni alle stesse comunità, hanno comportato un notevole cambiamento nelle culture maya: le diverse etnie si sono mescolate e sincretizzate. I mutamenti culturali hanno radici complesse messe in moto dalle diaspore a loro volta causate da diversi cambiamenti: religiosi (dovuti soprattutto alla penetrazione delle religioni protestanti, che hanno portato alle espulsioni di molti membri dalle comunità degli Altos in prevalenza cattoliche); politici (partiti); economici (causati dal NAFTA e altri problemi); sociali (come si può constatare dalle stratificazioni interne alle comunità, dal lavoro salariato) che sono intervenuti a causa del contatto con l'esterno delle comunità.

Le comunità etniche non vivono isolate dal resto del mondo, come alcuni studiosi pensano: esse hanno continui contatti con questo esterno per motivi lavorativi, commerciali, parentali, religiosi, ecc. Come dice anche Yvon Le Bot: "lo zapatismo non ha affatto mobilitato le comunità tradizionali o i settori tradizionali delle comunità: anzi si è sviluppato all'interno di quelle frange della popolazione indigena che avevano rotto con la tradizione e i

tradizionalismi e, che a causa di ciò avevano dovuto separarsi dall'antica comunità di appartenenza, e spesso abbandonarla"¹⁵⁹.

La coesistenza di comunità plurietiche nate nella Selva, in seguito agli esodi, porta alla continua ridefinizione delle identità-alterità che risultano dunque essere contestuali e relazionali. L'identità del colono è instabile, dinamica, situazionale, indefinibile una volta per tutte: coincide con l'identità zapatista di cui si parlava più sopra.

Le originalità zapatiste

Il movimento zapatista ha coinvolto molte persone per la sua originalità: ha saputo affermare il proprio diritto alla differenza, spiegando che maya e messicano non sono una contraddizione, che si può essere un tojolabal o un maya essendo anche un messicano. Quella zapatista è una lotta che "non rinuncia a difendere il nostro diritto alla differenza senza smettere di difendere la nostra qualità di messicani e il carattere pluriculturale e plurietnico della nazione messicana"¹⁶⁰.

Dunque messicano e indigeno non sono termini in antitesi ed è a questo punto che si evidenzia una seconda originalità: nel messaggio zapatista non si parla mai di una "Repubblica indigena", come non si chiede mai una separazione dal Messico, semmai si chiede un'autonomia dal potere centralizzato nel rispetto delle particolari tradizioni (politiche, economiche, giuridiche, culturali) indigene.

159. I. Le Bot. *Il sogno zapatista*. Milano: Mondadori, 1997, p.29

160. J. Atenco. "Un estado de cuenta" In *Ojarasca*. Ciudad de México: agosto-novembre 1995. p.12

E, coerentemente con questo “non detto” e “non richiesto”, gli zapatisti non mirano alla presa del potere statale: unici tra i vari movimenti rivoluzionari dell’ America Latina. Essi dicono di essere soldati per smettere di esserlo, di credere nella pace come unico vero mezzo di convivenza possibile, eppure essere costretti alla guerra dal governo messicano e dalla situazione nella quale possono al massimo sopravvivere.

La particolarità zapatista si evidenzia anche e soprattutto per la capacità di rimodificare le forme della politica comunicativa. Il linguaggio soprattutto del Subcomandante Marcos esita dalla retorica classica dei politici occidentali e affonda le sue radici nella cultura indigena. Marcos ha ibridizzato la sua cultura metropolitana (era professore in una università di Città del Messico) e meticciasca con quella maya della Selva. La parola di Marcos è la parola zapatista: è il portavoce ufficiale e i suoi discorsi cominciano sempre così: “per mia voce parla la voce dell’Esercito Zapatista di Liberazione Nazionale...”. Il suo linguaggio sperimentale che dal mondo indigeno prende vita per arrivare a sensibilizzare l’ascolto meticcio, il suo farsi interprete e traduttore, il suo essere ponte tra due culture, il suo partecipare pienamente all’ima e all’altra, questo è ciò che colpisce maggiormente del Subcomandante.

Il cyberzapatismo nel cyberspazio

Ma, oltre al linguaggio tradizionale, ciò che colpisce è l’abilità insita in un uso intelligente della comunicazione. Questa abilità è riscontrabile in Internet, dove troviamo un’infinità di messaggi *degli* zapatisti e non solo *sugli* zapatisti. Il soggetto zapatista si afferma in quanto tale anche grazie a questo uso tecnologico della comunicazione. Si è molto discusso di zapatisti e mezzi di comunicazione: spiega Marcos, i media “sono loro ad aver risvegliato la coscienza

rispetto agli *Índios* del Sud-est messicano”¹⁶¹. Per fare un esempio, prima del gennaio 1994 per inviare un comunicato bisognava sequestrare qualcuno per farglielo portare o stampare; invece dopo la rivolta, come spiega ancora Marcos, “ci siamo rivolti alla gente attraverso i media: agli altri contadini, agli altri *Índios*, agli altri maestri, agli altri studenti. E i media hanno cominciato a rendersi conto che potevano essere un veicolo per tale scopo e che avrebbero potuto trarne benefici: più lettori, più telespettatori, più ascoltatori”¹⁶². Nelle parole di Marcos si esplicitano due logiche che corrispondono a due diverse esigenze: per gli zapatisti la comunicazione con determinati interlocutori da qualificare in termini oppositivi; per i media una risonanza da quantificare in un più ampio pubblico possibile.

La guerra zapatista è stata riconosciuta come la guerra delle armi e dell’elettronica: molti comunicati sono inviati non solo attraverso scritte sui muri e slogan urlati per le strade, ma anche attraverso fax e computer via Internet, che se alcuni lo ritengono un pericoloso mezzo di potere, io lo vedo come una forte possibilità di democratizzazione. Ciò è dimostrato per Tappiuto dal fatto che un movimento rivoluzionario può dirci quel che pensa da distanze infinite senza che i suoi messaggi debbano essere filtrati da governi, portavoce, e dagli stessi mezzi dell’informazione che distorcono a volte nelle citazioni e nelle interpretazioni le situazioni che descrivono.

Manuel Vazquez Montalban dice: “gli specialisti della comunicazione sono stupiti dal fatto che gli zapatisti posseggono un sistema di informazione alternativo e globale, basato sull’attivismo di un volontariato solidale e cybernauta, che in pochi minuti può opporre una verità artigianale alla

161. M. Durán de Huer. *Io, Marcos*. Milano: Feltrinelli, 1995, p.101.
162. Ivi, p.103.

menzogna del possenti macchinari dell'informazione"¹⁶³. In questa rivokizione postmoderna i niezzi di conumicazione e soprattutto internet, hanno dunque avuto un ruolo determinante, quantomeno neirevitare stragi impunte verificatesi spesso in America Latina per stroncare le ribellioni arma te. Il virtuale non corrisponde al fantasmagórico: la conumicazione permette di moltiplicare i conflitti e non di annullarli. La guerra del Golfo non è stata meno guerra perché trasmessa via cavo: al contrario, alla guerra con le armi si è aggiunta la guerra delle iminagini e delle parole. In questo senso la globalizzazione, criticata dagli zapatisti per l'aspetto econômico, risulta importante. Internet e globalizzazione, ma anche rispetto del localismi, perché noi tramite esso sappiamo súbito quel che accade in Chiapas. E, così, i mezzi di comunicazione sono diventati, oltre quello fedemle e quello zapatista, un "terzo esercito" nella guerra del Chiapas.

"Devo venire in Itália per sapere cosa succede tra i miei fratelli indigeni del Chiapas"

Domingos Mahoro'e' o è un *cacique* xavante del Mato Grosso del Brasile. E' una persona con un ruolo politico forte nel suo vilhiggio composto da 130 persone, è la massinia autorità pur essendo a sua volta sottoposto al consiglio degli anziani. Qualcosa che richiama il ruolo di Marcos come "sub" comandante, in quanto sottoposto all'autorità massima che è quella del CCRI (Comitato Clandestrino Rivoluzionario Indigeno), composto cclusivâmente da indigeni.

Ho avuto modo di visitare il villaggio (*aldeia*) dove vive Domingos. Gli xavantes sono circa 10.000 dislocati in

163, M. V Montalban. "La cyberguerra del Chiapas" *In La Repubblica*, 04/01/98.

66 aldeias tutte nel Mato Grosso e, secondo una tendeiiza che felicemente sta coinvolgendo molte nazioni indígene brasiliane, in crescita demográfica. Il loro tradizionale modo di vivere si basa sulla caccia e la raccolta, anche se recentemente si è sviluppata una agricoltura domestica per il consumo interno che vorrebbe nel tempo intensificarsi per un eventuale commercio esterno. Bisogna tener presente che gli xavantes sono una nazione guerriera, una delle ultime che lo stato brasiliano ha sottomesso: e questa fierrezza nativa – "l'orgoglio di essere indio", secondo le stesse parole di Domingos – ora torna ad affermarsi in modo ricco.

Tutto attesta che la fase attuale stia dentro una delicatissima transizione, i cui esiti potranno essere decisivi per la loro cultura: si tratta di scegliere tra una visione politico-comunicativa in cui gli xavantes vengano come museificati all'interno delle loro aldeias, senza contatti con la storia e con una protezione da ogni scambio con il mondo circostante; oppure l'essere integra ti nella società brasiliana e perdere le loro caratteristiche culturali e, naturalmente, psicologiche; oppure., ancora, si tratta di accettare la sfida del cambiamento, il rischio delle ibridizzazioni culturali date dal contatto con altre culture, la scelta di stare nei processi di mutamento con tutta la capacita di saper costruire il loro particolare modo di stare al mondo nel presente. Questa sfida si lega al discorso della comunicazione, delle nuove tecnologie, perché Domingos, il capo xavante – come vedremo dalle sue stesse parole – afferma di volerne usufruire per rinforzare il suo specifico modo di intendere il mondo senza essere escluso dal presente.

In occasione di un convegno su "La comunicazione nativa, Tuso di tecniche e metodologie audiovisuali da parte delle culture indigene del Brasile" – organizzato alla "Sapienza" – , Domingos e vonuto a Roma. Al convegno e in ui'intervista ad esso successiva, il *cacique* ha ribadito a più riprese Pimportanza della comunicazione: "La

tecnologia, come la telecamera, ci dà la forza, ci dà l'energia... La telecamera può aiutare la lotta, può documentare, si può trasmettere attraverso immagini la lotta, la tradizione, i costumi". Domingos aggiunge che, attraverso le immagini, "i bambini possono valorizzare la tradizione" e grazie alla telecamera si può rinforzare "Torgoglio di essere indio".

Dunque, questo xavante, come lo zapatista precedentemente analizzato, ci spiega che i mezzi di comunicazione non vanno contro le tradizioni autoctone. Una certa tecnologia anche se nata in seno all'Occidente, non deve necessariamente fare solo l'interesse di quest'ultimo, al contrario essa può essere utile – in tanti sensi – a chi appartiene a differenti tradizioni. Le nuove tecnologie vengono riadattate a scopi locali, come per il rafforzamento o meglio la ricostituzione dell'identità etnica. L'etnicità si riafferma e si "rinvigorisce" attraverso internet, la telecamera, il video, ecc. Domingos che vorrebbe tornare nel suo villaggio con una telecamera spiega che questa è fondamentale per preservare o forse riaffermare, ricreare la propria tradizione. Per questo il *cacique* vuole poter filmare il rito di passaggio degli adolescenti che diventano adulti, che si svolge ogni sette anni, da maggio a settembre, della *foracao das orelhas* (forazione delle orecchie). Egli vuole che queste immagini dagli xavante stessi girate possano essere viste dai bambini, da chi deve essere il diretto fruitore della cultura xavante. Non solo: egli afferma anche che vuole potere usufruire di internet per potere comunicare con gli altri indigeni, per non essere isolato e dunque più indifeso. Domingos vuole entrare nel circuito comunicativo globalizzato per potere conoscere certe realtà e non dovere arrivare fino in Itàlia per scoprirle: sostiene che se avesse saputo prima dalla sua *aldeia* della lotta zapatista avrebbe potuto inviare nel Chiapas 200 guerrieri xavante, "perché la parola solidarietà non sia solo una parola".

E' interessante sottolineare come Domingos non solo scopra la questione indigena zapatista in Itàlia – poiché nella sua *aldeia* non ha possibilità di avere questo tipo di informazioni – ma anche "si fa scoprire" sempre in Itàlia da un brasiliano. Il suo ragionamento, infatti, circa il semplice fatto che l'incontro con un professore universitario brasiliano abbia permesso a quest'ultimo di vedere per la prima volta un indigeno del suo paese, va nella direzione della solidificata indifferenza o persino rimozione circa le culture native in Brasile.

E così Domingos può tornare tra la sua gente con una serie di formidabili "doni" acquisiti durante il suo soggiorno: verificare la straordinaria sensibilità e attenzione avuta da numerosi studenti universitari sulla propria cultura; determinare la scelta pratica di utilizzare gli strumenti audiovisivi per una visione costruzionista della sua cultura tutta inserita nei flussi disordinari e conflittuali ma vivificatori della storia; scoprire movimenti indigeni di lotta a lui vicini sia geograficamente che etnicamente, con cui sarebbe possibile connettersi con facilità attraverso i *new media*; scoprirsi rispetto all'altro interno, ai suoi concittadini brasiliani, con tutta la forza persuasiva del suo discorso e della sua presenza. Un discorso e una presenza plurali, mobili, anti-concilianti e auto-produttivi. Questo è lo xavante che modifica radicalmente i pregiudizi difusi che una certa scienza sociale distratta e semplicistica non riesce a cogliere. Questo è lo xavante che vuole inserirsi nel contesto contemporaneo, ma senza rinunciare in alcun modo alla sua visione culturale specifica.

Domingos e comunicazione che muove...

La comunicazione pluralizzata

Il Chiapas e Domingos ci insegnano l'importanza di una comunicazione pluralizzata, decentrata, che non abbia

esclusivismi étnocentrici. Internet non ha censura, può stare in ogni luogo e può quindi far passare qualsiasi realtà e qualsiasi fantasia, ma è per me soprattutto un mezzo determinante per mia progressiva democratizzazione. Il Chiapas dispone di internet e Domingos – gli xavantes – vuole disporre: il problema è di mettere in contatto i mezzi della modernità con chi li reclama al fine di dare la “parola” a più situazioni possibili.

Tra le cose più significative di questi *new media* – tanto più interessante in quanto stiamo andando verso nuovi panorami tecnologici che unificano tutti i vari mezzi attualmente conosciuti come separati (telefono, computer, televisione, radio, stereo, ecc.) in un unico *iper-medium* – vi è questa possibilità di passare direttamente alla comunicazione elettronica. Non è necessario ripercorrere “evoluzionisticamente” tutti i vari “stadi” tecnologici, ma si può saltare direttamente dentro di loro. Tali aperture di possibilità decentrate possono significare una prospettiva avanzata in particolare proprio per le culture etniche.

Esse, in tale scenario, non saranno più isolate: far viaggiare le informazioni attraverso l'Amazzonia – in condizioni attualmente impossibili, dove non può essere impiantato un sistema di fili, visti i contesti ecologici così isolati – sarà invece fattibile. La comunicazione ad alta tecnologia si presta, nella sua estrema flessibilità, ad essere lo strumento decisivo per un nuovo tipo di conoscenza diffusa e decentrata di ogni minoranza étnica. E', questo, un segnale progressivo per ogni istanza di innovazione democratica. E' la sfida che deve essere accolta, come dice Domingos, affinché ogni nazione indigena sia globalizzata e localizzata.

Le nuove tecnologie e la voglia di disporre muovono una critica implicita al senso di onnipotenza presente nel testo etnográfico dell'antropologia classica, nel quale l'unico autore era l'etnografo. Oggi zapatisti, xavantes e tanti altri

esigono l'affermazione della loro etnicità in tutta la sua soggettività. Si rifiuta la sola rappresentazione esterna e si pretende – a ragion veduta – una possibilità di autorappresentazione: l'indigeno vuole la telecamera, internet, ecc. per prendere la parola che lo riguarda in prima persona.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUZZESE, A. *Viaggi di ritorno, saggi sulla comunicazione (1981-1993)*, Bologna: Progetto Leonardo, 1995
- ACHUGAR, Hugo. *Apuntes sobre identidades y políticas culturales en el Mercosur*. Uruguay: Encuentros, n.3, p. 9-20, abr. 1994.
- ARDAO, Artur. *La inteligéncia latinoamericana*. Montevideo: Universidad de la Republica, 1987.
- . *Nuestra America Latina*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.
- ARNAUD, Vicente Guillermo. *MERCOSUR. Unión Europea, Nafta y los procesos de integración regional*, Buenos Aires: Abeledo – Perrot, 1996.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- BANDEIRA, Moniz, *Estado nacional e política internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BARBIERI, Lázaro. *La integración de Latinoamérica*. Buenos Aires: Troquel, 1961.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo – una civilización negada*. México: Grijalbo, 1990.
- BOERSNER, Demetrio. *Relaciones internacionales de América Latina*. Breve historia. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.
- BOLÍVAR, Simon. *La esperanza del universo*. Sautron: UNESCO, 1983.
- . *Obras Completas*. Habana: Ed. Lex., 1950.
- BOSCH GARCIA, Carlos. Las ideologías europeístas, in ZEA, Leopoldo (Coord.). *América Latina en sus ideas*. México, D.K: Siglo XXI/ Unesco, 1986. p. 239-269.
- CANEVACCI, M. *Sincretismos*, S. Paulo: Studio Nobel, 1996.
- CASTANEDA, Jorge C. *Sorpresas te da la vida – México 1994*. México: Nuevo Siglo – Aguilar, 1994.

DELARBRE, Raul Trejo. *Chiapas, la comunicación enmascarada*. México: Diana, 1994.

DI FELICE, Massimo & MUNOZ, C. (org.), *A revolução invencível*, São Paulo: Boi tempo, 1998.

EZLN. *Documentos y Comunicados Prólogo de Antônio Garcia de León, crônicas de Carlos Monsiváis y Ele tia Poniatowska..* México: Era, lo. de enero/8 de agosto de 1994.

FAZIO, Carlos. *El tercer vínculo – de la teoría del caos a la teoría de la militarización*. México: Joaquín Mortiz, 1996.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Identidade cultural: resistência ou dependência? Campinas*. COMPÓS, 1993.

FUENTES, Carlos. *Nuevo Tiempo Mexicano*. México: Nuevo Siglo – Aguilar, 1994.

FUSER, Igor. *México em transe: a tragédia do neoliberalismo na terra de Zapata*. São Paulo: Scritta Editorial, 1995.

GARCIA MEROU, Martin. *Historia de la diplomacia americana*. Buenos Aires: s/e, 1904.

GONZALEZ, Manuel Prada. *Paginas libres, horas de lucha*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1964.

GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*, São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRIEN, Raul. *La integracão econômica como alternativa inédita para América Latina*. México: FCE, 1994

HUERTA, Marta Durán de (org.). *To, Manos*. México: Milênio, 1994

IANNI, O. *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

INGENIEROS, José. *Evolución de las ideas argentinas*. Buenos Aires: El Ateneo, 1951.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS – UNAM. *Chiapas.*, México: Era, 1995.

KATZENBERGER, Elaine (org.). *Fira World, HaHaHa! The Zapatista Challenge*. San Francisco: City Lights Books, 1995.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LA JORNADA. “Chiapas, el alzamiento”, México, D.F., 1994.

LAREDO, I.M. (Coord.). *La integracion latinoamericatia en el actual escenario mundial: de la ALALC-ALADI al Mercosur*. Rosário: Universidad Nacional de Rosário, 1992.

LEÓN, Antônio Garcia de. *Resistência y Utopia: Memorial de agravios y crônica de revueltas y profecías acaecidas en la*

provincia de Chiapas durante los últimos 500 anos de sus historia. Tomos I y II, México: Era, 1996.

LOCKEY, Joseph Byrne. *Origenes del Panamericanismo*. Caracas: Governo da Venezuela, 1976.

MAGARINOS, Gustavo. *Comércio e Integracion - Mundo, Continente e Região*. Tomo I. Montevideo: Fundação de Cultura Universitária, 1994.

MARTI, José. *Numas cartas de Nueva York*. México, D.F.: Siglo XXI, 1980.

————— *Obras Escogidas*. Madrid: Aguilar, 1953.

————— *Política de Nuestra América*. 2. ed. México, DF: Siglo XXI, 1979.

MATHOS, O. C. F., *A escola de Frankfurt*, S. Paulo, 1990.

MERCOSUR. *Un atlas cultural, social y económico*. Buenos Aires, Rio de Janeiro: Monique Zago, Instituto Herbert Levy, 1997.

MINA, Gianni. *Uncontinente desaparecido*. México: Diana, 1996.

MIRANDA, Francisco de. *Textos sobre la Independência*. Caracas: Guadarrama, 1959.

MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas - la rebelión indígena de México*. México: Joaquín Mortiz, 1997.

OCAMPO Javier Lopez. *Historia de las ideas de integración de America Latina*. Caracas: Ed. Bolivariana Internacional, 1981.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RODO, José Enrique. *Ariel*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: UNICAMP, 1991.

ROJAS, Rosa. *Chiapas, la paz violenta*. México: La Jornada, 1995.

ROMERO, José Luis. *Situaciones e ideologias en Latinoamerica*. México, D.E: Universidad Nacional de México, 1981.

ROMERO, José Luis. *Sobre la Filosofia en América*. Buenos Aires: Raigal, 1952.

SCHILING, Voltaire. *EUA x América Latina*. Serie Revisão 12. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SOLER, Recaurte. Bolívar y la cuestión nacional americana. IN: ZEA, Leopoldo et al. *Bolívar y el mundo de los libertadores*. México: UNAM, 1993

SOLER, Ricaurte. *Idea y cuestión nacional latinoamericanas; de la independência a la emergência del imperialismo*. México, D.E: Siglo XXI, 1980.

- TAULLS, Dauno Tótoro e THIBAUT, Emiliano. *Zapatistas*. Buenos Aires: Liberarte, 1996.
- TORRES CAICEDO, J. M. *Unión Latinoamericana: pensamiento de Bolívar para formar una liga americana; su origen y sus desarrollos (...)*, Paris: Librería de Rosa y Bouret, 1865.
- TOURON, Lucía Sala de. "Latinoamericanismo, panamericanismo e integración" em *Encuentros*, Uruguay, n.3, p. 21-39, abr. 1994.
- VILLEGAS, Abelardo. *Reformismo y Revolución: en el pensamiento latinoamericano*. 5.ed. México, D.E: Siglo XXI, 1980.
- VIQUEIRA, Juan Pedro y RUZ, Mario Humberto (org.). *Chiapas, los rumbos de otra historia*. Mexico; Centra de Estudios Mayas, Instituto de Investigaciones Filológicas – UNAM, 1995.
- WERZ, Nikolaus. *Pensamiento sociopolítico moderno en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.
- WOLF, M., *Teorie delle comunicazioni di massa*, Milano: Bompiani, 1985.
- WOMACIC JR., John. *Zapatay la Revolución Mexicana*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- WRIGHT, C.R., *Mass Comunicacions: A sociological Aproach*, 2 ed., New York: Randon House.
- ZEA, Leopoldo (Compilador). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México, D.E: FCE, 1993.
- ZEA, Leopoldo (Coord.). *Bolívar y el mundo de los libertadores*. México, D.E: Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.
- ZEA, Leopoldo (Org.). *Precursores del pensamiento latinoamericano contemporáneo*. 2.ed. Mexico, D.E: SEP, 1979.
- ZEA, Leopoldo. *América Latina y el mundo*. Buenos Aires: Eudeba, 1963.
- . *Dos etapas de la Filosofía en Hispanoamérica: del romanticismo al positivismo*. México, D.E: El Colégio de México, 1943.